



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO PESQUISA E  
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E  
SOCIEDADE NA AMAZÔNIA**



Fabrício Araújo Costa

**ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO, NO MUNICÍPIO  
DE JACUNDÁ - A PARTIR DOS ASPECTOS SOCIAL, ECONÔMICO E  
AMBIENTAL E SUA IMPLICAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O  
CASO DO PA JACUNDÁ**

MARABÁ – PA  
2019

FABRÍCIO ARAÚJO COSTA

ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO, NO  
MUNICÍPIO DE JACUNDÁ - PA , A PARTIR DOS ASPECTOS SOCIAL,  
ECONÔMICO E AMBIENTAL E SUA IMPLICAÇÃO NA AGRICULTURA  
FAMILIAR: O CASO DO PA JACUNDÁ

Dissertação de mestrado  
apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Dinâmicas Territoriais e  
Sociedade na Amazônia (PDTSA) da  
Universidade Federal do Sul e Sudeste do  
Pará, como requisito para obtenção do  
título de mestre.

Orientador: Prof. Dr<sup>o</sup>. José Anchieta de  
Araújo.

MARABÁ – PA  
2019

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho**

---

Costa, Fabrício Araújo

Análise da configuração do sistema produtivo, no município de Jacundá – PA, a partir dos aspectos social, econômico e ambiental e sua implicação na agricultura familiar: o caso do PA Jacundá / Fabrício Araújo Costa ; orientador, José Anchieta de Araújo. — Marabá: [s. n.], 2019.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2019.

1. Agricultura familiar – Jacundá (PA). 2. Assentamentos humanos – Jacundá (PA). 3. Agricultura e Estado. I. Araújo, José Anchieta de, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. III. Título.

CDD: 22. ed.: 338.1098115

---

Elaborada por Adriana Barbosa da Costa – CRB-2/391

FABRÍCIO ARAÚJO COSTA

ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO, NO MUNICÍPIO DE JACUNDÁ – PA, A PARTIR DOS ASPECTOS SOCIAL, ECONÔMICO E AMBIENTAL E SUA IMPLICAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO PA JACUNDÁ

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Drº. José Anchieta de Araújo.

Aprovado em:-----/-----/-----

BANCA DE EXAME DE DEFESA

---

Prof. Drº. José Anchieta de Araújo  
PDTSA/UNIFESSPA (orientador)

---

Profa. Dra. Andrea Hentz de Mello  
PDTSA/UNIFESSPA (Membro Interno)

---

Prof. Drº. Rodrigo de Almeida Muniz  
FECAMPO/UNIFESSPA (Membro Externo)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais o senhor Antônio Caldas e Francisca de Paula por me incentivar a seguir por caminhos na busca do conhecimento além de terem contribuído com minha formação enquanto cidadão. Expresso minha eterna gratidão. A meu irmão Fábio e irmãs Fabíula e Flaviúla, pelo carinho e por estarem ao meu lado nos momentos de dificuldades nos quais passei. A meus filhos Jeferson Rodrigues e Laísa Rodrigues pelo imenso carinho e afeto que demonstram a minha pessoa e por serem a fonte de minha inspiração. A minha parceira Renata Rodrigues por estar junto em todos os momentos de dificuldades durante todo esse tempo e contribuir para a superação de inúmeras dificuldades encontradas durante o curso. Agradeço a parceria de meu orientador professor Dr<sup>o</sup> José Anchieta de Araújo, pelo interesse que manifestou por esta pesquisa, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da mesma. Expresso minha gratidão pelo ensinamento, dedicação e orientação a este trabalho. Aos demais professores e colaboradores do programa: Edma, Eliane, Airton, Andréa Hentz, Alexandre Filho (Alix), Célia Congílio, Jerônimo e Afonso Medeiros que contribuíram de maneira e forma ímpar com minha formação acadêmica, minha gratidão e respeito. A todos os colegas da turma do Mestrado Dinâmicas territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) 2017, Amarildo Mazuti, Keila Lopes, Milton, Richelly Costa, Claudiana, Erika, Edna, Joyara, Regina e Jéssica por todos os momentos de discussões e aprendizado ao longo dessa trajetória. Em especial a Regina pelo apoio nos momentos de dificuldades e a Keila pelas parcerias na construção de artigos e por contribuir imensamente com minha pesquisa no fornecimento de dados expresso aqui minha gratidão. Aos meus colegas de trabalho da Escola Municipal Nova Canaã, pelo apoio e compreensão nos momentos em que precisei me ausentar para realizar esta pesquisa. A todos agricultores do PA Jacundá, pela contribuição com as informações fornecidas, contribuindo com o enriquecimento de informações desta pesquisa e por oportunizar momentos de aprendizados junto à sua prática cotidiana, pesquisadores por essência, a partir de conhecimentos empíricos, minha gratidão e respeito.

**RESUMO:** Essa pesquisa tem como objetivo analisar os fatores socioeconômicos e ambientais que contribuíram para a configuração do assentamento PA-Jacundá, bem como compreender as mudanças provocadas na agricultura familiar a partir da prática desse “modelo”. Para a realização desta pesquisa utilizou-se, a *abordagem sistêmica*, pelo fato do enfoque sistêmico visar compreender o grau de complexidade que caracteriza o objeto da pesquisa, nesse caso, o assentamento PA Jacundá e sua caracterização produtiva, assim como compreender as inter-relações estabelecidas entre esses diferentes aspectos (social, ambiental e econômico), possibilitando neste caso uma pesquisa mais completa nos detalhes do processo pesquisado, principalmente quando considera-se que este método implica em conhecer quais as formas com que os diversos elementos constitutivos da pesquisa se inter-relacionam e se influenciam reciprocamente, possibilitando uma visão holística dos fatores presentes. Assim a pesquisa foi construída a partir de dados levantados em pesquisa de campo levando em consideração aspectos ambientais, econômicos e ambientais observando que a agricultura familiar no assentamento tem sua estrutura produtiva baseada na pecuária e cultivo de pastagens com associação destas com outros sistemas de criação e cultivo voltados ao auto sustento da família, garantindo nesse contexto a pluriatividade com considerável diversidade resultado da diversidade social que compõe o assentamento. Observou-se a necessidade de uma nova lógica de desenvolvimento que leve em consideração a diversidade existente na agricultura familiar se faz necessária, com programas de assistência técnica, melhoria na infraestrutura, treinamentos periódicos, ações integradas de investimento e pesquisa torna-se cada vez mais necessária no fortalecimento da agricultura familiar.

**Palavras chaves:** Estado, Agricultura familiar, políticas públicas, configuração agrária

**ABSTRACT:** This research aims to analyze the socioeconomic and environmental factors that contributed to the configuration of PA-Jacundá settlement, as well as to understand the changes caused by family farming from the practice of this “model”. , the systemic approach, because the systemic approach aims to understand the degree of complexity that characterizes the research object, in this case, the PA Jacundá settlement and its productive characterization, as well as to understand the interrelationships established between these different aspects (social, In this case, a more thorough research into the details of the researched process is possible, especially when it is considered that this method implies knowing the ways in which the various constitutive elements of the research interrelate and influence each other, enabling a holistic view of the present factors. Thus the research was built from data collected in field research taking into account social, economic and environmental aspects noting that family farming in the settlement has its productive structure based on livestock and pasture cultivation with association of these with other farming systems. cultivation aimed at the self-support of the family, ensuring in this context the pluriactivity with considerable diversity resulting from the social diversity that makes up the settlement. There was a need for a new development logic that takes into account the diversity that exists in family farming is needed, with technical assistance programs, infrastructure improvements, periodic training, integrated investment actions and research becoming increasingly strengthening family farming.

**Keywords:** State; Family Farming; public policies; agrarian configuration.

## LISTA DE SIGLAS

ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia

BASA – Banco da Amazônia

CRVD – Companhia Vale do Rio Doce

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento Nacional dos Sem Terra

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PGC – Programa Grande Carajás

PIC - Programa de integração do Colono

PIN – Plano de Integração Nacional

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PRODIAT - Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

SPVEA – Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa de localização da área de pesquisa.....	15
Figura 02 – Área da velha Jacundá vistoriada pela ELETRONORTE .....	44
Figura 03 – Trecho da Cachoeira do Itaboca, Velha Jacundá.....	48
Figura 04 – Origem dos assentados do PA Jacundá.....	52
Figura 05 – Gênero dos assentados do PA Jacundá.....	54
Figura 06 – Faixa etária dos assentados do PA Jacundá.....	57
Figura 07 – Nível de escolaridade dos agricultores do PA Jacundá.....	59
Figura 08 – Condições de habitação dos agricultores do PA Jacundá .....	61
Figura 09 – Fonte da água consumida pelos agricultores do PA Jacundá.....	62
Figura 10 – Tratamento da água consumida pelos agricultores do PA Jacundá .....	64
Figura 11 – Situação fundiária dos agricultores do PA Jacundá .....	65
Figura 12 – Cobertura vegetal do PA Jacundá.....	67
Figura 13 – Técnica de preparo do solo usada por assentados do PA Jacundá.....	70
Figura 14 - Conhecimento da legislação ambiental pelos agricultores do PA Jacundá.....	71
Figura 15 – Base dos sistemas produtivos no PA Jacundá.....	73
Figura 16 – Fonte de renda dos agricultores do PA Jacundá.....	78
Figura 17 – Acesso à crédito pelos agricultores do PA Jacundá.....	80
Figura 18 – Estrutura do sistema de criação dos agricultores do PA Jacundá.....	85

Figura 19 – Aptidão produtiva do rebanho dos agricultores do PA Jacundá .....	87
Figura 20 – Estrutura do sistema de cultivo dos agricultores do PA Jacundá...	89
Figura 21 – origem da semente cultivada na produção de grãos .....	91
Figura 22 - Frequência no uso de agrotóxicos pelos assentados do PA Jacundá.....	94
Figura 23 – Formação de agricultores do PA Jacundá quanto a atividade praticada.....	97
Figura 24 – Atendimento da assistência técnica no PA Jacundá.....	99
Figura 25 – Veículo da EMATER em estado de abandono em Jacundá.....	101

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	9
1.1 MINHA APROXIMAÇÃO AO OBJETO DE PESQUISA .....	9
1.2 OBJETO DE PESQUISA E METODOLOGIA.....	10
1.3 LOCALIZAÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PA JACUNDÁ .....	14
<b>2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIMENTISTAS PENSADAS PARA A AMAZÔNIA</b>	<b>16</b>
2.1 A INTERFERÊNCIA DO ESTADO NA CONFIGURAÇÃO AGRÁRIA.....	20
2.2 POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS E SEUS REFLEXOS NA TRANSFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JACUNDÁ.....	31
<b>3. CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PA-JACUNDÁ</b> .....	<b>46</b>
3.1 A PRÁTICA DA AGRICULTURA NO PA JACUNDÁ, DIFICULDADES E POSSIBILIDADES .....	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>108</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>112</b>

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 MINHA APROXIMAÇÃO AO OBJETO DE PESQUISA

O interesse por pesquisar e tentar compreender melhor a estrutura física e social do campo Jacundaense tomando como objeto de pesquisa o assentamento PA Jacundá, parte do constante contato que tenho estabelecido com esse território, já que sou filho de migrantes maranhenses, agricultores familiares no município desde 1986 quando se instalam em terras amazônicas. Outro fator determinante nesse processo é o meu percurso formativo, estudante de escola do campo desde os anos iniciais do ensino fundamental, nos anos finais tendo que me deslocar para Nova Ipixuna para dar continuidade aos estudos concluindo o ensino médio em 2002, e regressando ao campo no mesmo ano, em 2006 concilio trabalho no campo e curso técnico em magistério, finalizando em 2008, quando no mesmo ano entro para o quadro de funcionários da secretaria municipal de educação de jacundá através de concurso público e desde então atuo na área educacional como professor. Em 2009 ingresso no curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo da então Universidade Federal do Pará (UFPA), que em 2013 na região sul e sudeste do Para passa a ser Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, onde concluir o curso com ênfase nas Ciências Agrárias e Naturais e pesquisei em meu trabalho de conclusão do curso (TCC) os “Limites e possibilidades da cadeia produtiva do leite na comunidade Vila Limão para a dinâmica de reprodução do campesinato local”, pesquisa a qual me permitiu perceber o avanço da pecuária na Amazônia brasileira num processo controverso num primeiro momento, analisando a partir da agricultura familiar.

De 2014 a 2016 fiz parte de uma especialização em “Educação do Campo para o trabalho interdisciplinar nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática” pela Universidade de Brasília (UNB), período de pesquisa importante na compreensão de práticas interdisciplinares, essencial na prática profissional e como pesquisador. Em 2017 fui selecionado pelo Programa Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, onde venho desenvolvendo a análise da pesquisa em debate considerando a continuidade da minha pesquisa de graduação.

## 1.2 OBJETO DE PESQUISA E METODOLOGIA

Esse trabalho tem como objeto de análise a configuração do sistema produtivo, no município de Jacundá – PA, a partir dos aspectos social, econômico e ambiental e sua implicação na agricultura familiar: um estudo de caso do PA Jacundá. As análises são desenvolvidas a partir de dados coletados em pesquisa de campo por meio de questionário com 42 famílias do assentamento, entrevistas e análise documental Plano de recuperação do assentamento (PRA) do assentamento e tem como objetivo, analisar os fatores socioeconômicos e ambientais que contribuíram para a configuração do assentamento, bem como compreender as mudanças provocadas na agricultura familiar a partir da prática desse “modelo”.

A configuração dos sistemas produtivos da agricultura familiar no município de Jacundá tem caminhado seguindo a lógica de reprodução das grandes fazendas (latifúndio), por meio de monocultivos geralmente baseados em pastagem esse processo tem sido “naturalizado”, no discurso, seja de gestores públicos em seus diferentes estratos ou até mesmo pelo próprio agricultor familiar.

A partir de dados e observações na pesquisa de campo tenho observado nas falas dos agricultores que a criação de animais bovinos é uma das atividades produtivas “mais lucrativas do campo”, ou ainda, dizem que esta é uma atividade cultural, pois passa de uma geração a outra, analisando dessa forma, a criação de gado na agricultura familiar é vista pela maioria dos agricultores pesquisados como a principal saída para possíveis dificuldades econômicas do campo, pois, segundo análise dos próprios é lucrativa, dar menos trabalho que o cultivo vegetal, além desses aspectos tem disponibilidade de linhas de financiamento pelo banco Banco da Amazônia (BASA) e Banco do Brasil (BB), com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), principalmente pelo fato do gado ser um produto de fácil inserção no mercado, esses aspectos tem reforçado ainda mais tal análise por esse grupo.

Com base nessas observações, a pesquisa poderá contribuir para a compreensão dos fatores que influenciaram na configuração de tal “modelo”, que, se por um lado tem garantia na liquidez da comercialização dos produtos, por outro dificulta o fortalecimento do cultivo de plantas agricultáveis não permitindo um aumento da dinamização da agricultura no assentamento, atividade essa com potencial expressivo na geração de emprego e renda muito superior a pecuária, nesse sentido a pesquisa pode contribuir ainda com análise dos impactos dessa atividade, possibilitando a formulação de ações e medidas na construção e intervenção de políticas públicas pensadas para esse público (agricultura familiar). Nessa perspectiva a pesquisa, analisa os fatores que contribuíram para a configuração da agricultura familiar no assentamento PA Jacundá, bem como tece algumas análises de possíveis desdobramentos desse “modelo”, para a agricultura familiar, possibilitando a partir dessas informações medidas práticas na construção de políticas públicas voltadas para esse público.

Para a realização desta pesquisa utilizou-se, *abordagem sistêmica*, pelo fato do enfoque sistêmico visar compreender o grau de complexidade que caracteriza o objeto de pesquisa, nesse caso o assentamento PA Jacundá, e sua caracterização produtiva, assim como compreender as inter-relações estabelecidas entre esses diferentes aspectos (social, ambiental e econômico), possibilitando neste caso uma pesquisa mais completa nos detalhes do processo pesquisado, principalmente quando considera-se que este método implica em conhecer quais as formas com que os diversos elementos constitutivos da pesquisa se inter-relacionam e se influenciam reciprocamente, possibilitando uma visão holística dos fatores presentes.

Antes de nos adentrarmos sobre a metodologia é importante destacar o período em que a mesma começa a ser utilizada no Brasil, segundo Schmitz (2001), a abordagem sistêmica foi introduzida na pesquisa e extensão rural a partir dos anos 70 do século XX para poder analisar melhor a complexidade da agricultura familiar no terceiro mundo, mas, também nos países da Europa e outros continentes, e assim dirigir ações de desenvolvimento mais apropriadas à diversidade desta categoria social.

Os instrumentos metodológicos que foram utilizados para pesquisa foram: análise documental do INCRA Plano de Recuperação do Assentamento (PRA) de 2013, fotografias, entrevistas qualitativas, questionário com quarenta e duas famílias de agricultores, essa quantidade por representar aproximadamente 10% dos agricultores que o assentamento tem possibilidade de absorver em torno de quatrocentos e quinze estimados no ato de sua criação, além desses atores buscou-se informações junto a representante da instituição de assistência técnica pública (EMATER) por meio de entrevistas qualitativas semi estruturada foram realizadas também, caminhadas transversais no assentamento e comunidade para observação da realidade, pois é fundamental a compreensão do dinamismo desenvolvidos no território do assentamento.

Por todas as características acima citada, a opção pela abordagem sistêmica como metodologia, pois a mesma possibilita uma melhor compreensão do contexto local com enfoques econômico, social, cultural e ambiental. Promove uma busca histórica a partir de vários aspectos para que se possa compreender a evolução dos sistemas de produção da comunidade e do entorno, em que os próprios agricultores contribuem com informações sobre as mais diversas características da comunidade.

Na segunda sessão, analisou-se **A interferência do Estado na configuração agrária** onde é discutido como o Estado brasileiro em suas diversas esferas e como esses diferentes atores sociais vem ao longo do tempo moldando estratégias de dominação sobre a posse da terra, resultando no favorecimento dos “empresários da terra”. A análise se dá a partir da perspectiva de um Estado materialista dialético, baseado nas teorias de (Carnoy, 1998), (Saes, 1987), (Engels, 2010), (Costa, 2000), (Borges, 2005), (Hall, 1991) e (Hébette, 2004). Essas interferências estratégicas do Estado, tem resultado em pressões cada vez mais intensas por diferentes atores na busca pela posse da terra principalmente no território amazônico, território este, onde se situa a área de pesquisa.

Ainda na segunda sessão, propõe-se uma breve análise sobre **as políticas públicas desenvolvimentistas pensadas para a Amazônia** a partir

de agentes públicos principalmente pós década de 1960 no Brasil, especificamente as direcionadas as terras amazônicas. Essas políticas públicas tem priorizado a grande propriedade desde as primeiras medidas tomadas pelo Estado na reconfiguração da Amazônia, ao mesmo tempo em que estimulou a vinda de migrantes especialmente de nordestinos para a região, transferindo para a Amazônia brasileira os “excedentes populacionais” de outras regiões do país tornando dessa forma, os conflitos pelas terras dessa região acontecimentos frequentes, tornando essa parte do território, área de segurança nacional, em virtude dos conflitos e das riquezas minerais e extensões de terras pretendidas por sem terras, fazendeiros, empresas agropecuárias e empresas do setor mineral a partir das teoria de Hissa (2013), Latour (1994), Castro (2010), Silveira (2001) e Hébette (2004). Para entendermos melhor esse processo basta, observarmos as autarquias criadas pelo Estado brasileiro Superintendência de Valorização da Amazônia (SPEVEA) mais tarde Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e atualmente Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), todas essas autarquias públicas trazem em seu bojo o desenvolvimento econômico a partir da grande propriedade e da empresa não enfrentando o problema mais grave que perdura até os dias atuais que é a concentração de terras sob domínio desses referidos grupos por meio programas voltados para tal fim como o caso do programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA).

Na terceira sessão faz-se uma análise das “**características sociais, ambientais e econômicas da agricultura familiar no PA-Jacundá**”, a partir de dados organizados em gráficos, resultados de informações coletadas em pesquisa de campo tomando como base informações analisadas no Plano de Recuperação do Assentamento (PRA) de 2013. Mobilizando Pereira (2015), Oliveira et al (2015), Barp (2004), Castro (2004), Picoli (2006), Brasil. Constituição (1988), Alves (2016), Matei (2013), Costa (2005), Altafin (2009), Balestro e Sauer (2009), Andrioli (2008), Gebler (2007), Carneiro (2009) e Lima et al (2001).

### 1.3 LOCALIZAÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PA JACUNDÁ

A formação e trajetória do assentamento PA Jacundá tem sido o reflexo das políticas desenvolvimentistas pensadas para a Amazônia baseadas nas grandes propriedades e projetos de exploração mineral, entre eles, destaca-se o projeto Grande Carajás por sua dimensão territorial, com impactos ambientais, sociais e econômicos sobre suas áreas de atuação e exploração seja direta ou indiretamente. Nesse sentido a construção da hidrelétrica de Tucuruí e conseqüentemente a barragem das águas do rio Tocantins e seus afluentes no trecho em que a mesma alcança, resultou na expropriação de centenas de famílias, as quais foram retiradas compulsoriamente seja de seus lotes, seja dos povoados como é o caso de Jacundá, conforme Silva, (2015, p. 17):

A partir do ano de 1983 quando as águas do lago da hidrelétrica de Tucuruí já haviam inundado os lotes dos agricultores que moravam nos setes municípios atingidos pela barragem, entre eles o município de Jacundá e suas comunidades, os chamados expropriados, sem alternativas e lançados à sorte, pelos gestores do empreendimento restam-lhes as áreas de terras consideradas da União como perspectiva de recuperar suas terras inundadas.

O referido território que atualmente constitui o PA Jacundá no período de ocupação do mesmo, pelos expropriados resultado da construção da hidrelétrica e migrantes de outras regiões mas principalmente nordestinos, embora havendo exploração da castanha e outros produtos florestais com pequenas áreas desmatadas geralmente constituídas por pastagens em sua cobertura vegetal caracterizava-se por “áreas da união” por isso mesmo foi ocupada por esses sujeitos na tentativa de pressionar o hoje extinto Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT), na perspectiva de viabilizar a divisão de tal área para assentar esse público, é nesse contexto em que o assentamento PA Jacundá é criado.

No sentido de situar melhor a área de pesquisa a imagem seguinte demonstra a localização da mesma, suas características territoriais e dimensionais.

Figura 01: Mapa de localização da área de pesquisa



Fonte: INCRA, PRA, 2013

O assentamento PA Jacundá está inserido na mesorregião sudeste do Pará, município de Jacundá, fazendo parte do território do município de Jacundá, na microrregião de Tucuruí e na região de integração Lago de Tucuruí, com uma distância em torno de 480 km da capital do Estado, Belém.

Dados do INCRA, PRA, (2013, p. 14), afirmam que “A área registrada do PA é de 21000ha”, regularizado a partir da “portaria nº 0754, com reserva legal demarcada de 10:500ha, tendo capacidade de absorver 415 Famílias” que foram assentadas em sua criação em 1989.

## **2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIMENTISTAS PENSADAS PARA A AMAZÔNIA**

Vários são os fatores que tem levado grande parcela da sociedade brasileira ao empobrecimento no campo e em muitos casos êxodo dessa população para as periferias dos centros urbanos, a medida em que, há um avanço do capitalismo apropriando-se dos meios de produção, nesse caso a terra como principal elemento, embora não como sugira Lenin, 1899, em sua obra “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, onde tinha como prognóstico a desintegração do campesinato, a sociedade brasileira vive na atualidade um momento de enfraquecimento da agricultura familiar nesse contexto de fortalecimento do agronegócio por meio de agentes políticos, instituições financeiras públicas, comércio e indústria que tem a cada dia se adequado as demandas desse grupo que tem como finalidade principal a intensificação na exploração do lucro sobre atividades agrícolas, baseado na exploração do trabalho, da terra e no uso de um “pacote tecnológico”, que entra desde máquinas para o preparo da terra para o plantio e colheita a insumos fertilizantes e “defensivos” usado principalmente pelo agronegócio.

Nesse contexto, faz-se necessário analisar as políticas públicas pensadas para o território amazônico, implementadas pelos órgãos públicos e programas criados pelo Estado brasileiro ancorado sobre o discurso de desenvolvimento da região amazônica, (SPEVEA, SUDAM, BASA, ADA, PGC), já que se não são determinantes, por si só na configuração e práticas agrícolas influenciam diretamente, pois todas essas autarquias sem exceção trazem em seu seio apoio a grande propriedade, negando dessa forma acesso a terra a maioria da sociedade que tem interesse e direito a esse recurso. Segundo (Almeida, 2012, p.18) a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), “criada através da lei 5.173 de 27.10.1966, em substituição a Superintendência do plano de Valorização econômica da Amazônia (SPEVEA) (lei n.º 1.806 de 06.01.1953). posteriormente, a agência de desenvolvimento da Amazônia (ADA) veio substituí-la em 02 de maio de 2001”, foi criada no intuito de “integrar” a Amazônia brasileira as regiões sudeste e centro-oeste, ao passo em que as referidas entidades entra em processo de crise frente ao sistema

econômico nacional e internacional as mesmas tem sua imagem manchada junto a sociedade na perspectiva de legitimar tais mudanças, nesse sentido a substituição das referidas entidades como veiculados pela mídia devido aos problemas de corrupção ocorridos no interior das mesmas parece ser o fator determinante para tal decisão, mas:

não foi a corrupção publicizada que levou a extinção da SUDAM. Na verdade, a alteração de estratégia já existia há pelo menos quatro anos, com base técnica. Tudo resultado da nova concepção do papel do Estado exigida pela recente conjuntura da economia mundial, onde se prega a redução ao máximo do mesmo na economia (ALMEIDA, 2012, p.18).

Não que estejamos ignorando ou defendendo atos de corrupção e os favorecimentos praticados por gestores que se colocam a frente dessas entidades, o que causa mais espanto é que não basta a esses grupos minoritários esse nível de exploração, há uma sede insaciável na busca pelo acúmulo de riqueza e controle, portanto, poder. Nessa perspectiva vem acontecendo algumas medidas do Estado brasileiro que tem resultado na constituição de estruturas Estado desde a década de 1960 onde o resultado dos programas implementados por estas resultaram no acúmulo de capital sob domínio de grupos empresariais e oligarquias regionais e locais numa espécie de contra reforma agrária, nessa perspectiva é perceptível segundo Hébette (2004, p.58):

“A operação Amazônia, seguida do plano de Integração Nacional (PIN), do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), do programa de pólos Agropecuários e Agromineriais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), do Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins (PRODIAT), do PÓLO NORDESTE, ENTRE OUTROS e mais recente o Programa Grande Carajás (PGC), que se superpõe aos demais”.

Nesse processo a Amazônia como espaço vazio, com terras férteis e com possibilidades de absorção de agricultores migrantes de outras regiões do país principalmente da região nordeste com potencial de acúmulo de capital, como veiculado pelo Plano nacional de Reforma Agrária (PNRA), torna-se mito aos agricultores, uma vez que a distribuição de terras é estabelecida de forma assimétrica onde os agricultores familiares estão a margem do planejamento do Estado brasileiro no que diz respeito a distribuição de terras.

Para além existe uma diversidade na composição desses sujeitos o que incorpora a esse grupo características diferenciadas com diferentes perspectivas quanto a posse da terra e desenvolvimento pois estes são formados pelos:

Povos marginalizados e despossuídos ao longo dos tempos, alguns provenientes de fases anteriores de penetração na região como: extrativismo florestal, garimpagem, agropecuária e povos originários culturalizados. Também há os recém chegados, estes vindos de regiões com sérios problemas sociais –principalmente do Nordeste brasileiro-, frutos da colonização espontânea recente(PICOLI, 2006, p.84).

A complexidade social que a sociedade paraense se torna, aumenta ainda mais a dificuldade na formulação de políticas públicas que venha atender os anseios de tais sujeitos, pois existe uma tensão quanto essa assimetria na distribuição de terras o que gera conflito de interesse entre essas classes, trabalhadora nesse caso agricultores familiares e do outro lado empresas agropecuárias com capital nacional e internacional, ainda assim segundo (HALL, 1991, p.28) “Em termos gerais a operação Amazônia foi montada para criar “pólos de desenvolvimentos”, tal como o de Manaus, estimulando a imigração e a formação de grupos auto suficientes”.

Esses planos sob superintendência da SUDAM, objetivavam para além da “integração da região amazônica e desenvolvimento econômico”, de grupos que estariam se instalando, procurava fortalecer um modelo de desenvolvimento baseado na grande propriedade com atividades produtivas fortemente subsidiada com recursos públicos, em contraposição a agricultura familiar, que naquele momento embora veiculada pela mídia a disposição de terras amazônicas para homens sem terra, não recebera atenção necessária quanto a infra estrutura fundiária, sem estudos prévios no que se refere a fertilidade do solo onde estavam sendo assentadas, esse fato resultou em sobreposição de assentamentos sobre terras indígenas, habitações inadequadas ou inexistência, falta de escolas nas áreas de assentamentos, postos de saúde com estrutura insuficiente para atender a demanda quando a existência desses postos entre outros fatores, grosso modo a agricultura familiar se forja sobre uma precariedade geral dificultando a permanência dos agricultores nas áreas destinadas para tal fim, baseado nessa lógica:

O processo de colonização da Amazônia nas últimas décadas foi realizado de forma extensiva, agressiva e repressiva, pois foi promovido pela burguesia nacional e internacional, apoiados pelo Estado brasileiro, dizimando grande quantidade dos povos originários. Mas através da estratégia capitalista implantada na região, fez-se necessário transformar os povos originários em mercadoria, que venha a vender sua força de trabalho aos projetos ali existentes, mesmo que esses projetos se instalem em suas próprias terras (PICOLI, 2006, p.79).

Foi a forma mais perversa no processo de transformação da estrutura agrária da Amazônia, ao passo que não se leva em consideração sequer a existência, muito menos a opinião dos próprios habitantes originários principalmente os indígenas que exploravam alguns dos vários recursos desse território. É nesse contexto que se dar a formação da agricultura familiar na Amazônia, em total negação aos direitos da referida classe, como exemplo pode-se usar o fato das relações diferenciadas num processo de centralização da terra sob domínio do capital com o apoio do Estado brasileiro tornando o conflito pela terra uma característica marcante no campo brasileiro como observa (HALL, 1991, p.29):

Um ponto básico, porém, é que ao adotar uma estratégia ruidosamente viesada para o latifúndio na década de 1960, que subsidiava a monopolização gradual de áreas cada vez maiores de floresta tropical úmida para exploração comercial e especulativa, o Estado brasileiro tornou o conflito rural violento um aspecto inevitável da vida na bacia amazônica.

Esse contexto transforma a Amazônia brasileira num caldeirão social efervescente pois, os mesmos recursos naturais e extensões de terra que se oferecera a estruturação de grandes fazendas e segmentos desse setor, também era objeto de incentivo à vinda de levas de migrantes pobres para se instalarem nesses mesmos espaços como o caso do Programa Integrado de Colonização (PIC), Marabá que segundo Pereira (2015, p.105):

O PIC de Marabá, conforme o planejamento proposto pelo governo federal, se estenderia por 529 quilômetros entre as cidades de Altamira e Marabá e ocuparia uma faixa de dez quilômetros de cada lado da Transamazônica. Além de da distribuição de lotes, a partir riscos lineares em mapas, previa-se a construção de agrovilas, agrópolis, rurópolis localizadas em distâncias regulares ao longo da rodovia, sem total conhecimento do relevo, da disponibilidade de água, das condições climáticas, etc. A cada cinco quilômetros, uma vicinal, adentrando a floresta, cruzaria a estrada.

O PIC Marabá funcionou como isca, armadilha no recrutamento de mão de obra, para fazendas e grandes projetos pensados para a região com o caso do Projeto Grande Carajás (PGC), conforme Hall (1991) “instituído pelo Ato Executivo nº 1.183, de 24-11-1980”, que criou o plano fundamental de incentivos fiscais e financiamentos a investidores nos projetos minerais”. Dessa forma o PIC Marabá foi um projeto frustrado, pensando do ponto de vista do planejamento inicial reforçando ainda mais a lógica de centralização da terra nas mãos de latifundiários em detrimento de agricultores vindos de outras regiões do país havidos por terra e que programa de colonização não conseguiu absorver-los.

## 2.1 A INTERFERÊNCIA DO ESTADO NA CONFIGURAÇÃO AGRÁRIA

Pensar a respeito do que está implícito nas formas de dominação através do poder, é inevitável que analisemos a forma na qual o Estado se coloca e pratica suas medidas e ações diante de determinado grupo social ao longo do tempo. Saes (1987), salienta que o Estado tem função expressa e declarada de conter o conflito de classe e amortecer possíveis revoluções. Essa capacidade se concretiza a partir do momento em que dá-se a esses “homens especiais”, poderes administrativos, repressivos sobre um determinado grupo, supostamente eleito na maioria dos casos em regimes “democráticos”, o que dá a eles poderes especiais.

Se Estado e poder, tem estreita relação, fundamentalmente também é necessário conhecer as diferentes abordagens de Estado que estão postas, Estado moderno, a qual supõe que o mesmo governa para o bem comum como destaca Carnoy, (1998, p.20) “está implícita nas análises do Estado que se apoiam na visão pluralista a ideia de que o governo pretende servir aos interesses da maioria, mesmo que, na prática, nem sempre o faça o governo está a serviço do povo, colocado lá por esse povo para cumprir tal função”. Cabe ressaltar que o autor se apóia na concepção materialista dialética que supõe uma outra lógica.

Na concepção de Estado “moderno” está implícita ou explícita a ideia de que o Estado governa para um grupo específico, portanto para uma minoria, o que gera acumulação de riquezas para alguns e pobreza para muitos, fato que resulta em diferentes classes sociais e lutas de classes, tanto no que diz respeito aos meios de produção e trabalho, quanto a ascensão ou acesso ao poder de decisão de determinado grupo social.

Nessa perspectiva nos objetivamos nessa análise trazer algumas informações, dados e fatos que contribua com a compreensão da constituição e formação do Estado numa perspectiva “moderna”, analisando como o mesmo influencia na questão agrária fundamentalmente em nível de Brasil. Para compreendermos como se deu a origem e desenvolvimento desse na forma de Estado tal como é concebida na atualidade, Engels (2010, p.139) afirma que:

Em nenhuma parte melhor do que na antiga Atenas podemos observar como o Estado se desenvolveu, pelo menos na primeira fase da sua evolução, com a transformação e substituição parciais dos órgãos da condição gentílica (*Gentilverfassung*) pela introdução de novos órgãos, até completamente instauradas autoridades com poderes realmente governamentais – quando uma “força pública” armada, a serviço dessas autoridades (e que, por conseguinte, podia ser dirigida contra o povo), usurpou o lugar do verdadeiro “povo em armas”, que havia organizado sua autodefesa nas gens, nas fratrias e nas tribos.

Essa sequência de fatos ilustra bem como o Estado ateniense “ganha corpo” no curso da história da humanidade, trazendo consigo a ideia de “direito a posse da terra”, e conseqüentemente a lógica de sociedade civil instituída a partir de um contrato social, que para Engels em relação a posse da terra, até onde alcança a história escrita, encontramos a terra já repartida e como propriedade privada, o que corresponde a produção e ao comércio de mercadorias relativamente desenvolvido da fase superior da barbárie.

Engels, (2010, p.143) ressalta ainda que a aparição da propriedade privada dos rebanhos e dos objetos de luxo trouxe o comércio individual e a transformação dos produtos em mercadorias foi o germe da revolução (*Umwälzung*) subsequente. Segundo o autor, “quando o produto deixa de ser consumido pelos seus produtores, desfazendo-se deles mediante comércio, deixaram de ser donos dos mesmos. Já não podiam saber o que ia ser feito

dos produtos, nem se algum dia estes seriam utilizados contra os produtores, para explorá-los e oprimi-los”.

Nesse sentido a transformação dos produtos em mercadorias significou na prática uma das principais mudanças, que posteriormente no processo de troca de mercadorias com as dificuldades de mensurar valores e volumes de diferentes produtos criar-se-ia o dinheiro, símbolo no qual possibilitava a troca por qualquer outro produto e ainda assim facilitava o acúmulo. Para Engels (2010, p.144), “quando os homens inventam o dinheiro, não suspeitavam que estavam criando uma força social nova, um poder universal único, diante do qual se iria inclinar a sociedade inteira”.

Ainda nessa mesma perspectiva quando Carnoy (1988, p. 211) trata de sociedade civil, ressalta que “o primeiro homem que, após cercar um pedaço de terra se lembrou de dizer: isto é meu, e encontrou pessoas simples o bastante para acreditarem nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil”.

Ao longo do curso histórico é possível identificar por meio de literaturas que a estrutura do Estado passou por transformações, e que essas transformações as submeteu a alguns tipos, entre elas podemos identificar: Estado comunal, Estado feudal, Estado moderno capitalista. Este último o qual nos objetivamos a compreender melhor suas medidas e ações tomadas ao longo dos anos, que vieram a conformar a atual configuração agrária no Brasil e especificamente no município de Jacundá.

Segundo Borges (2005, p. 259), por meados de 1530, “Portugal optou por colonizar o Brasil, através das capitânicas hereditárias, mais tarde substituindo pelas capitânicas reais”, isso porque com a instituição das capitânicas, a coroa portuguesa garantia duplo objetivo: garantir a posse e colonização das terras recém descobertas e livrar-se das despesas dessa colonização, ao mesmo tempo em lançava as bases de novas fontes de renda. Esse modelo de colonização tinha características essencialmente feudais, embora esse feudalismo estivesse em decadência, lutando por sua manutenção. Embora concedendo uso das terras a coroa portuguesa não abria mão totalmente de seus direitos sobre a posse e uso da terra, mantendo uma espécie de vigilância e controle do uso e produção na terra.

Essas concessões consistiam em grandes extensões de terras doadas a fidalgos, como o caso da capitania de Pernambuco doada a “Duarte Coelho em 10 de março de 1534, recebendo 60 léguas de terra, situada entre o rio São Francisco e a ilha de Itamaracá, que entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme a dentro, tanto quanto puderem entrar e for de minha conquista” Borges, (2005, p. 262). A terra nesse contexto era bem mais do que uma simples posse, funcionava como uma possibilidade de escalada quanto ao gozo de benefícios quem fazia uso resumia a um grupo minoritário, assim, para além do direito à terra o donatário tinha uma série de privilégios entre eles pode ser citado “o direito de outorgado ao donatário de intervir nas eleições das câmaras, confirmar ou não os eleitos; a alçada nas causas cíveis e criminais, sem apelação nem agravo.” (BORGES, 2005, p. 267).

Nessa conjuntura o donatário da capitania tinha poder quase absoluto devendo obediência apenas a coroa portuguesa e a Igreja católica, como estava revestido de poder e privilégios, cabia a ele administrar a exploração dos recursos e impostos sobre a produção que naquele momento histórico consistia basicamente na usurpação de parte da extração dos recursos naturais e ainda de forma tímida a produção agrícola. Esse formato exploratório consistia em uma subdivisão da capitania em sesmarias nos seguintes grupos:

a) sesmarias completamente livre de foro, tributos ou pensão, salvo o dízimo à ordem de cristo; b) sesmarias com obrigações dos sesmeiros nela cultivarem a cana-de-açúcar, algodão, estabelecerem engenho ou fundarem vilas, dentro de determinado prazo, em geral de 3 a 6 anos, além do pagamento dízimo a Deus; c) sesmarias com condição de os sesmeiros pagarem determinado foro anual por légua, pensão anual pelo estabelecimento de engenho, tributo sobre a produção de açúcar. (BORGES, 2005, p. 268- 271).

Sob essas condições a concessão de uso da terra em pequenas propriedades não era viabilizada, nem tinha-se interesse em implementá-las, sob a ótica de um modelo agroexportador seriam estruturas antieconômicas, fato esse reforçado durante as capitanias reais quando criado em 1780 um quarto grupo, das “sesmarias com condição de as mesmas não sofrerem parcelamento”. Essa condição dificultava muito, senão impedia a divisão de terras em pequenas propriedades, dessa forma a centralidade do uso das terras no Brasil era o modelo de desenvolvimento considerado ideal, “a coroa

considerava que as sesmarias de 3 léguas quadradas, já eram tão pequenas que, se fossem fracionadas, tornar-se-iam antieconômicas (BORGES, 2005, p. 276).

Essa estrutura fundiária permaneceu até por volta do ano de 1850, quando as estruturas em formato de sesmarias encontrava-se em crise e conseqüente transformação, devido a problemas de várias ordens: divisão e posse de terras, crise da escravidão, não pagamento de impostos entre outros, essa situação caótica levou a ser formulada e instituída a lei de terras Nº 601, de 18 de setembro de 1850, considerada “o marco jurídico institucional que preparou a transição do modelo agroexportador, em crise, para um novo modelo econômico”, assim como “preparou a transição da produção com trabalho escravo – nas unidades de produção tipo “plantation”, utilizada nos quatro séculos do colonialismo – para a produção com trabalho assalariado” (BORGES, 2005, p.283).

A lei de terras Nº 601 de 1850, constitui-se a primeira lei no Brasil que possibilita a compra e venda de terras, precede de mecanismos que reforça negação ao acesso à terra pelos escravos e assalariados quando em sua composição existem dispositivos que vincula a posse da terra a condições financeiras para o pagamento de impostos e benfeitorias dentro de prazos estipulados nesses documentos, medida crucial a negação, já que escravos, ex escravos e assalariados não possuíam, dessa forma como destaca Borges, (2005, p. 284). “A lei de terras de 1850 entregou as terras como propriedade privada apenas para os fazendeiros, para os capitalistas. Nascia, assim, o latifúndio excludente e injusto socialmente. E os trabalhadores negros, impedidos de se transformarem em camponeses, foram para as cidades”, criando outro problema as favelas, construções de barracos em locais com declividade elevada não apropriada a moradia humana.

Um outro documento regulatório instituído mais recente e que também corrobora a perspectiva de concentração de terras foi o “Estatuto da Terra”, elaborado e sancionado no governo Castelo Branco em plena ditadura militar como destaca Vinhas 2005, “não altera em essência, a estrutura fundiária do país”, nessa lógica os latifundiários repousam sobre uma legislação que os

garante o acesso a vastas extensões territoriais de terra em detrimento de uma massa de despossuídos, como mostra VINHAS (2005, p. 136).

Segundo anuário estatístico de 1960, 33mil proprietários concentravam em seus estabelecimentos 126 milhões de hectares de terra. Ao mesmo tempo, mais de 10 milhões de trabalhadores não possuíam qualquer nesga de chão e 1,5 milhões de lavradores pobres que tinham menos de 10 hectares dispunham de apenas 6 milhões de hectares de terra.

É nessa perspectiva que o campesinato brasileiro se insere, com origem em camponeses pobres resultado do avanço do capitalismo da Europa e um segundo grupo com origem nas populações mestiças resultado da miscigenação de índios, negros e brancos, nascido no Brasil. No entanto, são impedidos de se transformarem em pequenos proprietários pela lei de terras de 1850.

Acumulando contradições no campo ao longo curso histórico, como é característica do Estado materialista dialético, resultado da ação do latifúndio monopolista, incentivadas pelo processo de industrialização na costa brasileira, especialmente, nas regiões sudeste e sul do Brasil, a partir de 1934 o país tem uma massa de trabalhadores expropriados de terras e sertanejos no nordeste brasileiro passando por período de seca intenso, em contraponto a Amazônia é apresentada por meio da mídia como um “vazio” territorial e com capacidade produtiva agropecuária. É nesse cenário que as políticas desenvolvimentistas se baseiam na “integração” da Amazônia ao processo de exploração do capital ao mesmo tempo em que, incentiva a vinda de agricultores com o lema “terra sem homem, para homem sem terra”, nessa lógica foram criadas superintendências, programas de incentivos fiscais e programas de financiamentos que influenciaram diretamente na transformação do espaço amazônico um exemplo de tais ações e medidas, foi à criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), (Lei nº 1.806 de 06-01-1953), que em um momento posterior, 1966 seria substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), (Lei nº 5.173 de 27-10-1966), que após escândalos de corrupção foi substituída pela Agencia de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), em 2001. A política de

desenvolvimento da Amazônia teve como principal característica o incentivo fiscal a latifundiários, assim:

A política de incentivos fiscais, originalmente implantada em 1963 a fim de atrair capital privado teve grande ampliação em 1966, através da lei nº 5.174, que concedeu isenção de 50% do imposto de renda devido até 1982 àqueles que investissem na agricultura, pecuária, indústria e serviços básicos, tais como educação, transporte, colonização, turismo e saúde pública. Essa medida elevava para 100% a isenção para quem investissem em projetos na Amazônia, fosse em esquemas novos ou existentes em 1974 (HALL, 1991, p. 25).

Essa medida atraiu uma legião de latifundiários para região principalmente empresas de grande porte, pois percebiam uma possibilidade clara de ganho e acumulação de capital na região amazônica principalmente as empresas agropecuárias, e a partir da década de 1960, os grandes empreendimentos agropecuários se multiplicaram:

Beneficiados por incentivos fiscais do governo militar e financiados por organismos unilaterais como o Banco mundial e o banco interamericano de desenvolvimento, dando origem a um aumento dramático no número de projetos agropecuários aprovados pela SUDAM, que saltaram de 4 em 1966 para um total de 162, em 1969 esse processo na verdade refletiu a ênfase global que, na ocasião estava sendo colocada por organismos multilaterais. Só essas duas organizações emprestaram US\$ 1,3 bilhões de dólares para a criação de gado na Amazônia nas décadas de 1960 e 1970 (HALL 1991, p.27).

Esse processo foi intensificado no ano de 1970 com a colonização dirigida para pequenos agricultores e preocupação com a exploração de recursos, além da continuação dos subsídios aos criadores (HALL, 1991, p.30). Sempre com discurso de integração da Amazônia amparado pelo decreto-lei nº 1,106, aliando a resolução do problema da seca na região nordeste naquele período, todas essas medidas aguçou a vinda empresas e fazendeiros para a região amazônica incentivadas pela mídia e governo, com os lemas “integrar para não entregar” e “terra sem homens para homens sem terra” culminando com a abertura das rodovias transamazônica, BR 122 e Belém-Brasília.

Num segundo momento a Amazônia seria oferecida como uma nova terra da promessa, pronta para ocupação por um campesinato fortemente pressionado e que estava sendo progressivamente expulso de seus lares tradicionais não só pela seca e as pressões demográficas, mas também pela estagnação agrária e o avanço da agricultura comercial de produtos agrícolas industrializados, como a soja e a cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*) (HALL, 1991,p.32). Culminando com esse fato, “o governo lançou uma maciça campanha pela tevê, rádio e imprensa escrita para transformar a imagem popular da Amazônia, de região essencialmente hostil para outra cheia de oportunidades para pessoas empreendedoras” (HALL, 1991,p.34).

É necessário enfatizarmos que em nenhum momento da história a exploração dos recursos e ocupação pela frente de exploração do território amazônico, foi direcionada pelo Estado para beneficiar o camponês, ao contrário, sempre houve projetos agropecuários beneficiando grandes grupos, como cita Costa (2000), o projeto de modernização da ditadura atuava no sentido de “anulação do campesinato local nas áreas antigas (estratégia de modernização do latifúndio e tecnificação concentradora) e novas (colocação do grande capital na fronteira)”. Esse modelo de desenvolvimento refletiu diretamente na distribuição das terras e crédito na região amazônica, baseando-se na centralidade do capital nas mãos de empresas agropecuárias como relata Costa (2000, p.57):

As empresas gigantes – entre as quais se, incluem por exemplo, Bradesco S/A, Construtora Mendes Jr. Em número de 21,19% do total, estruturaram projetos cujo valor total corresponde a 47,2% do total de investimentos de todos os projetos da amostra, apresentando, além disso a maior média de investimentos por projeto: 48,5 bilhões de cruzeiros ou 4,9 milhões de dólares (Mais que o dobro da média).

Além das empresas agropecuárias eram beneficiadas com essa política um segundo grupo, os grupos familiares forâneos, que vinham da regiões sul e sudeste do Brasil, com forte influência na criação de gado e atraídos pela oferta de terra, crédito com subsídio elevados, fato que assegurava o acúmulo de capital mesmo em situações onde os empreendimentos apresentavam baixa

taxa de lucratividade ou até mesmo déficit nas atividades desenvolvidas, Costa (2000) cita alguns desses grupos.

Famílias Lunardelli, Rodrigues da Cunha, Do Val, Goes e, representando valor 1,7 US\$ milhão com incentivo de 74% desse valor, também foram beneficiadas e por último a oligarquia local: Acatauasú Teixeira, Khayat, Xerfan e etc, Com 42 projetos beneficiando-se de valores na ordem de 1,1 milhão de dólares cada (COSTA, 2000, p.57).

Esse processo contribuiu de maneira significativa para a concentração de terras sob domínio do grande capital na Amazônia, e o mais grave é que todo esse processo é, e continua sendo fortemente subsidiado senão patrocinados em alguns casos pelo Estado brasileiro que se diz moderno. Seja qual for o projeto ou perspectiva do mesmo, fica evidente nas medidas do Estado brasileiro que embora exista na Amazônia, uma população significativa em termos de quantidade e diversidade, as políticas voltadas para tal espaço não leva em consideração essa conjuntura, corroborando a perspectiva materialista dialético onde a centralidade das políticas tem como finalidade atender aos objetivos de grupos específicos, dessa forma:

Convém ressaltar, de início, que esses projetos vêm de pára quedas: São jogados de fora, não em função de uma realidade social local e para atender a interesses regionais, mais sim em função de interesses alheios à região. Eles são idealizados em função dos recursos existentes na região, mas não com vistas às necessidades da população residente. Atendem a objetivos do capital, que nem é basicamente capital brasileiro. Poderão ter alguns reflexos secundários favoráveis à população, mas seria muito ilusório pensar que seu impacto fosse globalmente positivo, pois não foram concebidos para tal fim (HÉBETTE, 2004, p.150).

É fato que não é por falta de luta que a centralidade do domínio da terra permanece nas mãos das grandes empresas e latifundiários, Almeida(2012, p. 40) ressalta que “na complexa realidade, competem pelo domínio do espaço e dos recursos naturais, atores como empresas de mineração (CVRD), pecuaristas, Estado, madeireiros, sem terra, assentados, posseiros e garimpeiros”.

As tensões criadas nesse contexto, levam a tomada de medidas mitigadoras por parte do Estado, na tentativa de apaziguar as divergências estabelecidas entre as diferentes classes sociais “tanto no campo quanto na cidade: no campo, onde se multiplica o número de trabalhadores sem acesso à terra; nas cidades, onde se acumulam os excedentes de mão-de-obra não absorvidos pela indústria” (HÉBETTE, 2004, p.83).

Na prática, o Estado cede em pequenas escalas quando as tensões sociais se intensificam, permitindo pequenas concessões seja de acesso à terra, ao crédito, a habitação entre outros, embora saibamos que essas concessões são irrisórias diante do montante destinado ao grande capital. Nesse sentido e não por acaso “o Estado se agiganta, produz ideologia, assegura a ordem, financia empresas e imensas obras de infraestrutura e ainda conduz a uma proletarização imensa de trabalhadores do campo, garantindo que o capital se assenhere das terras e dos recursos naturais” (CONGÍLIO, 2016, p.5).

Não há como falar da centralidade da terra nas mãos do grande capital sem mencionarmos o Programa Grande Carajás (PGC) que chega no segundo momento da “integração e exploração”, haja visto que é um dos principais atores que disputa e se apropria dos recursos minerais aqui existente, Almeida (2012, p. 41) destaca que “a gestão do território de Carajás desvenda a essência logística dos grandes projetos associados à nova ordem científico – tecnológico. Carajás é um segmento localizado de um conjunto de escala planetária”. Segundo Congilio (2016, p. 09), “o Projeto Grande Carajás se instala no que é considerada a mais rica área de minérios do planeta. Ocupa cerca de 900mil km<sup>2</sup> em plena floresta amazônica, numa área cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia”.

Após a identificação de jazidas minerais na região amazônica, as mesmas foram praticamente cedidas a grupos capitalistas nacionais e internacionais a valores irrisórios, se comparados com seu real valor, dessa forma muitos grupos hoje estabelecidos em território amazônico indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agricultores familiares entre outros não tem garantias de permanência nesses espaços, caso haja interesse desses

empreendimentos em explorar tais áreas foi dado o direito se não de posse, o de exploração dessa forma:

A cobertura de grande parte da Amazônia por alvarás de pesquisa e concessão de lavra. Segundo estudos do conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq), constituem-se hoje áreas bloqueadas (isto é reservada a empresas por concessões de lavra, autorizações ou simples pedidos de pesquisa) 976.553km<sup>2</sup> da região norte, ou seja, 27,5% da sua extensão- sendo 57% do Amapá, 39% do Pará, 47% de Rondônia e 35% de Roraima (HÉBETTE 2004, p.35).

Os grandes empreendimentos, pensados pela égide do capital na Amazônia, entra em contradição com discurso oficial de desenvolvimento e Reforma Agrária, veiculada pelos aparelhos ideológicos do Estado. Veicula-se a distribuição de terras em pequenas propriedades na perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar, mas, a medida que as pesquisas e estudos são publicados percebe-se o inverso: a centralização das terras sob domínio de um punhado de latifundiários, empresas e projetos de mineração. Para Hébette (2004, p. 55), “a Amazônia teve a infelicidade de ser entregue para uma nova ocupação e novas formas de exploração no mais triste e mais caótico período da história política do Brasil independente”.

Segundo Picoli (2006, p.38) “os incentivos fiscais aplicados na Amazônia passaram a efetivar uma contra-reforma agrária no país, entre 1950 e 1960, 86,46% das terras da Amazônia eram ocupadas por estabelecimentos agrícolas com menos de 100 hectares. Entre 1960 e 1970 cai para 35,3%”. Na prática essas políticas de distribuição de terras em tamanhos relativamente pequenos, no entanto sem condições de permanência no lote, devido a falta de infraestrutura básica que perpassa por condições de trafegabilidade, acesso a escola, moradia entre outros, servem de argumento na tentativa de legitimar as políticas, desenvolvimentistas de um Estado materialista dialético que tem como objetivo o fortalecimento e ampliação do capital na Amazônia ou em qualquer outro espaço que venha atuar.

Dessa forma as ações do Estado, no que tange as dinâmicas sociais sempre se posiciona a favor do desenvolvimento do capital, se coloca como árbitro numa relação conflituosa entre grupos sociais que disputam e têm interesses antagônicos, numa sociedade de classes onde as divergências são processos constantes, a medida que vivemos em uma sociedade em que a

diversidade em vários aspectos é a base do tecido social, embora recorrentemente essa diversidade seja negada constantemente pelos aparelhos ideológicos do Estado.

Das capitânicas hereditárias aos aforamentos e megas projetos empresariais agropecuários atuais em pleno século XXI, a concentração de grandes extensões de terra sob o domínio do capital é uma característica marcante, os documentos oficiais por meio de cartaz, decretos e leis, como o caso da lei de terras de 1850, ilustra bem esse processo. Nesse sentido o acesso a terra não é um direito universal como pregado pelos aparelhos ideológicos do Estado por estarmos numa suposta “democracia”, a concessão de terra no Brasil sempre esteve ligada ao poder econômico de quem o acessa, justificado pela necessidade de “empreende-la”, a fim de torná-la produtiva e produzir riquezas, esse discurso camufla a mediocridade do modo de produção capitalista, que espolia a sociedade com objetivo maior de acúmulo de riqueza.

Nessa lógica, a política de colonização da região amazônica tomada pelo Estado, se analisada do ponto de vista ideológico, “terra sem homens, para homens sem terra”, Marcha para Oeste, entre tantas outras ideologias supõe um certo favorecimento do colono enquanto ser humano, na perspectiva do bem estar social, quando na prática funcionava como estratégia de formação de mão-de-obra aos megas empreendimentos agropecuários implantados na região ou ainda no sentido de “desbravar” espaços até então inabitados pelo homem branco, assim como, o de legitimação de tal modelo de colonização voltado para os grandes empreendimentos agropecuários e minerais.

## 2.2 POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS E SEUS REFLEXOS NA TRANSFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JACUNDÁ

As políticas desenvolvimentistas pensadas para a Amazônia trazem consigo processos de negação e afirmação de determinados grupos sociais,

assim essa sessão propõe uma análise das transformações culturais, políticas, ambientais, sociais e conseqüentemente na configuração agrária do município de Jacundá, em decorrência dessas políticas desenvolvimentistas pensadas e implantadas no município, o que reflete em mudanças bruscas quanto aos modos de vida dos grupos sociais aqui já residentes. Tomar-se a, como base teórica as ideias de Latour (1994), na perspectiva de fazer uma análise do conceito “modernidade” tal como é empregada, no sentido positivista ao mesmo tempo que se percebe que a mesma não dá conta da complexidade da sociedade, influenciando diretamente na exclusão de grupos sociais. Assim também analisar como os instrumentos de dominação vem se reinventando ao longo do tempo, na tentativa de manutenção do poder de grupos hegemônicos. Ainda nessa lógica discute um pouco as ideias de Hissa (2013), dessa separação no sentido epistemológico da ciência em relação a filosofia e a arte, o que gera problemas de incompreensão de objetos e áreas de estudo de própria ciência, pela dificuldade de relacionar-se com outros conhecimentos que não científicos, colocando-se acima das demais formas de conhecimento. É nesse contexto que está arraigado a lógica de “desenvolvimento”, pensada, estruturada e executada por meio de políticas de Estado, fato que tem gerado uma discrepância quanto a distribuição de terras e apropriação dos recursos naturais na Amazônia brasileira.

O desafio da pesquisa se lança na lógica de analisar o processo de transformação do município de Jacundá, não apenas no sentido da contribuição da ciência enquanto técnica, assim como a ciência como saber, dentro desse cenário de afirmação e disputa da agricultura familiar em contraposição a outras formas de produção e categorias, nesse sentido é necessário que esclareça a distinção entre as duas ciências para Hissa (2013, p.21):

A ciência técnica é hegemônica, enquanto a ciência saber é fronteira. A ciência técnica cultua a velocidade à luz da racionalidade. A ciência saber é vagar, é paciência, é lentidão, é artesanato. É arte de saber o mundo. A ciência saber é mistura e compartilhamento, envolvimento. É presença do sujeito. É discurso em prol da sabedoria. É discurso contra a corrupção da arte em nós e contra a corrupção da arte da ciência.

Nesse sentido de disparidade entre as ciências é possível perceber alguns elementos que nos ajuda a compreender as diferentes perspectivas, tanto no que tange a ocupação e uso da terra, quanto aos projetos de desenvolvimento pensado por diferentes grupos sociais que compõem o tecido social amazônico, logo reflete-se nas culturas desses povos uma vez que a estruturação e implantação das políticas públicas acontece no sentido vertical baseado numa lógica da ciência técnica, onde a ciência saber é desprezada, desvalorizada arraigando ainda mais a lógica dos que pensam e dos que executam, e como se a sociedade de forma geral não tivesse capacidade de analisar os fatos que acontecem em seu entorno, analisassem e fossem capazes de pensar ações por meio de políticas públicas que viessem mitigar ou resolver tais problemas que os rodeiam. Esse jogo de poder é profundamente arraigado dentro das próprias universidades, segundo Hissa (2013, p.21), “não são apenas distantes, arte e ciência – e, aqui, diz-se da ciência moderna e da arte mais engajada e menos contaminada pelo mercado. A ciência moderna é feita da negação da arte, da desqualificação da emoção que, negada, concede origem à ciência que se imagina apenas feita de razão”. Esse endurecimento da ciência técnica quanto ao conhecimento dito popular, não se processa de tal forma ao longo do tempo por acaso, a ciência técnica enquanto conhecimento parece repousar sobre as demais formas de conhecimento, reforçada por uma lógica de supervalorização do conhecimento sistematizado ao mesmo tempo em que nega a importância da ciência saber, em muitos casos e situações entrando em contradição ao fazer uso do conhecimento produzido por essa ciência negada. Está implícito nessa lógica de supervalorização da linguagem técnica, uma estratégia de incorporação e manutenção do poder, como bem observado por Hissa (2013, p.25):

O texto científico convencional, hermenêutico, não dialoga como deveria com outros saberes, com os leitores, com o mundo. Ele não é trabalhado para isso. A ciência, que deseja ser só ciência e nada além disso, produz o seu texto que contraditoriamente, não precisa ser compreendido por muitos para ser científico e incorporar poderes.

Cabe a comunidade científica uma análise profunda sobre tal postura diante do objeto de pesquisa e o grupo social que está sendo pesquisado, a fim tornar o ato de pesquisar e seu resultado, nesse caso os conhecimentos,

acessíveis e úteis, tanto a ciência técnica quanto a ciência saber, e desta forma estabelecer uma relação de igualdade pesquisador/pesquisado, e assim, consiga transitar minimamente entre diferentes áreas do conhecimento sem que se perca diante do objeto de pesquisa ou em questões que mereçam uma postura desta natureza, conforme Latour (1994, p.11):

Nossa vida intelectual é decididamente mal construída. A epistemologia, as ciências sociais as ciências do texto, todas tem reputação, contanto que permaneçam distintas. Caso os seres que você esteja seguindo atrevessem as três, ninguém mais compreende o que você diz. Ofereça às disciplinas estabelecidas uma bela rede sociotécnica, algumas belas traduções, e as primeiras extrairão os conceitos, arrancando deles todas as raízes que poderiam ligá-los ao social ou a retórica; as segundas irão amputar a dimensão social e política, purificando-a de qualquer objeto; as terceiras, enfim, conservarão o discurso, mas irão purgá-lo de qualquer aderência indevida à realidade *horresco referens* e aos jogos de poder.

É necessário também nesse sentido, uma análise da organicidade dessa lógica de construção e configuração da estrutura do saber/poder exercida pela ciência, assim também pelo Estado, que conseqüentemente tem papel fundamental na definição da estrutura social na atualidade. Nesse sentido é calcado sobre essa lógica dicotômica, dominador/dominado, capital /apropriação onde se manifesta as contradições da humanidade e o conhecimento técnico, é espaço onde a ciência se distancia do humano, num processo de desumanização na pesquisa, embora saibamos, “a superioridade do homem está no saber, disso não há dúvida”. ADORNO; HORKHEIMER, (1997, P. 5). Há nesse caso uma das grandes contradições da humanidade se o que nos torna superior aos demais animais é essa capacidade de saber, porque em muitos casos o conhecimento não está a serviço do homem? Para Hissa (2013, p.74):

O pensamento moderno é bipartido, dicotômico, e o projeto da ciência moderna – que se explica através das disciplinas científicas – resulta na divisão do todo em partes, construindo a expectativa de que se possa conhecer melhor e de forma mais aprofundada esse todo. Tal projeto é coerente com a leitura cultural produzida pelas sociedades moderno – ocidentais. O de dentro e o de fora; o superior e o inferior; o negro e o branco; o eu e o outro; o cérebro e a mente; a razão e a emoção; a cultura e a natureza; o sujeito e o objeto; o masculino e o feminino; o mundo e a abstração; a concretude e a ficção; a teoria e a prática. As dicotomias além de culturais são de natureza política e são fortalecidas pelo pensamento moderno – ocidental feito de fraturas aprofundadas pela ciência moderna.

Existe nessa lógica, uma exacerbada preocupação com as especificidades, disciplinas, as partes. A ciência técnica já não consegue mais compreender o funcionamento do todo, mas, das partes em separado que o compõem, no entanto não consegue estabelecer relações entre os fatores de análise na ordem inversa, temos nesse sentido uma questão a ser pensada de ordem epistemológica, superar essa perspectiva é um dos desafios da ciência saber, já que vem estabelecendo relações verticais e isoladas quando fragmenta em excesso e já não consegue estabelecer relações com o que está a sua volta ou com o todo que seu objeto de análise faz parte. É preciso nesse caso uma mudança de ordem epistemológica, pois:

Pesquisar é se aproximar de questões tomadas como relevantes e mergulhá-las em *teorias que fazem pensar*. As teorias, ao nos interrogarem, por que também nos fazem pensar, direcionam questões para as próprias perguntas de pesquisa. Esse exercício teórico, que parece bastante complexo, é que conduz a ideia de que toda pesquisa se inicia com um processo: o de problematização, identificando como aquele que põe em dúvida e, portanto, nos questiona a todos e, principalmente, interroga àquele que pergunta e pesquisa (HISSA, 2013, p.31-32).

Nesse sentido o pesquisador, imbuído de ciência técnica deve estabelecer uma outra lógica e dá novos sentidos e possibilidades de interpretação da realidade, principalmente ao que tange a complexidade da sociedade e suas relações com a natureza e seus recursos, pois; “Multiplicam-se os artigos híbridos que delineiam tramas de ciência, política, economia, direito, religião, técnica ficção. Se a leitura do jornal diário é a reza do homem moderno, quão estranho é o homem que hoje reza lendo assuntos confusos”. Nessa lógica, “Toda cultura e toda a natureza são diariamente reviradas aí” LATOUR, (1994, p.8).

Portanto, compreender a formação da ciência moderna “eurocêntrica”, e como estabelece diálogos com outras formas de saber e essencial ao avanço da ciência no sentido da descolonização da prática científica, assim como perceber seu papel junto a sociedade, na lógica de colocar o conhecimento científico a serviço do bem estar social, onde contribua com a produção de

riqueza ao mesmo tempo em que possibilite o acesso da sociedade a esses bens e serviços produzidos.

Nessa perspectiva analisar-se-á, a configuração da estrutura agrária do município de Jacundá - PA, tomando como base as políticas de Estado que foram implementadas numa lógica desenvolvimentista, ancorada sobre uma lógica de ocupação e “modernização”, da Amazônia brasileira, desconsiderando ou negando a existência dos povos tradicionais aqui já residentes, ao mesmo tempo em que se percebe uma forte contribuição da ciência na implementação desse modelo de “desenvolvimento” pensado para a região. Nessa lógica deteremos nos inicialmente a discutir embora que de forma superficial o conceito de modernidade na tentativa de tornar um pouco mais compreensivo o sentido no qual o conceito modernidade estar sendo empregado, assim:

A modernidade possui tantos sentidos quantos forem os pensadores ou jornalistas. Ainda assim, todas as definições apontam, de uma forma ou de outra, para a passagem do tempo. Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras “moderno”, “modernização” e “modernidade” aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável. Além disso, a palavra encontra-se sempre colocada em meio a uma polêmica, em uma briga onde há ganhadores e perdedores, os antigos e os modernos. “moderno”, portanto, é duas vezes assimétrico: assinala uma ruptura na passagem regular do tempo; assinala uma ruptura na passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos (LATOUR, 1994, p.15).

É nessa perspectiva de “superação” do arcaico, do antigo que a Amazônia brasileira vem sendo discutida ganhando mais ênfase a partir da década de 1950-1960, pois esse contexto para os modernos impera o “desenvolvimento” da região, portanto uma Amazônia onde seus recursos, naturais e humanos não se insere na lógica global de consumo de produtos industrializados soa para muitos como “atraso”, dessa forma houve a partir da década de 1950, uma corrida louca para inserção dos recursos naturais no circuito do comércio mundial, para isso era necessário “integrar” a região amazônica as demais regiões do país e do mundo, nessa lógica foram estabelecida em 1953, A Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), numa perspectiva de dar suporte a atividades “agrícolas, pastoris, minerais, e industriais” (HALL, 1991, p.24). Em 1966 viera a ser

implementada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), substituindo a agora extinta SPVEA no intuito de dar mais credibilidade as ações de desenvolvimento até então propostas pela Superintendência de valorização e que mostrava-se pouco convincentes e satisfatórias devido a seus resultados ínfimos em relação ao planejado.

Contudo percebe-se uma grotesca diferença de investimento quanto a financiamentos em relação a diferentes grupos sociais e seus respectivos projetos de afirmação enquanto sujeitos, se compararmos os investimentos feitos na agricultura familiar e no agronegócio por exemplo é perceptível nesse processo uma espécie de conluio, atrelamento, pareamento das medidas de Estado com o avanço do capital sobre a apropriação dos recursos amazônicos, assim, segundo Hall, (1991, p.56), “medidas mais recentes do governo confirmaram o claro interesse do Estado de reforçar seu controle econômico e político sobre a região fronteira norte e moldar a política indígena de acordo com os interesses do Estado e de grupos privados, tanto comerciais como políticos”. Portanto estar por traz do discurso desenvolvimento e modernização bem mais que aspectos que venham a garantir a soberania dos povos do campo, principalmente os mais pobres, há nesse projeto de desenvolvimento do capital uma clara intenção de apropriar-se dos recursos aqui existentes, numa perspectiva de fortalecimento dos grupos empresariais em detrimento da classe trabalhadora do campo, não por acaso:

A Amazônia tornou-se uma fronteira de commodities. Dos seis grandes grupos de bens exportados pelo país – soja, carne, minérios, suco de laranja, petróleo e celulose – três deles vem da Amazônia (carne, soja e minério). Eles são responsáveis, em grande parte, pela concentração fundiária, grilagem, pistolagem e conflitos em torno da terra, além do desmatamento acumulado. (CASTRO, 2010, p.114).

Embora o Estado, assuma por meio do discurso um forte apelo a “resoluções” dos problemas sociais gerados ou agravados pelo próprio Estado enquanto governo por meio de seus projetos desenvolvimentistas, tendo como forte apelo, o alcance da modernidade ou modernização e na tentativa de justificar suas decisões e medidas por esse lema, efetivamente, o Estado, vem fortalecendo a lógica de reprodução do capital por meio da oferta de crédito subsidiado e isenção de impostos a grupos empresariais privados em várias

frentes de expansão capitalistas, mas no que tange as questões agrárias esse processo torna-se bem mais notório. Basta analisarmos o discurso sobre a reforma agrária em vários planos e programas governamentais pensado no âmbito das várias instituições públicas: Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) criado pelo decreto presidencial nº 1767, de 1980 e extinto em 1987, sendo substituído pelo Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA). Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) instituído em 1985, “tinha como objetivo a distribuição de terras públicas e privadas subutilizadas a pequenos fazendeiros e trabalhadores sem terra” numa perspectiva de “reassentar 7,1 milhões de famílias com 1,4 milhão no curto prazo.” (HALL, 1991, p.53). Longe de alcançar os planos iniciais traçados tanto o GETAT quanto o PNRA, não conseguiram sequer minimizar os conflitos agrários na Amazônia, além do mais quiçá reconheceria os grupos indígenas e sua importância para a região, tudo em nome do tão esperado “progresso”, desenvolvimento dessa forma:

A modernidade é muitas vezes definida através do humanismo, seja para saudar o nascimento do homem, seja para anunciar sua morte. Mas o próprio hábito é moderno, uma vez que este continua sendo assimétrico. Esquece o nascimento da “não humanidade” das coisas, dos objetos ou das bestas, e o nascimento, tão estranho quanto o primeiro, de um Deus suprimido, fora do jogo. A modernidade decorre da criação conjunta dos três, e depois da recuperação deste nascimento conjunto e do tratamento separado das três comunidades enquanto que, embaixo, os híbridos continuavam a multiplicar-se como uma consequência direta deste tratamento em separado. É esta dupla separação que precisamos reconstituir, entre o que está abaixo, de um lado, entre os humanos e não humanos, de outro. (LATOUR, 1994, p.19).

Na perspectiva de homogeneização da sociedade está implícita uma lógica de simplificação da sociedade na qual nega-se a existência do diferente, do híbrido ao apoiar-se sobre visões simplistas quanto a questões culturais mercadológicas que permeiam os valores sociais/morais, nesse sentido quanto mais se nega o diferente, mais estes têm se reproduzido e buscado alternativas para serem incluídos enquanto sujeitos de direitos, e esse quadro vem saturando o tecido social o qual a modernidade não tem conseguido analisar.

A ciência tem papel fundamental na discussão desses problemas de ordem social e econômico, inclusive discutindo sua própria base

epistemológica eurocêntrica, que traz consigo uma lógica de incorporação de poder implícita em seu discurso, o que a torna uma ciência míope, incapaz de enxergar problemas sociais os quais deveriam debruçar no desenvolvimento de pesquisas para melhor compreender tais questões, e de alguma forma contribuir com a superação dos mesmos, é nesse sentido que o desafio se lança a pensar questões sociais como o caso da questão agrária a partir de :

Pesquisas relevantes que permitem ou estimulam o envolvimento social e comunitário. São pesquisas inteligíveis por muitos, de modo a serem sempre exploradas e ampliadas, servindo de referência para outros exercícios de continuidade ao pensamento reflexivo e à ação libertadora. Pesquisas relevantes põem em destaque os problemas essenciais do mundo, da vida e da existência. (HISSA, 2013, p.140).

Em contraposição, o que tem se percebido em relação a boa parte das pesquisas feitas no território amazônico é que as mesmas tem ênfase forte com relação a questões econômicas e uma espécie de esquecimento proposital das questões sociais, que envolve os menos favorecidos economicamente, no campo poderíamos ter como exemplo, os trabalhadores rurais sem terra, embora no gozo de seus direitos em acessar um bem essencial, a terra, são obrigados a enfrentar todos os tipos de espoliações possíveis, inclusive do direito de ter direito, tendo que travar batalhas jurídicas no processo de resistência desses sujeitos com relação a posse da terra e de reafirmação enquanto classe , em enfrentamento ao próprio Estado o que tem levado a disputa intensa por terra e em muitos casos chegando a conflitos sangrentos, com vítimas fatais nesses casos geralmente os posseiros ou sem terras, por não ter o arcabouço disponível a: grileiros, fazendeiros, mineradoras ou os grandes projetos de forma geral. Assim:

O mundo moderno jamais existiu, no sentido que jamais funcionou de acordo com as regras de sua constituição, separando as três regiões do ser das quais falei recorrendo, separadamente, aos seis recursos da crítica. A prática de tradução foi sempre diferente das práticas de purificação ou antes, mesmo esta diferença encontra-se inscrita na constituição, já que o jogo duplo entre imanência e transcendência de cada uma das três instancias permite fazer tudo e qualquer coisa. Nunca houve constituição que permitisse na prática tal margem de manobra. Mas o preço a pagar esta liberdade foi que os modernos permanecessem incapazes de pensar a si mesmos. Todo trabalho de mediação escapa do quadro constitucional que traça e o nega. (LATOURETTE, 1994, p.44-45).

O caso do município de Jacundá na década de 1970, se insere nessa mesma dinâmica, onde a população do município : indígenas, agricultores familiares e aglomeração urbana é submetida a situações onde a dignidade desses sujeitos é efetivamente negada quando confrontados com os interesses desses com os dos gestores do Projeto Grande Carajás, esses são obrigados a deixar seus lotes, casas povoados ribeirinhos em virtude da construção da Hidrelétrica de Tucuruí como destaca, Hébette, (2004, p.67), “em meados dos anos 1970, um acontecimento repercute profundamente sobre esta região: a implantação de uma usina hidrelétrica implica a formação de um imenso lago, 240.000 ha no rio Tocantins”. Não há nesse caso, diálogo com a população que ali vivia fazendo uso dos recursos daquele espaço e com uma dinâmica social, econômica e cultural própria devido as especificidades daquele espaço, houve na prática uma imposição de um “modelo de desenvolvimento” por sujeitos externos ao território em questão, numa lógica verticalizada de perceber o outro, nesse sentido as anciãs vividas e perspectivas pensadas por esses sujeitos do campo é submetida ao silenciamento, embora, em muitos casos reverte-se em revolta e luta no enfrentamento da agricultura familiar em contraposição ao agronegócio e megas projetos com é o caso do Grande Carajás.

O município de Jacundá situado na mesorregião sudeste paraense, nomenclatura definida pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é um município profundamente marcado pela disputa pela terra, por diferentes atores sociais, como observado por Hébette(2004), está presente no município como na maioria da região amazônica, conflitos de várias ordens desde conflitos entre agricultores versus indígenas, fazendeiros, grileiros e grandes projetos (Hidrelétrica de Tucuruí). Remontando um pouco a história do município de jacundá, segundo Silveira (2001, p.26), consta que “a fundação do povoado de Jacundá dar se por volta do ano de 1915”, próximo a cachoeira do Itaboca as margens do rio Tocantins local em que por várias vezes a expedição comandada pelo coronel Francisco Acácio de Figueiredo Leitão, se instala em busca de cauchais a explorar sua goma, sofrendo com ataques dos índios Gaviões defendendo seu território. E a partir dessa aglomeração

resultado de uma expedição que Jacundá se constitui enquanto aglomeração urbana.

O caucho (*Castilloaulei*) constitui-se a primeira das matérias primas exploradas em escala comercial, já que a Castanha do Pará nessa época não tinha valor comercial, Segundo SILVEIRA, (2001, p.25), “a produção era comercializada na praça de Belém, sendo levada até o entreposto de Alcobaça (atual Tucuruí), lá era repesada seguindo até a capital do Estado, onde era leiloadada aos capitalistas norte-americanos”. A medida que o valor do caucho cai, devido a oferta da goma produzida por seringais na Malásia, a castanha do Pará, que até então servia apenas como fonte de alimento aos moradores de Jacundá, ganha valor no mercado e imprime uma nova dinâmica de mercado na economia regional. Conforme EMMI, (1999, p.64), “O Tocantins (região que se insere o município de Jacundá), manteve uma produção média de 115.000 hl (hectolitro) entre 1925 e 1928 com safras de importância alternada. A região torna-se a maior produtora a partir de 1927, ano em que o município de Marabá passa ao primeiro lugar”.

Com a dinamização da economia de Marabá resultado da exploração da castanha e mais tarde (1939), diamante na foz do rio Tocantins, o povoado de Jacundá torna-se dinâmico, ao passo que a aglomeração urbana situou-se no entreposto da cachoeira do Itaboca, com essa estrutura organizativa conforme Silveira (2001, p.29), “o vilarejo de Jacundá começava a se destacar em função de ter-se tornado porto obrigatório de baldeação de mercadorias”. Jacundá tinha nesse período características quase exclusivamente extrativistas, ao passo que a prática agrícola e a pesca não era praticada com finalidade econômica.

A partir de 1939, concomitantemente duas atividades extrativas ganham destaque a exploração de diamantes no período de seca e no período chuvoso castanha do Pará, embora a exploração de diamantes nesse momento estivesse em ascendência, enquanto a castanha enfrentava um processo de estagnação dos preços, o que influenciava diretamente na sua comercialização. Fato é, como destaca Silveira (2001, p.52-53), “destacaram-se os garimpos de Tira-Papo, Canau do Jaú, Piranheira, e Tartarugalzinho”, e que “apesar da

fabulosa produção desses garimpos, foram os de Jacundá que se tornaram lendários pela grandeza de sua produção e pela qualidade dos diamantes”.

Ao passo que a notícia da descoberta de diamantes torna-se pública em Jacundá, atrai Segundo Silveira (2001, p.54), “diariamente dezenas de garimpeiros, especuladores, comerciantes, prostitutas”, e nesse contexto que o povoado de Jacundá ganha características de centro urbano, não seguindo a um planejamento mas a uma corrida louca ao alcance de diamantes na foz do rio Tocantins e de seus afluentes.

Essa atividade amplia a tal ponto de torna-se a principal atividade econômica de Jacundá entre os anos de 1939 a 1961, atividade que conforme o aumento no volume explorado atraia diversos olhares com perspectivas diferentes, conforme Silveira (2001, p.58), “os próprios comerciantes e arrendatários de castanhais passaram a investir parte de seus lucros nessa atividade, fixando até certo ponto parte do capital advindo da castanha”. Por consequência o capitalismo inventa os símbolos, dinheiro, banco, para manusear, modelar e explorar, numa lógica de incorporação e fortalecimento da oligarquia, afirmando o poder desse grupo em relação ao trabalhador a quem estabelece relação.

Há nesse quadro uma separação clara entre homem e natureza, o que torna o “moderno” vítima de seu próprio desenvolvimento, para Latour, (1994, p.54), “Talvez o quadro moderno houvesse conseguido se manter por mais algum tempo caso seu próprio desenvolvimento não houvesse estabelecido um curto circuito entre natureza, de um lado, e as massas humanas de outro”.

Retornando ao processo de constituição da configuração do município de Jacundá na década de 1970, em vias de implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí um dos megas projetos que fazem parte de um pacote maior Grande Carajás, pouco se sabia sobre tais obras, muito menos no que essas, interfeririam nas populações ribeirinhas, Conforme Hébette (2004, p.74), “De repente cai do céu, feito um trovão, um projeto que vem perturbar toda essa convivência. Era 1975-76. Ninguém tinha consultado, informado, nem tinha participado: “não existiam”.

Técnicos chegavam nas comunidades ribeirinhas fazendo levantamento dos valores de casas, das benfeitorias com tabelas de valores prontas, era uma negação ao direito de manifestar, opinar muito menos discordar de tais acontecimentos. Segundo Hébette (2004, p.74), “Mais de quatro mil famílias foram deslocadas e aldeias transferidas. Parte apenas das famílias caboclas foi realocada; com ajuda de famílias migrantes recém-chegadas, formaram novas cidades, totalmente diferentes das que tinham sido obrigados a deixar”. Retirados compulsoriamente das margens do rio Tocantins, os moradores constituem a nova Jacundá, um conglomerado de casas as margens do Rio Arraia, sem estrutura suficiente para atender a população que a fora destinada. O Estado nesse caso não se preocupa com problemas sociais que venha a gerar com essas medidas, pois, os aspectos ambientais, culturais dessas populações não tem importância dentro de um projeto liberal conservador, o qual está em curso, há nesse sentido, uma espécie de manobra do Estado, com negação inclusive de informação aos interessados, na perspectiva de evitar a denúncia numa espécie de supervalorização dos aspectos econômicos, a fim de gerar divisas nas quais são apossadas por um grupo minoritário, dessa forma:

Ao invés de acompanhar a multiplicação dos quase objetos apenas através de sua projeção sobre a longitude, convém também localizá-los com o auxílio de uma latitude. o diagnóstico da crise com a qual comecei este ensaio torna-se então evidente: O crescimento dos quase objetos saturou o quadro constitucional dos modernos. Estes praticavam as duas dimensões, mas só desenhavam explicitamente uma delas, de modo que a segunda permanecia em pontilhado. (Latour 1994, p.55).

A concepção da ciência técnica enquanto conhecimento é problemática ao passo que classifica ao mesmo tempo não consegue enxergar-se, enquanto parte, se coloca para além do objeto, do problema, da questão, portanto, não se sustenta. Dessa forma, como assinala HISSA (2013, p.21), “a ciência moderna é feita da negação da arte, da desqualificação da emoção que, negada, concede origem à ciência que se imagina apenas feita de razão”.

A concepção de desenvolvimento na qual o Estado brasileiro vem pensando o espaço e recursos amazônicos, tem se apoiado numa lógica de superação do “atrasado”, do antigo, para tanto modernizar soa como possível

“solução” principalmente ao se pensar o campo, sabe-se que essa “modernização” para o “desenvolvimento”, distorce o quadro analítico, quando no discurso parece incluir, o social pelo processo de “integração”, da Amazônia brasileira, mas que na prática a integração discutida tem como foco os recursos amazônicos na dinâmica da economia global num processo de expansão do capital, esse movimento tem levado a um processo de exclusão de grupos sociais os quais foram inclusive instigados pelo próprio Estado a “povoar” a região amazônica na década de 1970.

Figura 02: Área da Velha Jacundá vistoriada pela ELETRONORTE.



Fonte: Acervo do museu histórico de Jacundá.

A partir desse momento os agricultores ficavam proibidos de utilizar as áreas vistoriadas, caso contrário se tornavam “criminosas” como supõe a imagem acima, curioso que essa situação permaneceu por três anos, assim o uso do quintal da própria casa constituía crime, por esse motivo a miséria se alastrou pelo povoado tornando esses espaços quase cidades fantasmas justificadas “desenvolvimento” da região atrelada a modernização pregada pelos agentes administrativos, da própria empresa. Nesse sentido como afirma Latour (1994 p.129), a modernização destruiu “a ferro e sangue quase toda as

culturas e naturezas, tinha um objetivo claro. Modernizar permitia distinguir claramente as leis da natureza exterior e as convenções da sociedade”. Dessa forma a destruição se baseia no discurso da ciência técnica os saberes se baseia em dicotomias, movimento que tem levado a ciência técnica a compreender menos o funcionamento ea complexidade da sociedade, numa lógica de separação homem/natureza.

### **3. CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PA-JACUNDÁ**

Inseridos na dinâmica da economia atual os agricultores familiares do PA Jacundá enfrenta diferentes entraves os quais podem ser observados por uma série de acontecimentos históricos, os recursos naturais da região amazônica vem sendo explorados por seus habitantes indígenas desde civilizações antigas, de tal forma que não houve mudanças significativas na paisagem desse espaço, no entanto a chegada do “homem civilizado” a esse território intensificou tal exploração, esse fato deve-se a forma com que enxergamos os recursos naturais amazônicos, numa lógica apropriacionista visando a transformação dos recursos naturais em mercadorias a ser inserida no mercado de consumo mundial e assim gerar riquezas a partir da exploração do trabalho/recursos naturais, conforme afirma Picoli (2006, p.93):

Em regime ditatorial ou não, a investida capitalista na região em nada mudou. A Amazônia está sendo totalmente devastada por grupos econômicos que estão usufruindo dos recursos florestais, minerais e hídricos, conseqüentemente poluindo os ecossistemas e destruindo a fauna e flora. Os lucros produzidos por essas empresas, em sua maioria, são investidas fora da Amazônia, inclusive fora do país. São socializados aos povos amazônicos, por essas empresas, a poluição atmosférica proveniente das queimadas, a poluição dos rios através do uso indiscriminado de mercúrio por mineradora e o uso de desfolhantes para abertura da mata.

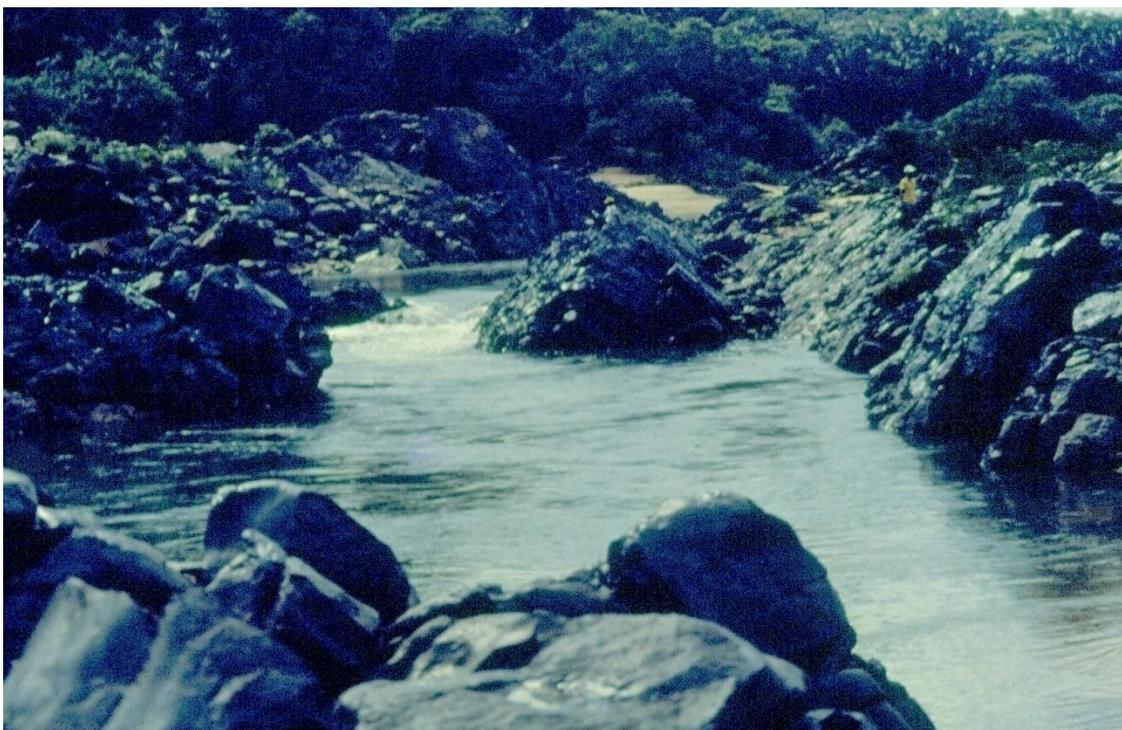
A propriedade privada e a economia mundial capitalista tem se tornado a base desse “modelo” de uso de tais recursos, modelo esse que se contrapõe a prática da agricultura familiar, onde sua base se sustenta sobre a diversidade variedades de espécies agricultáveis com base em sementes crioulas, culminando em uma diversificação na oferta de alimentos, característica que tende a fortalecer a segurança/soberania alimentar da sociedade.

De acordo com Hébette (2004), a região amazônica passou por um processo de integração ao capital financeiro e industrial, fato que leva a transformação dos seus recursos naturais em valores monetários e incorporados ao ciclo econômico das trocas “isto é, se torna parte integrante da circulação do capital”.

### 3.1 A PRÁTICA DA AGRICULTURA NO PA JACUNDÁ, DIFICULDADES E POSSIBILIDADES

A história da agricultura familiar no município de Jacundá caracteriza-se pela diversidade de atores sociais que a compõe, a partir de dados da pesquisa de campo foi possível identificar maranhenses, piauienses, baianos, capixabas, paulista e em quantidade maior paraenses, sendo que a maioria destes, já descendentes dos demais grupos sociais, esses grupos vem povoando a região desde a formação do povoado Jacundá por volta de 1915, as margens do rio Tocantins, no início da cachoeira do Itaboca, atraídos pela lógica do enriquecimento rápido por meio da exploração do caucho (*castilloaulei*) e metais preciosos (ouro e diamante). E em razão da existência naquele período da temida cachoeira do Itaboca, trecho do rio Tocantins pedregoso tornando a navegação de embarcações de médio e grande porte perigosa naquele trecho situou-se um grupo de pessoas que originaram a (velha Jacundá), a imagem a seguir mostra parte da temida cachoeira do Itaboca e demonstra o porquê da dificuldade nesse trecho era tão complicada.

Figura 03: Trecho da Cachoeira do Itaboca, velha Jacundá



Fonte: Arquivo museu histórico de Jacundá

A agricultura familiar nesse contexto baseia - se em pequenas áreas, onde a finalidade principal consistia na manutenção da alimentação desses núcleos familiares, não havia naquele período, mercado consumidor em larga escala voltado aos produtos agrícolas amazônicos, embora houvesse facilidade na produção de arroz, milho, mandioca, feijão, devido a elevada fertilidade do solo, resultado do acúmulo de matéria orgânica produzido pela densa floresta que compunha a cobertura vegetal na ocasião. A agricultura de Jacundá segue com essa configuração ou com pouca variação, dependendo da demanda por alimentos e as possibilidades em produzi-los nas proximidades do povoado, assumindo um papel de destaque na economia local o extrativismo com suas variáveis (caucho, pele de animais, ouro, diamante e castanha do Pará).

Com o advento da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (1974) e o represamento do rio Tocantins e de seus afluentes em outubro de 1984, o que antes possibilitava a dinamização da economia deste município basicamente pelo extrativismo de ouro e diamante na foz dos rios, do caucho em terra firme e num período posterior a castanha do Pará, passa por uma

transformação brusca, o espaço passa efetivamente a ser disputado por outras forças até então não manifestadas na prática, a construção da Usina hidrelétrica de Tucuruí, empreendimento do projeto Grande Carajás mais importante, isso deve-se ao:

O crescimento industrial na Amazônia, particularmente do setor de beneficiamento de minerais que consomem muita energia, depende fortemente de fornecimento abundante de eletricidade barata. Por isso mesmo a peça fundamental de todo o Programa Carajás é o projeto hidrelétrico de Tucuruí, no rio Tocantins, o maior e jamais construído em uma área de floresta tropical úmida e o quarto maior do mundo. (...) Sem Tucuruí, é duvidoso que qualquer um desses projetos teria sido suficientemente atraente para investidores internos ou externos. Além do mais, a eletricidade altamente subsidiada de Tucuruí foi projetada para atrair outros projetos de desenvolvimento e atender às necessidades urbanas, em rápida expansão, de Belém, São Luís e outras cidades em rápido crescimento na área de Carajás (HALL, 1991,p.76).

Para a população local de Jacundá a construção desse empreendimento cai como raio, não houve espaços ou tempo para manifestações, a construção foi simplesmente comunicada às populações ribeirinhas não discutidas com elas, era como diz Hébette (2004, p.74),“Ninguém tinha sido consultado, informado, nem tinha participado: “não existiam”para o Estado característica de um Estado ditatorial que vivíamos naquele momento, e em muitos casos representantes da Eletronorte por meio de empresas terceirizadas usava de má fé para com as pessoas a serem afetadas, exaltavam as “vantagens” que estes teriam com o represamento do rio Tocantins, quando:

na prática esse processo se efetiva com a retirada compulsória dos moradores de Jacundá com cerca de 300 residências nas aglomerações do povoado e dezenas de posseiros com suas casas e terras em plena produção e outros povoados ribeirinhos e efetiva-se a nova Jacundá às margens do rio Araias na recente construída rodovia PA 150, que liga o sudeste paraense a Capital Belém.Pesquisa de campo(2019).

A esses sujeitos tinha ocorrido uma negociação junto a empresas terceirizadas da Eletronorte que garantia moradia, a quem tinha casa no povoado e terra aos posseiros, embora vale ressaltar que o tamanho das terras ofertadas seria de 10 alqueires, algo em torno de 48 hectares, não importava se a área desapropriada tivesse tamanho superior, logo percebe-se que não há uma negociação de fato mas imposição da empresa em relação aos

desapropriados. Além do mais as terras nas proximidades da rodovia com melhores condições de relevo e hidrografia já eram objeto de disputa entre fazendeiros e posseiros na época nesse sentido, conforme afirma Picoli (2006, p.85),

As lutas entre posseiros e grupos econômicos acontecem de forma desigual; enquanto a grilagem da terra, promovida por empresários, chega com um aparato político, econômico, jurídico e com jagunços, os posseiros são completamente desprovido de qualquer estrutura para possíveis enfrentamentos... os empresários têm a seu dispor, advogados, recursos financeiros e jurídicos, transporte rápido, como aviões e compram terras com auxílio de mapas. É possível consultar no Diário Oficial de um desses Estados da região amazônica de interesse e verificar as terras publicações sobre terras disponíveis para efetuar compra.

Nesse novo cenário a agricultura familiar se reconfigura, agora com desafios ainda maiores, passa a ter que enfrentar diretamente a grilagem, a pistolagem, a inexistência de apoio estatal que possibilitasse sua reestruturação, segundo relato de moradores da velha Jacundá “era comum a morte de pessoas, tentando conseguir um pedaço de terra para trabalhar”, esse “normal” anormal é reflexo da política de abertura da Amazônia aos grandes projetos agropecuários e grande Carajás como bem observado por Hébette(2004, p.66):

o difícil acesso à terra por parte de pequenos produtores resultante da ação articulada da grilagem, do INCRA, do GETAT e outras instituições, assim como a difícil permanência nela, acentuada em virtude do crédito e dos baixos preços dos cereais, têm proporcionado uma força de trabalho abundante para as empresas madeireiras, as empreiteiras de obras públicas e para o garimpo.

Existia em Jacundá uma organização em torno da apropriação das terras dentro das próprias instituições públicas cujo o papel diante do quadro era combater tal situação. Esse cenário demonstra como é fictício o apoio do Estado brasileiro em relação a agricultura familiar, especificamente no município de Jacundá, consta segundo relatos dos moradores da antiga Jacundá que no processo de convencimento dos moradores mais resistentes a essa mudança atrelava o processo ao “progresso” que estava chegando a esses ribeirinhos e “que a quem tinha casa outra casa seria ofertada, a quem tinha uma terra outra terra seria disponibilizada, os plantios feitos até então

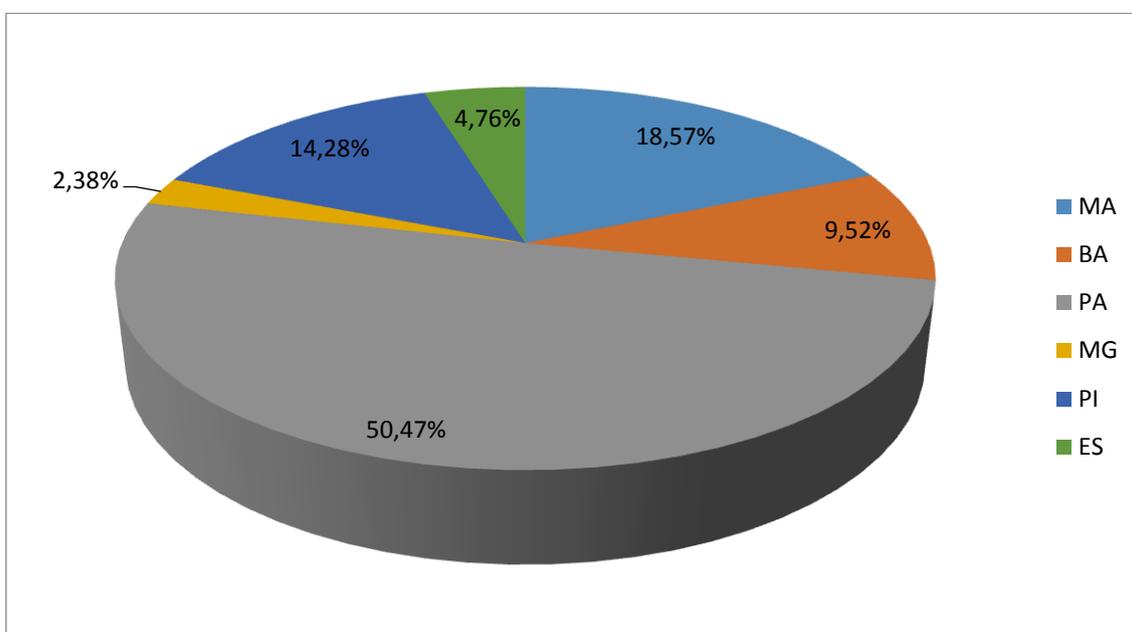
permanentes ou não seriam devidamente indenizado pela perda e que os valores a serem pagos cobririam qualquer danos que porventura viesse a sofrer”. No entanto na prática quando esses moradores chegam a nova Jacundá encontram apenas oitenta casas construídas de um total de 340 moradores que residiam na antiga Jacundá. Os lotes de terras ofertados tinham um tamanho padrão equivalente a 10 alqueires (48 hectares), embora a maioria dos lotes de origem desses agora despossuídos tivesse em média 144 hectares, um outro fato relevante eram a localização desses lotes a maioria sequer tinham córregos, rios, riachos fator essencial a prática da agricultura familiar.

Resultado desse quadro crítico, sucessivas reuniões, entre expropriados e ELETRONORTE, na maioria dos casos não abriam mão que essas reuniões acontecessem sempre em seus escritórios provisórios montados em Tucuruí, onde tinham um certo controle sobre as possíveis manifestações que viesse ocorrer como protesto do resultado dessas negociações. Quando esses expropriados sentem-se em situação caótica sem respostas mais concretas por parte da ELETRONORTE, empresa responsável pela construção da hidrelétrica e realocação dos atingidos, parte desse público inicia um processo de reivindicações seja em acampamentos junto ao Movimento Sem Terra aumentando ainda mais a pressão as autoridades responsáveis por tais medidas, fossem tomadas, frente a sede regional do INCRA SR27 em Marabá na busca por decisões mais concretas que viesse a atender suas demandas, assim:

(assentados x proprietário da fazenda), o INCRA resolve atenuar a situação e no dia 01 de setembro de 1987, o Superintendente Regional, instituiu a Comissão de Vistoria Preliminar, através da Ordem de Serviço/INCRA/SR(27), com o objetivo de definir se a área do Loteamento Arraias, apresentava, realmente entretanto, depois de muitos conflitos entre as partes envolvidas, condições favoráveis à criação de projeto de assentamento, através do levantamento de dados e informações. Estes levantamentos objetivaram a adoção de medidas técnico-administrativas para o reassentamento de expropriados da hidrelétrica de Tucuruí e sem Terras (PNRA), a área foi registrada em cartório no dia 02 de abril de 1979, sendo terras havidas por arrecadação e que posteriormente serviria para a reforma agrária, e que dividido seu território daria 415 lotes de aproximadamente 50 hectares cada um. (INCRA, PRA, 2013 p.75).

Nesse contexto o assentamento PA Jacundá ganha seus contornos estruturais, absorvendo parte desses expropriados resultado da construção da Hidrelétrica de Tucuruí e agricultores que se encontravam nos centros urbanos resultados das políticas de incentivo a migração para a Amazônia, criando uma massa de despossuídos e excesso de mão de obra para o mercado de trabalho daquele momento (década de 1980 a 1990). Esse quadro fica evidenciado no gráfico a seguir.

Figura 04: Origem dos assentados do PA Jacundá



Fonte: Pesquisa de campo 2019

De acordo com dados observados em pesquisa foi possível perceber que a origem da população que forma o PA Jacundá é variada composta de pessoas oriundas de seis diferentes estados brasileiros: Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais, Piauí e Espírito Santo resultado do processo migratório para Amazônia brasileira incentivada a partir de políticas de Estado como enfatiza Pereira (2015, p.65):

A notícia que percorria sobre as facilidades de se conseguir terras e emprego na Amazônia, veiculada pela propaganda governamental que exaltava a instalação dos projetos agropecuários e a colonização

às margens da rodovia transamazônica, ecoou longiquamente. Milhares irromperam do Maranhão, do Piauí, da Paraíba, do Ceará, de Minas Gerais, da Bahia, do Espírito Santo, do Paraná, de Goiás entre outros. Centenas de famílias atravessaram os rios Araguaia e Tocantins em busca da terra e do emprego

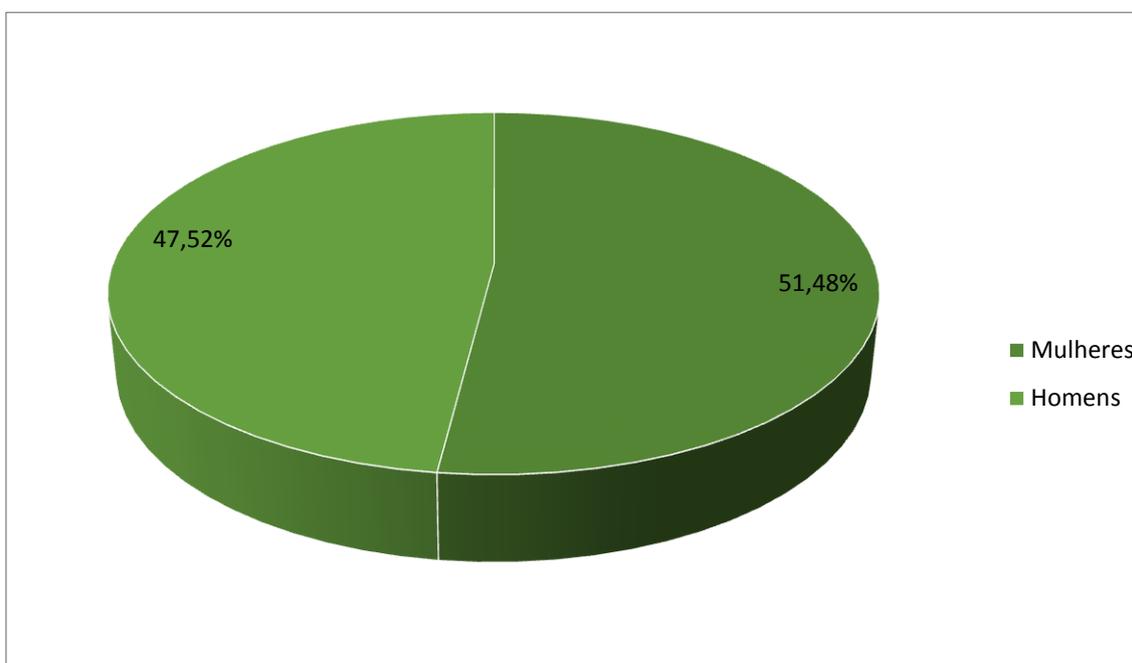
Atrelada aos incentivos a migração para a Amazônia somava-se a busca pelo esvaziamento do suposto “excesso” populacional das regiões sudeste e principalmente da região nordeste do Brasil atingidas pela seca atrelada às possibilidades que estes teriam em solos amazônicos a partir da colonização citada anteriormente, este foi um dos fatores decisivos no deslocamento desse contingente populacional rumo a Amazônia brasileira resultando na diversidade da origem dos assentados do PA em estudo no entanto, observa-se uma forte presença de três grupos de migrantes: maranhenses 18,57%, piauienses 14,28% e baianos 9,52% respectivamente e em menor número não menos importantes estão: capixabas 4,76% e mineiros 2,38% dos migrantes e em maior percentual aparecem os paraenses 50,47%, reflexo da estabilidade do assentamento ao longo dos 40 anos de sua implantação. Segundo Pereira (2015, p.103):

o deslocamento dos denominados excedentes populacionais do nordeste, do sul e do sudeste do Brasil “esvaziaria” os conflitos sociais nessas regiões ao mesmo tempo em que criaria pólos de mão de obra favoráveis à expansão dos projetos agropecuários, minero metalúrgicos e industriais na Amazônia. O tempo em que esse deslocamento populacional faria da Amazônia uma área fornecedora de matéria prima e consumidora de produtos do centro sul do país.

Nesse sentido a diversidade dos atores sociais do assentamento PA Jacundá, é o resultado de tomadas de decisão do Estado brasileiro no direcionamento do fluxo migratório das demais regiões rumo à Amazônia brasileira. No discurso oficial estes migrantes acessariam a terra, logo, seriam beneficiados por programas governamentais transformando o problema social do nordeste em solução para o território amazônico, como era o caso do Programa Integrado de Colonização, o (PIC) Marabá planejado pelo governo federal para, conforme (PEREIRA, 2015, p.106) “ocupar uma área de 529 quilômetros entre as cidades de Marabá e Altamira e ocuparia uma faixa de dez quilômetros de cada lado da Transamazônica” e que se concretizou apenas em pequenos trechos entre os municípios de São João do Araguaia e Itupiranga.

Diante dessa conjuntura cria-se um bolsão de mão de obra móvel despossuídos prestando serviço aos projetos agropecuários sob domínio das oligarquias locais, grupos empresariais e nos grandes empreendimentos: estradas, pontes, hidrelétricas. É nesse contexto, que a pressão por reforma agrária ganha força e muitos casos resultam na conquista da terra como é o caso do PA Jacundá ou em conflitos que resultaram em mortes para os dois lados em disputa. Nesse contexto existe importante participação de homens e mulheres, nessas conquistas, no entanto, ainda em pleno século XXI, a participação do trabalho da mulher é invisibilizado, mesmo em maior quantidade como ilustra o gráfico seguinte:

Figura 05: Gênero dos assentados do PA Jacundá



Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE,2010), a população brasileira contava em 2010 com 190.755.799 pessoas desse total tínhamos 29.830.007 (15,64%) habitantes morando no meio rural, desses 15.696.816 (52,62%) eram homens e 14.133.191 (47,38%) eram mulheres.

Conforme demonstrado acima, em relação ao gênero dos pesquisados segundo dados resultado da pesquisa de campo, encontra-se nos seguintes

percentuais 47,52% são homens e 51,48% são mulheres, esses dados revelam uma inversão do quadro de gênero entre 2010 segundo IBGE, e os dados observados em pesquisa, se em 2010 em torno de 51% da população do campo eram compostas por homens na pesquisa esse valor aparece invertido, 51% da população do assentamento são mulheres. Essa mudança nos percentuais está relacionada com a maior perspectiva de vida da mulher comparada ao homem, contudo ainda existe enraizado na sociedade uma separação homem/mulher na relação com o trabalho, para Vasconcelos (2015, p.343):

Em todas as sociedades conhecidas, há uma representação que difere o trabalho de homens e mulheres e lhes confere também valores econômicos e sociais desiguais, autoras feministas como Kergoat (2009) a definem como divisão sexual do trabalho e argumentam que essa divisão irá variar segundo classe, raça e cultura. No campo, isso também ocorre com suas especificidades. Prevalece a organização de uma divisão sexual do trabalho que designa aos homens a responsabilidade de provedores da família, de “chefes de família” e, portanto, encarregados do trabalho produtivo na roça e delega-se às mulheres a função dos cuidados e do trabalho doméstico, além das atividades que circundam as proximidades do seu território “tradicional”, as casas, incluindo o cultivo das hortas e os cuidados de pequenos animais. Os homens tendem a ser os encarregados das decisões e da gestão das tarefas produtivas e, conseqüentemente, dos recursos gerados, enquanto o trabalho das mulheres tende a ser desvalorizado e visto como “ajuda”.

Essa perspectiva coloca em conflito essa forma de pensamento dividida entre a obtenção do lucro e o cuidado da vida humana. Para Carneiro (2004), “a questão da subsistência das pessoas é vista pela economia como “externalidade” e designa ao âmbito doméstico, transformando a “família” no centro de gestão dos cuidados”. Essa visão mercantilista invisibiliza, os trabalhos domésticos e dar ênfase apenas no âmbito da produção voltada a comercialização (mercantil/monetário). Para Vasconcelos (2004, p.345):

A centralidade posta no trabalho mercantil e a forma machista de organização do trabalho contribuem para obscurecer a importância dessas atividades de cuidado, assim mascarando o fato de que a sociedade também precisa de cuidados e não só de bens materiais ou de mercadorias.

Embora haja avanço da participação feminina em ofícios para além das atividades estritamente do campo, possibilitando um importante avanço quanto à questão, permanece o ocultamento da existência e da importância do trabalho doméstico estabelecendo nesse sentido uma dependência deste para

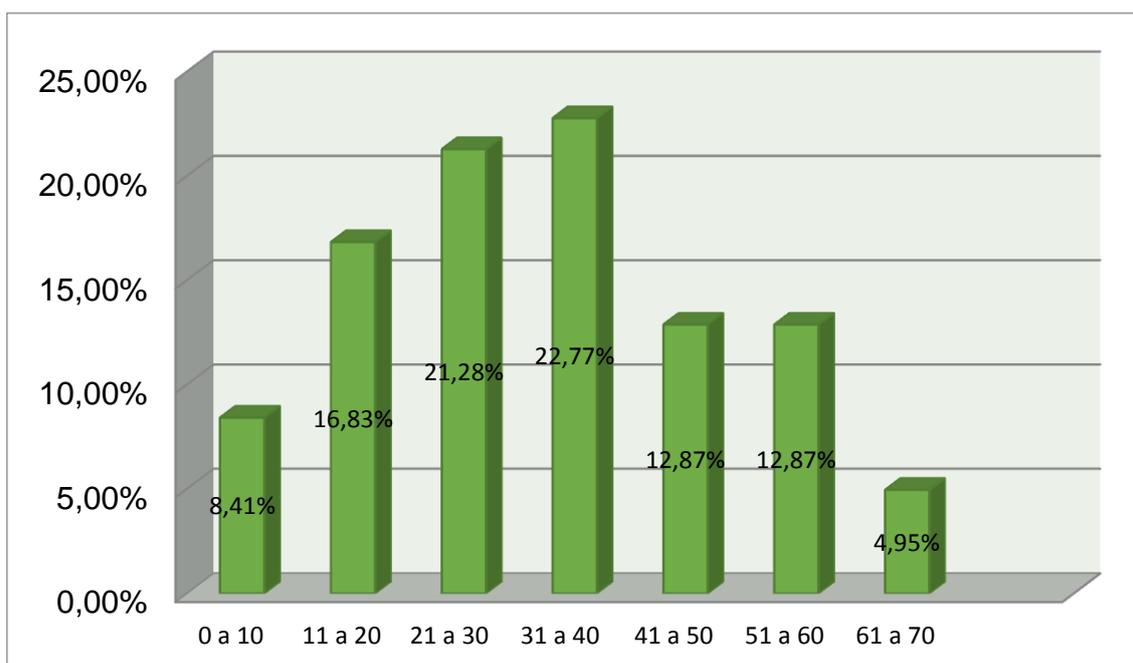
com o trabalho produtivo. Assim um dos desafios da mulher camponesa tem sido e continuará sendo, o enfrentamento da superação dessa lógica de subvalorização do trabalho feminino impregnada na sociedade, assumindo seu protagonismo na sociedade como qualquer outro grupo social, estabelecendo um processo de equidade participativa e de valorização.

A população do campo vem sendo observada nos últimos anos com certa preocupação no que diz respeito ao seu envelhecimento e no aumento do público masculino, esses fatores são observados pelo movimento migratório campo/cidade que o público jovem vem fazendo nas últimas décadas, principalmente a figura feminina, resultando no que antes foi chamado masculinização do campo e conseqüente envelhecimento em virtude do “não interesse” desse público em sua permanência nesse território. Segundo Oliveira et al. (2015, p.379);

Fluxos migratórios de jovens rurais têm sido comuns nas sociedades contemporâneas e podem ser explicados pela atração que as cidades exercem com a possibilidade educação em níveis mais avançados, colocação no mercado de trabalho e no caso de agricultores familiares a incapacidade da unidade produtiva assimilar toda a força de trabalho de seus membros, exigindo que algum ou alguns tenham que migrar para a cidade.

Diante de tais expectativas os jovens assim como seus pais, em muitos casos, são influenciados por essa busca na melhoria da qualidade de vida de si mesma e de seus filhos, principalmente a partir de dois fatores: emprego e educação. Conforme dados IBGE (2010), da população rural 26,22% eram jovens (compreende-se jovens indivíduos em idade entre 15 a 29 anos), em comparação com os dados da pesquisa esse percentual gira em torno de 37% superando a taxa de 2010. Assim, é importante enfatizar essa faixa etária na discussão por entender que falar de jovem na agricultura familiar consiste em discutir o futuro desse segmento social, como ilustra o gráfico a seguir:

Figura 06: Faixa etária dos assentados do PA Jacundá



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

A faixa etária do público pesquisado em um total de 202 pessoas, nos revela características importantes, 8,41% está entre 0 e 10 anos de idade, seguindo a taxa de fecundidade brasileira, 16,83% está na faixa etária de 11 a 20 anos, 21,28% se encontram entre 21 e 30, 22,77% está entre 31 e 40 anos, 12,87% está entre 41 e 50, 12,87% está entre 51 a 60 e 4,95% de 61 anos acima. Nota-se que neste caso específico existe uma característica diferenciada do campo brasileiro, uma quantidade de jovens bem acima da média, fato este que pode estar ligada à oferta do ensino fundamental e médio dentro da área do assentamento possibilitando a esse público jovem a permanência dos mesmos nos lotes de sua família contribuindo de alguma forma com seu núcleo familiar.

Outra característica importante é o público em atividade somando as faixas etárias entre 21 aos 50 anos, esse público, corresponde a um percentual de 56,7% do público pesquisado, embora essa mão de obra possivelmente não esteja sendo usada na totalidade, existe nesse caso um potencial de produção de riqueza a partir do trabalho desses indivíduos, já que para além da mão de obra se não todos mais a maioria dispõe de terras para trabalhar, portanto

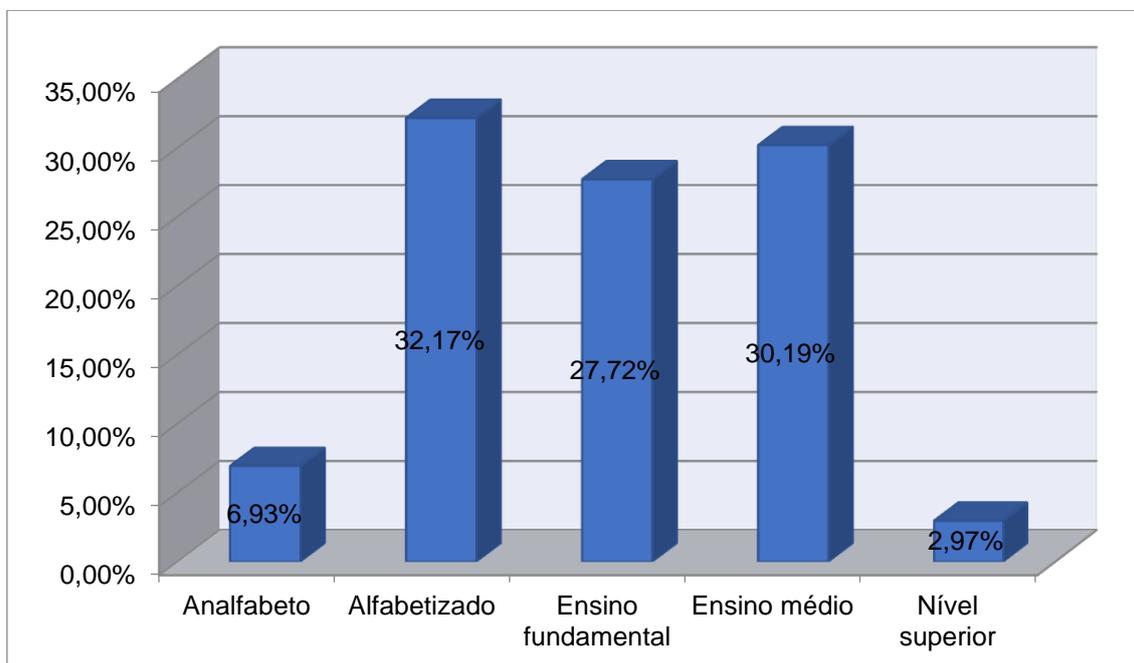
produzir riqueza e em muitos casos com certa autonomia nas decisões daquilo que consideram mais convenientes diante de suas necessidades, conhecimentos e disponibilidade de recursos.

Se em muitos casos a população camponesa é marcada por um público relativamente caracterizado por pessoas acima dos 50 anos de idade, aqui esse público corresponde a 17,7% do público pesquisado o que nos permite analisar da seguinte forma ou esse público está saindo do campo rumo às cidades em busca de serviços e bens que no momento o campo não os disponibiliza ou tem-se alto índice de óbitos ou ainda esse deve-se ao fato da permanência elevado do público jovem no campo principalmente pela influência da oferta do ensino médio no assentamento, que consideramos o mais provável por aquilo que os próprios dados representa, qualquer que seja o cenário fato é temos um público idoso relativamente baixo.

A permanência ou não do agricultor familiar no campo sugere muito mais do que a compreensão de sua complexidade, tão pouco análises dos atrativos pelos atributos da cidade, supõe um enfrentamento das demandas sociais tomadas como necessárias por esse segmento social, saúde, educação, infraestrutura, crédito, assistência técnica entre outros, pois ambos se influenciam reciprocamente. As diferenças observadas, entre os dados do censo IBGE 2010 e os dados da pesquisa reflete o acesso dessas políticas públicas ou programas levantados como demandas pelos agricultores e esse acesso embora não atendendo o público como todo tem possibilitado esse comportamento.

Outro aspecto relevante na caracterização do público pesquisado é o nível de escolaridade, o que demonstra a importância da educação escolar junto a esse grupo social na reafirmação destes enquanto sujeitos sociais na busca por transformações a partir do conhecimento construído. A figura 04 mostra como se encontra o nível de escolarização desse grupo.

Figura 07: Nível de escolaridade dos agricultores no PA Jacundá. Jacundá- PA.



O nível de escolaridade estabelece-se da seguinte forma 6,93% declararam se analfabetos, superando o estado 8,6% em 2017 com leve superação da média nacional em torno de 7%, segundo IBGE (2018) o segundo grupo corresponde a 32,17% são alfabetizados, mas não concluíram o ensino fundamental, são jovens e adultos que tem ou tiveram até o momento uma formação instrucional para o trabalho, na maioria dos casos não conseguindo conciliar trabalho e estudo por uma série de fatores como constituição de família por exemplo. O terceiro grupo com um percentual de 27,72%, concluíram o ensino fundamental a maioria desse público são jovens que estão em pleno processo formativo escolar e em menor quantidade adultos egressos das turmas Escola de Jovens e adultos (EJA), enquanto o quarto grupo compõe 30,19% dos pesquisados, possuem ensino médio completo e apenas 2,97% possuem nível superior concluído, esses dados nos permite observar que a oferta de ensino na área do assentamento é um fator preponderante na afirmação do grupo e na permanência destes no campo, a escola nesse sentido reafirma estes como sujeitos de direitos, numa

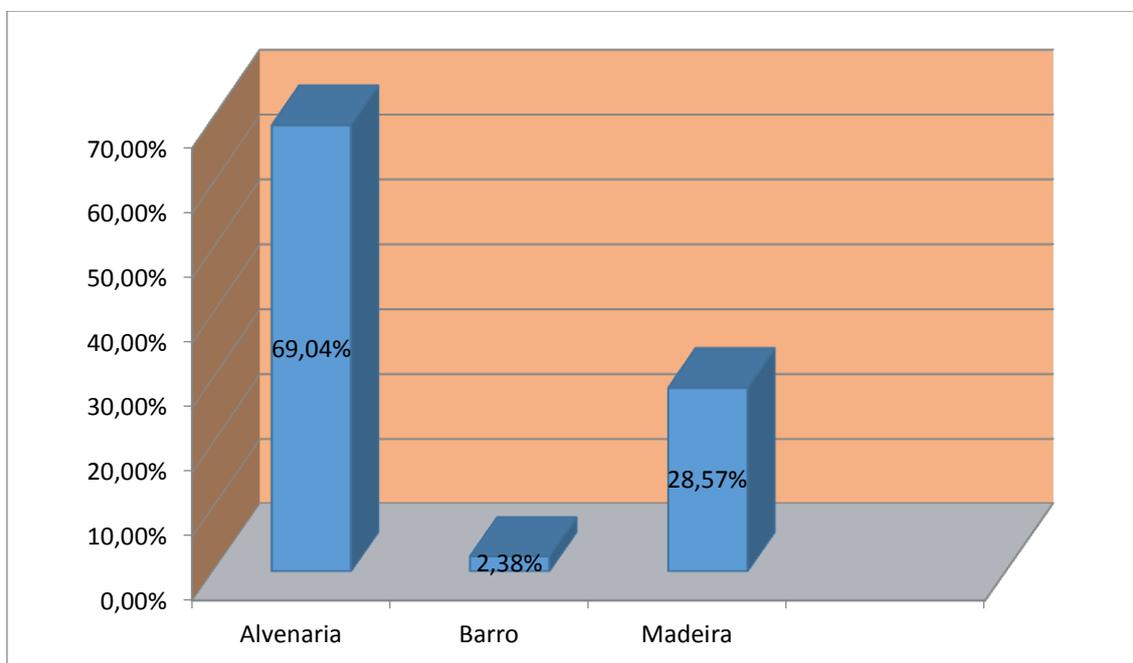
perspectiva da educação Omnilateral (em todas suas dimensões). Nesse sentido conforme Molina e Sá (2012, p.327):

Faz sentido afirmar que a escola do campo, pode contribuir para a formação de novas gerações de intelectuais orgânicos capazes de conduzir o protagonismo dos trabalhadores do campo em direção à consolidação de um processo social contra-hegemônico. Mas esta afirmação se faz a partir do reconhecimento dos limites que a escola, ainda que transformada em seus ...aspectos principais, pode vir a ter nos processos maiores de transformação social.

A escola com todas suas limitações é um elemento essencial e estratégico nessa perspectiva, é ao mesmo tempo o espaço dos encontros dos sujeitos tornando-se espaço cultural, o lugar das disputas ideológicas em diferentes campos, dos debates, como também se propõe a formar sujeitos críticos de sua realidade numa visão de formação para além do mercado de trabalho. Essas características das escolas do campo têm possibilitado, que esses agricultores se reafirmem enquanto cidadãos ao, mesmo tempo em que conseguem perceber o campo como espaço das possibilidades superando a visão equivocada do campo como local de atraso. Esses aspectos têm refletido diretamente na estrutura do público pesquisado, contribuindo com taxas elevadas de permanência dos jovens no campo.

As condições de habitação no assentamento encontram-se estruturada segundo dados da pesquisa da seguinte forma 69,04% dos pesquisados moram em casas de alvenaria, 28,57% dos pesquisados vivem em casas construídas com madeira e 2,38% moram em casas de barro.

Figura 08: Condições de habitação dos agricultores do PA Jacundá. Jacundá PA.



O elevado índice de casas construídas é resultado do crédito habitacional acessado por parte dos agricultores além construções realizadas a partir de investimentos dos próprios agricultores em menor quantidade juntos giram em torno de 69,04%, embora as casas construídas de madeira ainda alcancem os 28,57% dos pesquisados e as de barro (Taipa), 2,38%, essas vem sendo sistematicamente substituídas por construções de alvenaria levando em consideração a qualidade do material, logo esta qualidade reflete-se na moradia, objeto tão desejado por esses sujeitos. Direito esse garantido na Constituição Federal de 1988, sessão que trata dos direitos sociais (Art. 6º, p. 20): “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção, à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição”.

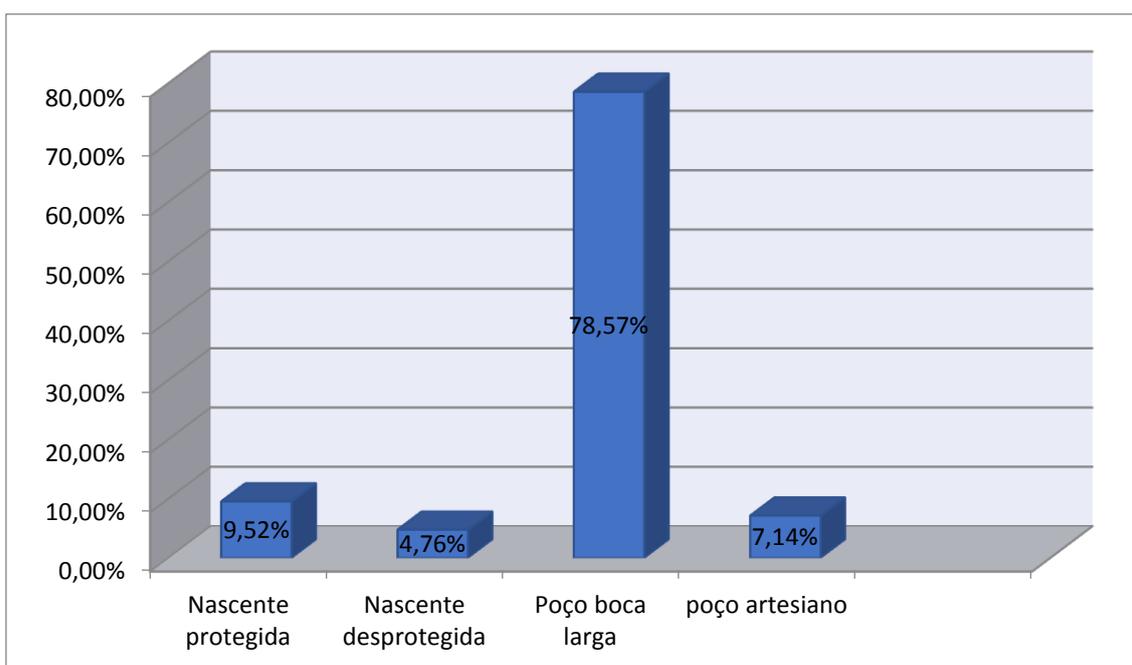
Além das condições de moradia é importante observar as fontes de acesso à água pelos agricultores, pois este fator deve ser considerado essencial à manutenção da saúde e vida dos agricultores, embora o

assentamento esteja inserido na região amazônica detentora em torno de 1/5 da água doce mundial dispersas em seus caudalosos rios e aquíferos, a maior parte de sua população não tem acesso a água com níveis satisfatórios de potabilidade ao consumo humano, segundo Barp (2004, p.74):

O estado do Pará atravessa um processo de exploração e alteração das características vitais das suas bacias hidrográficas. Desde 1977 que movimentos populares alertam as autoridades sobre a degradação da água nos rios paraenses. Entretanto, a cada ano que passa os problemas se agravam: perdas na reserva de água, perdas nos ecossistemas aquáticos, aumento no custo de tratamento da água, entre outros.

Essas alterações resultado da ação humana como: construção de cidades as margens de rios, construção de hidrelétricas, ocupações e explorações indevidas como garimpos em áreas próximas a cursos d'água ou dentro desses, uso de produtos químicos na prática da agricultura e pecuária e ainda se desenha para esse território, até 2021 ao menos o início da construção da hidrovia Araguaia-Tocantins trecho Marabá-Baião, que tem deixado e/ou deixará em caso de concretização do projeto no caso da hidrovia, elevados níveis de resíduos, alterando a composição físico/química da água. Esse quadro reflete-se diretamente nos dois gráficos seguintes que tratam da questão da água.

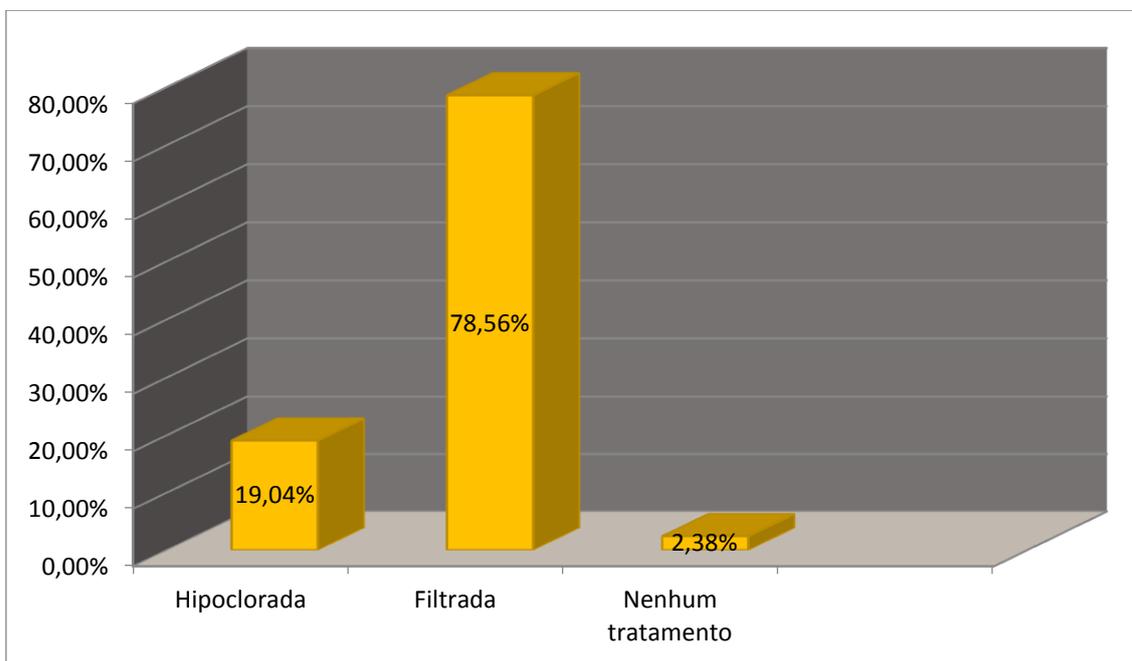
Figura 09: Fonte da água consumida pelos agricultores do PA Jacundá.



Conforme a figura 09, existem atualmente quatro diferentes fontes de água utilizadas para consumo pelos agricultores, segundo dados coletados em pesquisa 9,52% utilizam água de nascente protegida nas suas tarefas cotidianas, 4,76% usam água de nascente desprotegida, são áreas onde mesmo sem proteção de vegetação o brotamento de água persiste na superfície e em maior percentual 78,57% dos agricultores tem se valido do uso de água poço boca larga nas suas atividades, domésticas e agrícolas, enquanto apenas, 7,14% dos pesquisados fazem uso de água de poço artesianos. Como já observado na figura 06, apenas 3% da cobertura vegetal dos lotes dos pesquisados encontra-se com cobertura vegetal com floresta nativa, presumindo-se que a vegetação das nascentes foram desmatadas para uso de atividades humanas, fato que impossibilita o uso mais amplo de água de nascentes protegidas.

Contudo, existem diferentes perspectivas sobre o uso da água, essas diferentes visões sobre esse bem comum têm resultado em diferentes formas de acessá-la e estas em muitos casos são executadas por pessoas sem conhecimento técnico, resultando em poços com baixo nível de vazão e com o comprometimento da qualidade da água, nesse sentido abordaremos os métodos de tratamento da água pelos agricultores pesquisados.

Figura 10: Tratamento da água consumida pelos agricultores do PA Jacundá.

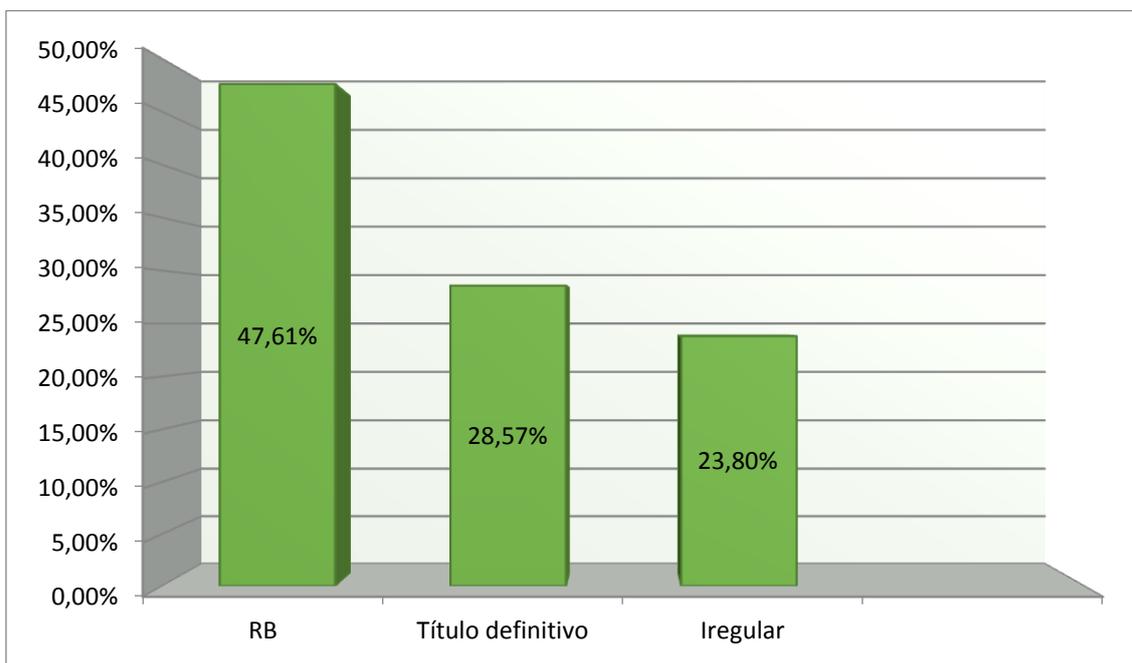


Quando se trata das questões sanitárias o tratamento da água consumida pelos agricultores 19,04% hipocloram a água para o consumo enquanto, 78,56% filtram e 2,38% não fazem nenhum tratamento. Esse aspecto tem uma relação estreita com a educação escolar conforme expresso na figura 04, enquanto essa educação não se mostra efetiva quanto as questões ambientais no tange as questões sanitárias parece atender, pois temos um número muito baixo de não tratamentos isso revela a importância da educação escolar no processo de conscientização no uso racional e da qualidade dos produtos consumidos. Segundo Castro (2004, p.30),

A disponibilidade de água potável na terra é de apenas 2%, pois 97,2% das águas do planeta estão nos oceanos e mares. A Amazônia brasileira recobre uma área de 6 milhões de km<sup>2</sup> e corresponde a 61% do território do país. Alguns países do Sul, como México e Brasil, nas Américas, a África Central e as ilhas que conformam o mundo asiático, são os que possuem maior concentração da biodiversidade, o que significa também a presença de recursos aquáticos. Na América do Sul, encontram-se 47%, sendo o Brasil o mais beneficiado pela água, com 20% das águas do planeta, dos quais quase 70% estão na Amazônia.

Com tudo, notamos que embora o assentamento PA Jacundá, inserido em uma região com abundância de água, a população de forma geral não tem acesso a água de qualidade a seu consumo vivemos nesse sentido um paradoxo da abundância e carência, se nos centros urbanos um percentual elevado de pessoas não tem acesso a água potável no meio rural como é o caso do assentamento em estudo, esse panorama é ainda mais expressivo, conforme mostra a figura 06, em torno 78% dos pesquisados tem acesso a água por meio de poços boca larga, com profundidade que variam entre 2 a 20 metros de profundidade com alta nível de contaminação, em geral por não ter vedação ideal, colocando em contato águas superficiais contaminadas com agentes patógenos ou coliformes fecais com lençol freático afetando diretamente a qualidade da água, nesse contexto o tratamento da água destinada ao consumo humano se faz necessária na tentativa de eliminar ou minimizar esse problema.

Figura 11: Situação fundiária dos agricultores do PA Jacundá



A situação fundiária dos agricultores pesquisados nos possibilita algumas observações, podemos observar três situações fundiárias distintas a primeira, o nome do assentado está inserido na relação de beneficiário (RB) da

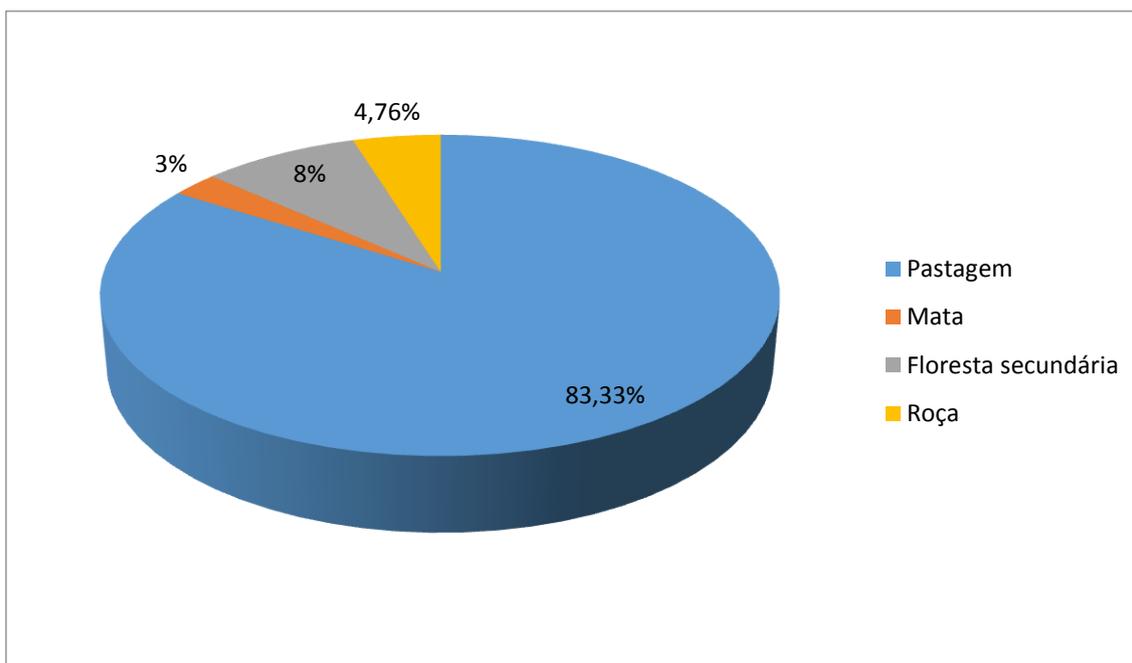
reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) possibilitando inclusive o acesso ao crédito, por meio da terra esse grupo corresponde à 47,61% o segundo grupo declararam ter título definitivo correspondendo a 28,57%, fato que resulta em facilidades se comparadas com os outros dois grupos tanto no acesso à crédito quanto a outros programas sociais voltados assentados da reforma agrária e em situação irregular onde o agricultor tem a posse da terra mas, legalmente o documento encontra-se em nome de outra pessoa somando um total de 23,80% dos pesquisados. Os motivos para tais situações são variados como identifica PICOLI (2006, p.87):

São grandes as dificuldades para os posseiros e os colonos legalizarem suas terras no território amazônico, pois sofrem pela morosidade do Estado. Enquanto a burguesia da terra recebe seus benefícios rápido devido às diferentes condições, sejam elas econômicas, políticas, legais e também ilegais, muitos posseiros ficam impossibilitados de reivindicar seus direitos por não saberem ler e escrever e por não possuírem documentos como: carteira de identidade, título de eleitor, cadastro de pessoa física- CPF e certificado de reservista para os homens. Muitos deles não possuíam sequer registro de nascimento.

Embora essa situação tenha sido atenuada por meio do programa Amazônia Terra Legal, vulgo “Terra legal”, instituído pela lei nº 11.952 de 25 de junho de 2009, existe ainda um público considerável em situação fundiária irregular, por outro lado dificulta a outros sem terras acessá-la em território amazônico, uma vez que o programa acima citado também abarca as grandes propriedades, na prática o latifúndio.

Outro aspecto importante no processo de caracterização do assentamento é a cobertura vegetal dos lotes, pois, refletem muito a respeito na forma como esse grupo de agricultores enxergam e analisam as formas de utilização dos recursos naturais, das políticas públicas pensadas para esse grupo e espaço e das estratégias e desdobramentos dos grandes projetos e latifundiários sobre os recursos amazônicos. Afigura 09 mostra o resultado dessa perspectiva sobre a cobertura vegetal dos lotes dos pesquisados demonstrando o quanto a formação de pastagem vem se expandindo mesmo em áreas de assentamento, onde o tamanho dos lotes é considerado pequeno para a prática da pecuária extensiva, tal como é praticada.

Figura 12: Cobertura vegetal do PA Jacundá.



A figura 09 mostra à atual composição da cobertura vegetal dos solos do assentamento PA Jacundá, indicando dessa forma, o uso do solo destinados a produção de pastagem, equivalendo a 88% da cobertura vegetal do assentamento, numa segunda escala áreas cobertas por florestas secundárias e roças em um percentual de 5% respectivamente e em última escala áreas cobertas por mata em um percentual de 3%. Esse quadro demonstra a atual configuração da agricultura no assentamento, fazendo um comparativo com o que o código florestal brasileiro instituído pela lei 12.651 de 25 de maio de 2012, regulamenta 50%, da área deve ser destinada a floresta nativa e os outros 50% destinados a prática agropecuária, a atual configuração foge da legalidade perante tal instrumento regulatório.

Embora existam leis que estabeleçam os percentuais ou distâncias no uso do solo para agropecuária e apontam outras possíveis atividades que viabilizam a economia desses lotes tornando os mais consistentes do ponto de vista econômico e ambiental, ainda existe grande distância entre o que determina a lei e a prática cotidiana dos agricultores, conforme estabelece a lei

Nº (12.651, DE 25 de maio de 2012, p.05 ) em seu artigo 4º é considerado área de Preservação Permanente (APP):

Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

I - As faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II - As áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;

b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;

III - As áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento, observado o disposto nos §§ 1º e 2º;

IV - As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;

V - As encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;

VI - As restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

VII - Os manguezais, em toda a sua extensão;

VIII - As bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

IX - No topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;

X - As áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação;

Conforme os critérios estabelecidos em lei, cursos d'água, nascentes, encostas com declividade superior a 45°, restingas, manguezais, bordas dos tabuleiros ou chapadas e topo de morros com altura mínima de 100 metros são considerados APP, esse quadro reflete nos dados da figura 11, que trata do conhecimento da legislação ambiental brasileira entre os agricultores pesquisados 78,57% afirmam não ter conhecimento da legislação ambiental. Entre os agricultores pesquisados a totalidade não obedece as normas estabelecidas pelo código florestal brasileiro, no que tange a reserva legal em alguns casos a pastagem ocupa 98% do lote desconsiderando talvez por falta de conhecimento a preservação de tais áreas, como supõe o (Art. 6º, 2012, p.07):

Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a uma ou mais das seguintes finalidades:

I - Conter a erosão do solo e mitigar riscos de enchentes e deslizamentos de terra e de rocha;

II - Proteger as restingas ou veredas;

III - proteger várzeas;

IV - Abrigar exemplares da fauna ou da flora ameaçados de extinção;

V - Proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico, cultural ou histórico;

VI - Formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;

VII - Assegurar condições de bem-estar público;

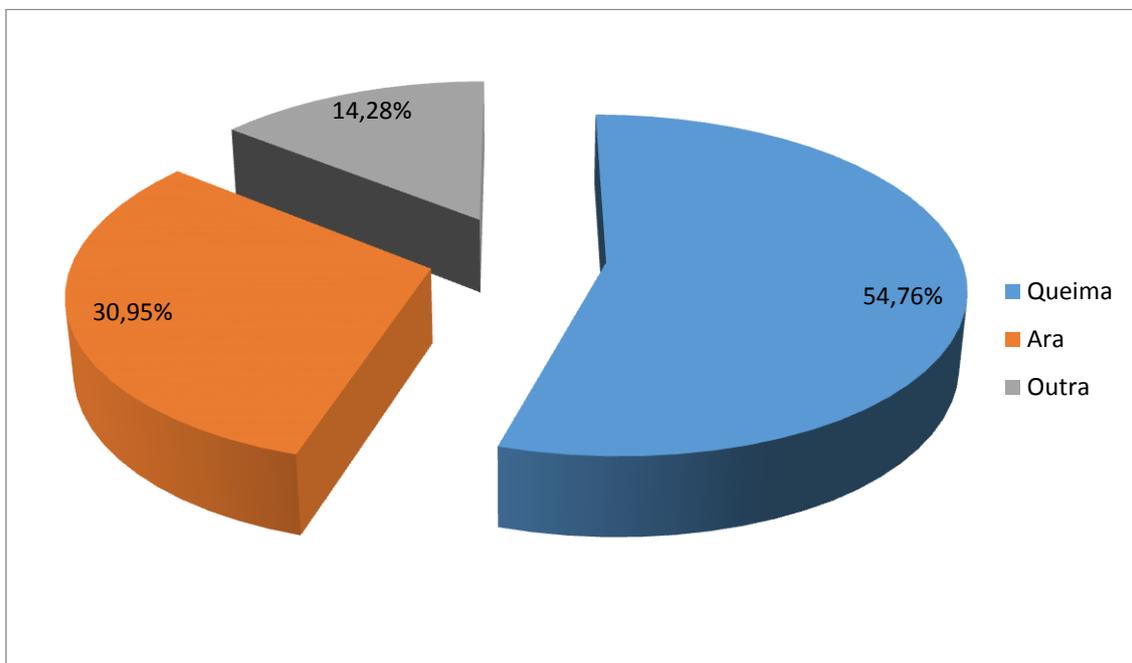
VIII - Auxiliar a defesa do território nacional, a critério das autoridades militares.

Nota-se que a preservação de parte da cobertura vegetal dos lotes tem finalidades específicas e importantes do ponto vista de manutenção e existência da própria espécie humana, para tanto a monocultura agrícola nesse sentido entra em contradição com o que está escrito no próprio código florestal, assim como a constituição brasileira em seu artigo 225 afirma que:

“Todos tem direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. BRASIL. CONSTITUIÇÃO 1988, art. 225, p.127).

Assim sendo a atual configuração da cobertura vegetal do assentamento PA Jacundá não está atendendo os parâmetros legais, indo de encontro com a ilegalidade do ponto vista ambiental, justificado em muitos casos pelos próprios agricultores pela busca da eficiência financeira, como indica a figura 12, que trata da base do sistema produtivo sendo que 83,33% dos agricultores pesquisados no assentamento tem por base a pecuária, por se analisar a mesma como atividade com alto nível de liquidez na venda de seus produtos: carne e leite ou ainda por outros aspectos como ausência de políticas públicas que venham contribuir com o enfrentamento de outros fatores que interferem nesse aspecto. Por esse motivo às práticas agrícolas no assentamento PA Jacundá baseiam-se em técnicas com baixos níveis de investimento econômico resultando em maior percentual a prática do corte e queima como mostra a figura 10:

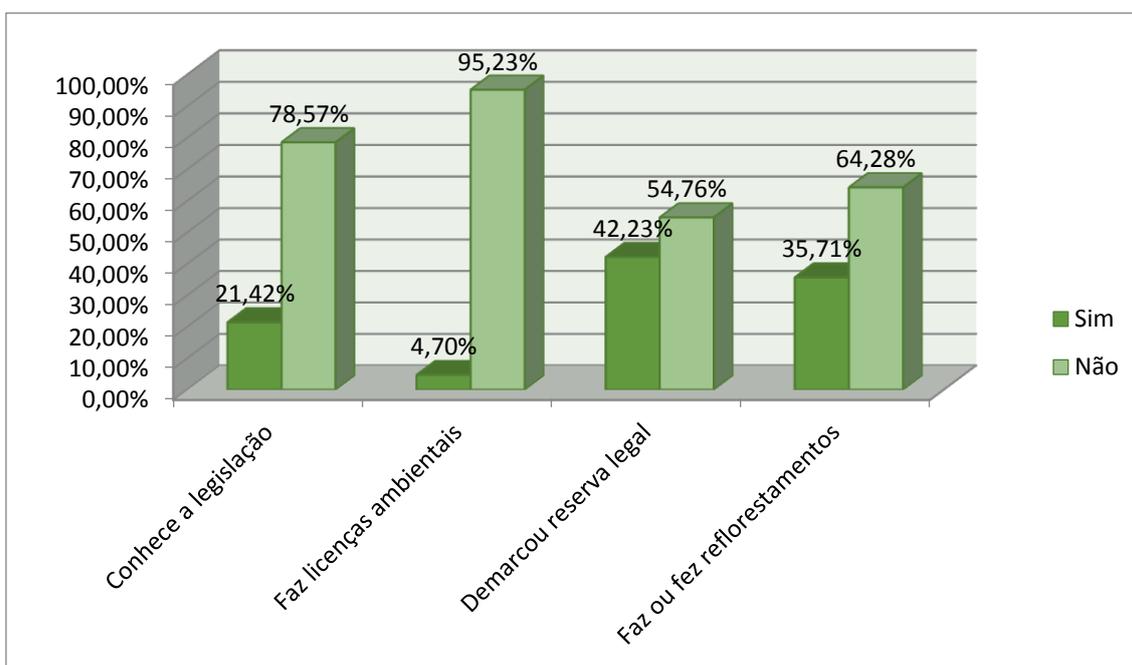
Figura 13: Técnica de preparo do solo no usada por assentados do PA Jacundá.



As técnicas de preparo do solo para o cultivo prevalece, o corte e queima uma das técnicas de preparo do solo mais antigas usadas pela

humanidade, segundo Mazoyer e Roudart (2010) “...universalmente admitido que os sistemas de cultivo derrubada queimada apareceram e se expandiram pelo mundo desde a época neolítica...” além desse aspecto cultural muito forte existe aí uma questão econômica financeira que levam esses agricultores a permanecerem com o uso dessa técnica chegando aos atuais 55% dos agricultores entrevistados, contra 31% que utilizam a aração e 14% se valem de outras técnicas de preparo entre elas é possível perceber a dessecação de gramíneas com herbicidas, para implantação de culturas produtoras de grãos. A atual constituição da cobertura vegetal do assentamento possui uma percentual de cobertura vegetal por floresta nativa ou secundária abaixo do estabelecido por lei o que tem como consequência perda excessiva de matéria orgânica do solo contribuindo dessa forma com a queda da fertilidade do solo e a elevação da acidez do mesmo, o que dificulta o cultivo de culturas alimentícias, levando dificuldades de manutenção do agricultor no lote, uma das questões a chamar a atenção na pesquisa é que mesmo em territórios dominados pela agricultura familiar o aumento de áreas ocupadas com monocultivo vem se expandindo enquanto áreas destinadas ao cultivo diversificado tem diminuído como pode ser observado na figura 12.

Figura 14: Conhecimento da legislação ambiental pelos agricultores do PA Jacundá



Quando indagados sobre a legislação ambiental brasileira 78,57% dos entrevistados afirmam não ter conhecimento de tal legislação enquanto 21,42% afirmam ter conhecimento das regras estabelecidas no documento, esse quadro tem contribuído para que esses agricultores venham fazendo uso do solo de forma irregular no que tange as regras estabelecidas pelo código florestal brasileiro vigente instituído pela lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, documento que de certa forma norteia as demais leis, seja no âmbito estadual seja a nível municipal. Em contraposição nove dos quarenta e dois dizem ter conhecimento, no entanto o fato de conhecer não necessariamente significa cumprir com as regras preestabelecidas, isso fica claro no item a ser analisado a seguir.

Embora 21,42% dos agricultores pesquisados afirmam ter conhecimento da legislação ambiental apenas 4,70% afirmam fazer licenças para a prática de atividades agropecuárias em seus lotes, fato que tem instaurado dificuldades na comercialização de seus produtos seja no comércio local, seja no acesso a programas governamentais de aquisição de produtos da agricultura familiar. Em posição contrária 95,23% dos quarenta e dois pesquisados afirmam não fazer licenças ambientais, esse quadro deixa claro o porquê de termos uma das legislações ambientais consideradas mais avançadas, mas não conseguimos avançar na efetividade na prática tem sido como no período de abolição da escravidão no Brasil, lei ou leis pra "inglês ver", tem servido apenas para melhora a imagem do Brasil no exterior, para manutenção de elevados níveis de exportação, o que tem resultado no não cumprimento de leis voltadas para a regulamentação desse setor.

A falta de atendimento as leis ambientais ficam evidenciadas ao consultarmos o CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO(2012,p.08), em seu Art. 12º onde este enfatiza que:

Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel:

I - Localizado na Amazônia Legal:

a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas;

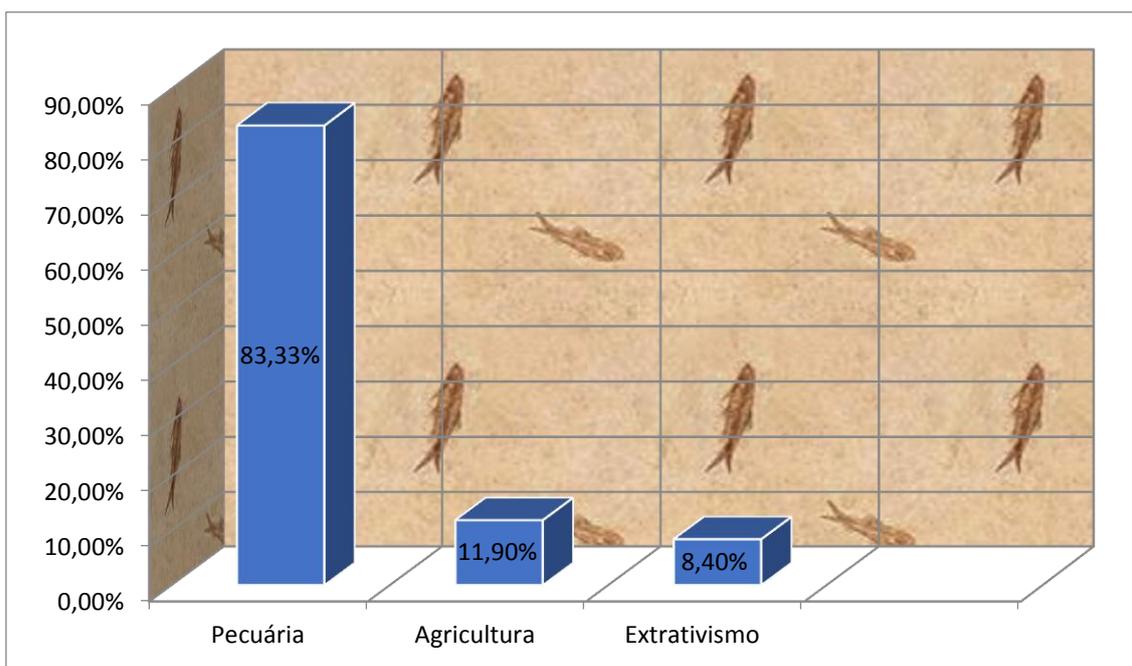
b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado;

c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais;

II - Localizado nas demais regiões do País: 20% (vinte por cento).

Embora na agricultura familiar cultivos de plantas frutíferas possam ser calculadas como áreas de reservas legais observado no art. 54, do código florestal ainda assim os lotes não conseguem atender o que é determinado, essa questão demonstra o quão grande tem sido o desafio em conciliar produção, bem estar social e equilíbrio ambiental principalmente quando as políticas voltadas ao campo se voltam apenas a perspectivas econômicas como têm sido o campo amazônico, esse processo reflete diretamente nos sistemas produtivos como mostra o gráfico 12.

Figura 15: Base dos sistemas produtivos no PA Jacundá



A base do sistema produtivo do assentamento PA Jacundá concretiza-se com base na pecuária 83,33%, com a maior parte do rebanho sendo voltado a produção leite, e em menor parcela gado voltado exclusivamente a produção de carne, na amostra da pesquisa a agricultura aparece em segunda opção sendo que 11,90% dos agricultores tem a agricultura como base do seu

sistema, no entanto a maior parte voltada a produção de alimentos destinados ao consumo do núcleo familiar e em alguns casos a venda de excedentes e por último o extrativismo embora não admitido como importante fonte de produção de alimento e renda aparece como terceira opção equivalendo a 8,40% dos estabelecimentos pesquisados, o mesmo vem sendo praticado entre o grupo de agricultores pesquisados atualmente de forma tímida, seja pela escassez na oferta de matéria prima ou ainda pela dificuldade no acesso ao mercado o que tem dificultado a sua prática. Inserido nessa dinâmica está o sistema social produtivo, que influencia diretamente esse processo, que segundo Mazoyer e Roudart, (2010, p. 73), compreende:

Homens e mulheres (força de trabalho, conhecimento e savoir-faire), meios inertes (instrumentos e equipamentos produtivos) e de matéria viva (plantas cultivadas e animais domésticos) que dispõe a população agrícola para desenvolver as atividades de renovação e de exploração da fertilidade do ecossistema cultivado, a fim de satisfazer direta (por auto consumo) ou indiretamente (por trocas) suas próprias necessidades.

Nesse sentido o desenvolvimento econômico do sistema produtivo se não na totalidade, mas, ao menos em parte está diretamente relacionado com a capacidade de gestão do sistema social, quanto mais eficiente em relação ao domínio do conhecimento sobre os elementos que faz uso em seu sistema de cultivo ou de criação há uma tendência maior em ter sucesso produtivo ou financeiro a partir do seu sistema. Da mesma forma os instrumentos utilizados quanto mais eficientes são, em consequência mais contribuirão com o sucesso do sistema produtivo, portanto o sistema produtivo é composto por uma rede de subsistemas que se intercalam e se complementam expressando sua eficiência ou não baseado na forma que estes se relacionam.

É importante analisarmos os fatores que contribuíram na configuração dos atuais sistemas produtivos, como por exemplo por que o extrativismo não se tornou a principal base do sistema produtivo ficando para trás da pecuária e agricultura? Uma vez que estamos falando de um PA localizado no bioma Amazônia com diversas possibilidades de exploração vegetal e animal como o caso da pesca em nossos rios. Há evidências de que o território de Jacundá se tem sido explorado a partir de atividades imediatistas e predatórias, não se tem um planejamento à longo prazo voltado para a região em consequência

disso temos ciclos de exploração fugazes tanto do extrativismo, quanto da agricultura, estabelecendo a base do sistema produtivo dos agricultores do assentamento na pecuária, embora, esta não seja a atividade mais apropriada aos solos e estrutura social do assentamento.

No sentido de tornar mais compreensivo esse processo de configuração dos atuais sistemas produtivos e seus respectivos percentuais por área ocupada é preciso analisar esses diferentes ciclos de exploração. A partir da década de 1990 o PA – Jacundá, foi uma das áreas com maior expressão na produção de cupu (*Theobroma graniflorum*), castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*) e em maior quantidade os cipós, tanto que em um local as margens da vicinal que dá acesso ao assentamento onde foi construído um barracão para aglomeração dos produtos, este local passou a ser conhecido como barracão do cipó, em referência a expressão que se tinha na exploração do produto em meio natural, embora essa atividade seja extrativista por essência, e que constituiu importante fonte de renda aos agricultores/extrativistas, não houve um planejamento para um uso racional, no intuito de conservar essa riqueza que poderia ser explorada em anos posteriores, na prática, o que acontecia era que geralmente parte da área onde era explorada os cipós e outros produtos, essa era desflorestada e convertida em cultivo de arroz, milho, mandioca e capim, portanto em áreas agricultáveis, tendo como produto principal da agricultura o arroz pelo valor de comércio que este tinha naquele momento, esse processo perdurou até por volta do ano 2000, quando entra no cenário local a demanda por carvão vegetal das guzeiras em Marabá, que naquele momento somente a produção de carvão a partir de resíduos das serrarias não conseguia mais atendê-las, por outro lado o valor pago pelo arroz produzido no município caiu frente ao mercado desestimulando sua produção.

A partir desse contexto então houve um novo ciclo de exploração extrativista agora a madeira não apenas as consideradas madeiras de lei mas, árvores de forma geral, usadas para a produção de carvão superando inclusive por alguns anos a produção agrícola, onde muitos casos agricultores deixaram de ser agricultores por um período dedicando-se quase exclusivamente a produção de carvão. Em entrevista com um produtor e fornecedor de carvão de Jacundá que além de produzir passou a comprar de outros carvoeiros,

portanto, era atravessador na comercialização do carvão vegetal fica evidente essa disparada no valor do carvão vegetal e decorrência desse fato o expressivo aumento na produção do mesmo nas áreas rurais inclusive muito forte aqui no PA –Jacundá. A fala do carvoeiro X a seguir mostra o quanto a atividade se expandiu e sua intensidade conforme descreve o produtor de carvão vegetal de Jacundá:

Quando a gente iniciou a gente colocou uns doze fornos na serraria Jajam e uns quinze na serraria do seu Adriano então era próximo de trinta forno que gente tinha nessas duas localidades aí em 1988 foram os primeiros fornos construídos aqui na região foi nós que construímos, meu pai era pedreiro, sei que a gente passou uma semana para construir o primeiro forno, com medo de cair na cabeça, porque a gente não usava cimento, nunca usou né e não tinha ninguém pra explicar pra gente aí nós fomos fazendo aquilo da cabeça do meu pai e eu era ajudante, ele ficou uma semana pra fazer um forno, coisa que no pico do carvão um cara faz até dois fornos ele e um ajudante bom tem gente que conseguia fazer até dois fornos por dia, e no primeiro nós ficamos uma semana, aí depois agente foi melhorando e lapidando mas a gente começou assim. E aí a gente nesses doze fornos de uma e quinze de outra em média de uma carrada de caminhão truque por semana, isso é uma média de quinze toneladas cada caminhão então a gente produzia uma média de trinta toneladas de carvão por semana, isso não de início por que no início a gente apanhou muito não sabia barelar, não sabia vedar o forno após a queima da madeira, por que quando você tira o oxigênio do forno ele apaga lá dentro sem jogar um pingo de água e enquanto tem rachaduras ele ta queimando o carvão lá dentro e aí a gente não sabia e fazia só um reboco grosso então aquilo rachava e ficava o forno aí quando a gente tirava dava pouquim carvão, estragava demais a gente não sabia vedar e perdia muita madeira. Então a gente começou com essa média de trinta toneladas, depois no pico em 2005 a 2007 foi o pico do carvão no Estado do Pará então nessa época a gente iniciou ali com uns dez funcionários e quando chegou ao pico aí já em 2005/2006 eu tinha 160 funcionários legal carteira assinada e mais uns 150 ilegal que era uma atividade que precisava melhora muito mesmo, pra ser legal , então eu tinha em média umas trezentas pessoas trabalhando pra mim na produção do carvão então a gente produzia, a nessa época já era vendido por metro né, então uma gaiola de carvão ela dava em média 60 metros cúbicos, um caminhão truque, então nessa época minha produção ela ficava 16 mil m<sup>3</sup>, por mês produzia mas aí eu passeia a comprar mais do que eu produzia então durante o ano de 2007 eu me tornei o maior fornecedor de carvão vegetal do Estado do Pará, eu fornecia em média 50.000.000m<sup>3</sup> de carvão por mês que aí quase ninguém tinha empresa era muito ilegal, como eu era um dos carvoeiros mais antigos eu já tinha empresa tinha LO, tinha um técnico de segurança do trabalho e tal isso por que a CCM e a Camargo Corrêa era muito exigente, já as de Marabá era bem relaxada na exigência tanto ambiental como trabalhista, mas pra fornecer pra Camargo Corrêa e CCM tinha que ter uma legalidade, então eu tinha essa legalidade, eu tinham documentos, então eu vendia essa média de 50.000.000m<sup>3</sup> por mês. Pesquisa de campo(2019).

Em consequência desse processo houve um avanço na quantidade de carvão produzido, sem planejamento muito menos estudos prévios, levando em poucos anos o meio rural a mudanças nas paisagens com a substituição das florestas nativas convertidas em carvão vegetal para atender a demanda das guzeiras, entrando em colapso anos mais tarde (2009/2010). Ainda que o fechamento dessas guzeiras não tenham sido compulsórios houve negociações entre Ministério Público, IBAMA e setor siderúrgico na tentativa de organizar a exploração de madeira para produção de carvão como indica a fala a seguir do carvoeiro X:

É mais uma situação de lamentar né porque se as siderúrgicas tivessem tido o cuidado com o cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que foi feito, foi o Ministério Público, foram os carvoeiros, siderúrgica, IBAMA Ministério do Trabalho estavam tudo ilegal e ainda assim foi feito um TAC, o Ministério Público deu mais um prazo aí então se eles mesmo errado a partir daquele momento eles comessem a cumprir o acordo agora não estava esse desemprego na nossa região não. Pesquisa de campo (2019).

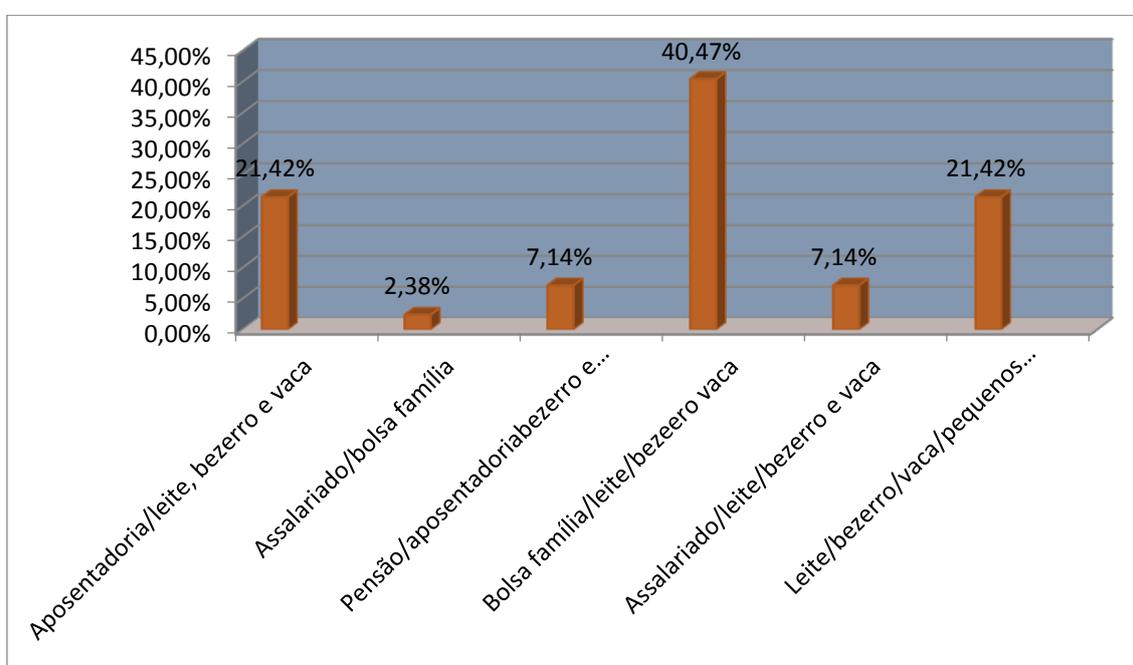
A agricultura aparece sempre em segundo plano são cultivados arroz, milho, mandioca para o auto sustento da família, mas, logo em seguida em espaços dão lugar a pastagem seguindo a lógica regional de valorização da terra, acesso a crédito e do próprio liquidez e “segurança” que a pecuária possibilita. Seguindo essa lógica produtiva nem o extrativismo tampouco a agricultura se afirmam enquanto atividade produtiva dominante servindo como atividades de base para o auto sustento da família enquanto a pecuária ganha espaço na agricultura familiar.

O debate acerca do sistema de produção familiar tem se tornado cada vez mais atraente, Por sua inserção cada vez maior no contexto da agricultura capitalista moderna, o que tem legitimado o uso dos pacotes agrícolas propostos por essa lógica, impactando de alguma forma na diversidade de atividades dentro dos lotes assumindo características voltadas a monocultura como o caso da pastagem, embora deva-se destacar a importância da diversidade produtiva, essa característica voltada a monocultura pode ser observada na figura 13, onde 97,62% dos entrevistados tem sua renda ligada a criação de gado, o que pressupõe o cultivo de pastagem para tal prática. Além desses aspectos agregam-se o programa Bolsa família, aposentadorias e

prestação de serviços tornando a fonte de renda desses agricultores dinâmica superando barreiras para além da produção estritamente agrícola.

A compreensão da base a qual permite configuração da fonte de renda dos agricultores pesquisados nos possibilita uma análise mais aprofundada das características desse grupo social, dessa forma nos debruçamos sobre esse aspecto a fim de compreender melhor sua estrutura e suas especificidades buscando cumprir os objetivos traçados, por esses agricultores, a partir de dados observados em pesquisa identificamos seis diferentes arranjos como demonstra o gráfico a seguir:

Figura 16: Fonte de renda dos agricultores do PA Jacundá



Entre as quarenta e duas famílias pesquisados, 21,42% declararam ter como fonte de renda aposentadoria, venda de leite, de bezerro e vaca, 2,38% sobrevive da renda de salário e bolsa família, enquanto 7,14% sua renda está baseada em pensão, aposentadoria, venda de bezerros e vacas. 40,47% declararam ter como fonte de renda a venda do leite, bezerro e vacas complementada pelo bolsa família. 7,14% dos quarenta e dois são assalariado e vendem o leite, bezerros e vacas para compor sua renda e um sexto grupo, o que corresponde a 21,42% dos quarenta e duas famílias tem como fonte de renda a venda de leite, bezerro, vaca e pequenos animais (galinha, porco,

ovelhas e peixe), este último grupo com característica estritamente agrícola. Essa variação deriva do fato de existir nela (agricultura Familiar), a diversidade como afirma Mattei (2000):

As explorações agrícolas familiares não constituem um grupo social homogêneo e, portanto, a exploração familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda essa diversidade, uma vez que, em um mesmo lugar e em um mesmo modelo de funcionamento, as explorações dividem-se em diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção (superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade). Nesse sentido, toda exploração familiar define-se, ao mesmo tempo, em um modelo de funcionamento e em uma classe social no interior desse modelo. (MATTEI, 2000,p.201).

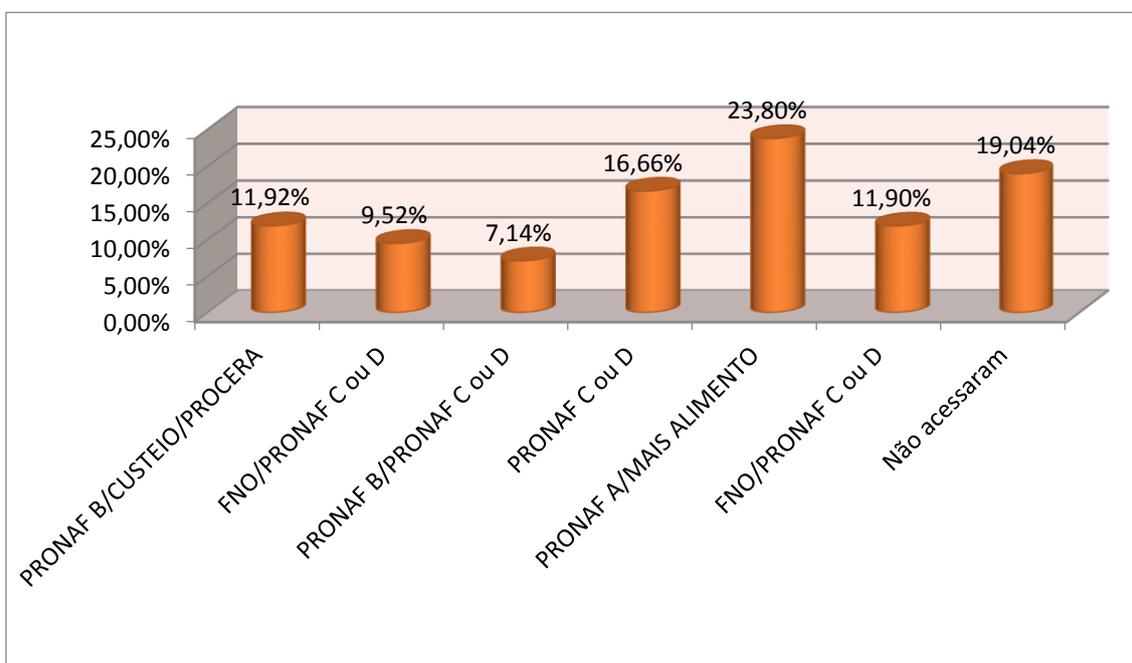
Dessa forma os seis diferentes arranjos identificados como fonte de renda dos agricultores demonstra a diversidade nos arranjos desenvolvidos pelos agricultores numa perspectiva da pluriatividade refletindo dessa forma a estrutura dos sistemas de criação/cultivo na tentativa de torná-lo eficiente economicamente, quanto as mudanças que possivelmente podem sofrer, para além desses aspectos, Alves et al (2016, p.122) afirma que:

O espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola (...) à procura crescente de formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade. Desse modo, as políticas públicas, devem estar voltadas para essa heterogeneidade de pessoas e de atividades no campo, não generalizando mais o rural como eminentemente agrícola e, sim, como um complexo de atividades.

Notadamente a maior parte da fonte de renda dos agricultores pesquisados estão moldados segundo a estrutura financeira e ao tamanho do lote que o agricultor dispunha, ou seja, atende as demandas específicas, a partir de observação baseado em dados da pesquisa é perceptível a seguinte característica. Em linhas gerais quanto maior é tamanho do lote, menos diverso é sua estrutura produtiva, nesse caso o agricultor tende a se especificar em uma atividade principal tornando as demais secundárias. Em contraposição quanto menor o tamanho do lote mais diverso é sua base produtiva e este presta serviços fora do lote, nem sempre ligado atividade agrícola, esse comportamento resulta na diversidade da fonte de renda do agricultor, estabelecendo certa segurança. Além desses fatores o acesso ou não de renda para além da produção do lote também tem influência direta nessa característica, esse aspecto fica evidente ao analisarmos os quatro primeiros

grupos demonstrados no gráfico dez, quando se tem acesso a aposentadoria, pensão, salário e bolsa família a estrutura do sistema produtivo que dá origem a renda é menos diversa comparada ao quinto grupo pesquisado onde sua estrutura produtiva é baseada em maior diversidade o que possibilita a renda de diferentes formas embora em valores monetários relativamente baixos no entanto considerado muito mais eficiente pelos próprios pesquisados haja visto que a maior parte da alimentação pode ser retirada do seu sistema, nesse sentido o arranjo do sistema de criação e de cultivo é organizado numa perspectiva de suprir as necessidades e alcançar objetivos traçados pelos agricultores como veremos no próximo gráfico.

Figura 17: Acesso à crédito pelos agricultores do PA Jacundá



Entre os pesquisados 11,92% já acessaram Pronaf B, Custeio e Procera, o segundo grupo teve acesso à FNO Pronaf C ou D num percentual de 9,52%, um terceiro grupo teve acesso à Pronaf B e Pronaf C ou D equivalendo a 7,14% dos pesquisados, o quarto grupo acessou Pronaf C ou D 16,66%, o quinto grupo teve acesso ao Pronaf A e Mais alimento 23,80%, já o sexto grupo acessou FNO e Pronaf C ou D 11,90% dos pesquisados, enquanto 19,04% afirmam não ter tido acesso a nenhum crédito fundiário. Esses dados nos revela ao mesmo a importância do acesso ao crédito no processo de afirmação e fortalecimento da agricultura familiar assim como o não acesso ao

crédito não necessariamente significa a subordinação desse grupo em relação aos demais levando dessa forma a saída destes do campo pela não inserção no mercado, pois não necessariamente o acesso ao crédito significa o fortalecimento da agricultura familiar, pois, em muitos casos trazem imbricadas consigo lógicas da agricultura patronal como o caso dos monocultivos e o cultivo de pastagens para criação de gado extensiva que em muitos casos ocupam a área total do lote do agricultor a qual propunha a análise a seguir.

Os créditos fundiários consistem em importantes políticas públicas voltadas à afirmação e fortalecimento da agricultura familiar no contexto da dinamização da economia baseada no capital, assim sendo constitui importante aspecto de análise na tentativa de compreensão das especificidades do grupo pesquisado. Tomemos como exemplo o Pronaf uma linha de crédito disponibilizada desde 1996 até os dias atuais, regulamentado pelo decreto n° 1946/96 de 28 de junho de 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), ilustra bem a importância da disponibilidade das linhas de crédito, para agricultura familiar, como é escrito na redação de seu projeto de lei tem como objetivo “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (PRONAF, 1996, p.01).

Embora nesse caso caiba uma crítica quanto a forma a qual o PRONAF se materializa pela ótica de que com acesso aos créditos logo os problemas do campo são ou serão resolvidos não enfrentando um outro grave problema que é a desigualdade na distribuição de terras que até os dias atuais marcam o campo brasileiro, não menosprezando também sua importância junto a agricultura familiar nesse contexto de disputa onde as relações são estabelecidas pela lógica de mercado em uma sociedade de consumo na qual vivemos.

Desde sua criação 02 de abril de 1979 quando a área do PA Jacundá foi registrada em cartório resultado da pressão dos expropriados da hidrelétrica de Tucuruí junto a outras sem terras, fruto da dinâmica social e econômica que vivia essa região, não de imediato nem em sua totalidade, mas, a partir da

década de 1990 boa parte dos agricultores desse assentamento têm acessado diferentes linhas de crédito.

O Fundo constitucional do Norte (FNO), foi uma das primeiras linhas de crédito, criado para dar ênfase ao projeto baseado em estabelecimentos familiar-policultural, resulta em ambiguidade quanto ao oportunismo na prática do fundo, acerca disso Costa (2005, p.136), faz algumas indagações:

A prática do FNO produziu a grande mudança? Os arranjos que se fizeram em torno do fundo implementaram a preferência pelos produtores familiares (pensados nas categorias de mini e pequenos produtores rurais, pelo texto legal) e pelos sistemas produtivos ecologicamente adequados à região, como preconizava a lei nº 7.827 de 1989?

No mesmo estudo Costa (2005) constata que embora o crédito tenha sido acessado, este não possibilitou a afirmação da agricultura familiar como preconizava sua lei de criação, pois segundo o autor, de 1990 a 1995 por exemplo 80% dos investimentos foram destinados a pecuária, já entre 1995 a 1998 o investimento em culturas permanentes chegam a 60%, porém entre 1998 a 2000 os investimentos destinados a permanentes cai rapidamente de 60% para 30% dos valores investidos pelo fundo na agricultura familiar. O resultado desse fluxo de crédito destinados quase exclusivamente a pecuária tem sido a afirmação de “minifúndios”, mesmo dentro de áreas de reforma agrária que preconiza uma agricultura policultural, assim facilmente visualizamos um forte processo de enraizamento do processo de fazendalização dos agricultores familiares, pois assim como o FNO as demais linhas de crédito vão na mesma lógica, portanto, embora haja um forte apelo por uma nova base de desenvolvimento o direcionamento da linhas de crédito não tem possibilitado.

Não somente o FNO como também O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído pelo decreto nº 19646/96 de 28 junho de 1996 (governo Fernando Henrique Cardoso) tem contribuído com a mesma perspectiva, em geral o maior quantitativo de financiamentos aprovados pelas agências de financiamentos tem sido direcionados ao financiamento de bovinos, esse processo reflete as

deficiências estruturais quanto a prática de outras atividades como também interpretações principalmente dos gestores públicos quanto ao campo brasileiro, conforme Tolentino (2016, p.128):

Apesar de seu objetivo “bem-intencionado”, o programa guardava uma determinada interpretação do campo brasileiro que foi alvo de polêmicas desde o seu início. Esta polêmica se assentava no fato do Pronaf, enquanto política pública, materializar a compreensão de que os problemas do campo brasileiro seriam pela inclusão dos camponeses nas políticas do desenvolvimento capitalista, não enfrentando assim as questões relacionadas à desigual distribuição de terras que até hoje marca o campo brasileiro.

Em consequência desses direcionamentos como identificado o gráfico 12, temos 83,33% dos sistemas produtivos baseados na pecuária enquanto apenas 11, 90% com agricultura e 8,40% extrativismo. Nessa conjuntura a diversidade vem perdendo espaço para os monocultivos, que dentro da lógica da agricultura familiar torna-se um aspecto negativo.

Embora haja uma considerável diversidade nas linhas de créditos acessados por parte dos agricultores nota-se que os maiores percentuais desses créditos estão voltados a investimentos à cultura do gado, fator que tem reforçado ainda mais a conversão dos lotes em áreas de pastagens. Nesse sentido existe por trás dessa conjuntura uma série de fatores contribuindo para tal quadro, que variam de problemas mais gerais como a precariedade ou falta de infraestruturas entre elas principalmente: estradas e pontes que dão acesso ao assentamento, transporte, assistência técnica, acesso ao comércio, treinamentos assim como problemas mais específicos, como por exemplo regras impostas pelos bancos para que o recurso seja liberado para investimento como ilustra fala a seguir:

(...) principalmente quando você trabalha com a questão das culturas que sejam permanentes, porque tem a dificuldade no nosso caso aqui de Jacundá porque nós não temos viveiristas no município, outra coisa os bancos só financiam as mudas se forem certificadas aí não adianta o produtor produzir aqui e plantar, por mais que ele compre as sementes de qualidade e tudo mais, tem essa exigência e outra coisa a questão de fazer análise de solo corrigir são produtos que no final das contas fica muito caro pro produtor e aí ele percebe que não vale apenas investir.

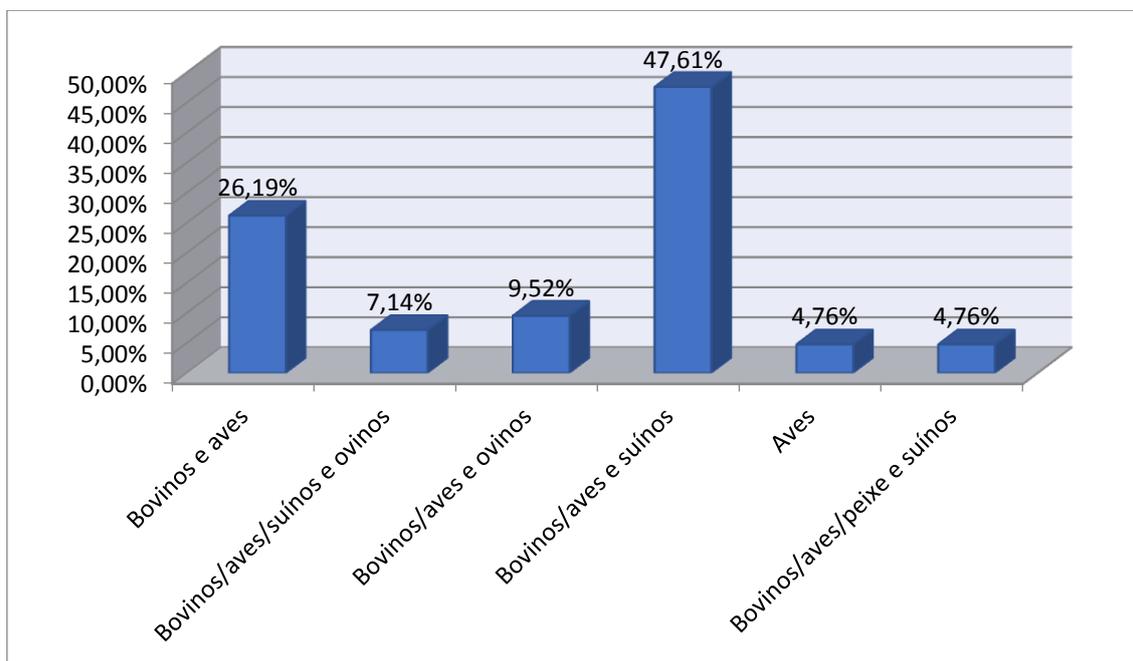
Entrevista técnico 01, pesquisa de campo (2019).

Além dessas questões citadas outros fatores que vem interferindo são a falta de organização na produção e comercialização dos produtos, em muitos casos identificados pelos agricultores como baixo nível da produção quando na prática uma boa forma de organização interna contribuiria com essa falsa impressão que agricultura familiar produz pouco ou em níveis insatisfatórios. Diante dessa conjuntura o Pronaf por ser um programa destinado a atividades produtivas, mas, que exige retorno do valor emprestado se torna o que Tolentino (2016) denomina de “empréstimo da Vaca”, pois nessa conjuntura há uma busca do investimento em atividades consideradas “seguras” do ponto vista econômico e a criação de bovinos tem se tornado majoritária nesse contexto. Esse comportamento tem direcionado características aos sistemas de criação do assentamento como veremos a seguir.

A forma como encontra-se estruturado os sistemas de criação reflete algumas questões que podem ser pensadas como por exemplo, que modelo, se é que existe modelo de sistema de criação pode ser mais eficiente? Quanto mais diverso necessariamente é mais eficiente? Quanto menos diverso esse modelo está fadado ao fracasso? Em que aspectos posso melhorar para tornar meu sistema de criação eficiente?

Há nesse conjunto de dúvidas, uma serie de fatores que podem influenciar direto ou indiretamente essas questões por isso mesmo consideramos importante uma análise desses aspectos na tentativa de compreender a diversidade estrutural desses agricultores, a figura 15 tenta refletir um pouco essas questões:

Figura 18: Estrutura do sistema de criação dos agricultores do PA Jacundá



Analisando os dados acima percebe-se a diversidade nos sistemas de criação uma das principais características embora nesses arranjos existam uma variação a diversidade permanece como a base dessa estrutura, assim encontramos seis diferentes arranjos, o primeiro: bovinos e aves corresponde a 26,19% do público pesquisado, o segundo: 7,14% dedicam-se a criação de bovinos, aves, suínos e ovinos, o terceiro: 9,52% bovinos, aves e ovinos, o quarto: 47,61% bovinos, aves e suínos, o quinto: 4,76% dedicam-se exclusivamente a criação de aves diversas (galinha, galinha d'angola, pato e peru) e um sexto grupo 4,76% bovinos, aves, peixes e suínos.

Está implícita nessas estruturas uma série de fatores entre eles poderíamos citar: a questão do direcionamento dos créditos voltados ao campo FNO e PRONAF por exemplo, que torna a compra de bovinos quase uma obrigação justificado pela liquidez na venda dos animais, há também questões culturais envolvidos nesse processo o "o mito do fazendeiro" justificados pelos agricultores da seguinte forma, por exemplo: crio gado por que meus avós criavam, meus pais portanto, tenho o "dever" que dar sequência.

A questão mais ampla é por que os demais sistemas de criação não alcançam com níveis satisfatórios de produção e geração de renda? Ou serviram apenas como suporte na composição e suplementação na renda do núcleo familiar? Do ponto de vista das famílias, a pluriatividade tem resolvido o problema da insuficiência de renda, para Mattei, (2000, p. 212):

É a pluriatividade que tem dado aos agricultores familiares a possibilidade de permanecer na atividade, enquanto as propriedades não pluriativas precisam expandir a área ou incrementar a sua produção para manter ou elevar os níveis de rentabilidade, condição objetiva para permanecer na atividade produtiva.

A referida expansão na produção está atrelada ao aumento da renda desses agricultores, que vem desenvolvendo seu sistema de criação para atender demandas internas ao núcleo familiar ou externas buscando produzir itens absorvidos pelo mercado consumidor com certa regularidade, como é o caso do gado bovino, além desse aspecto busca-se a liquidez na venda da produção. Esse aspecto talvez explique o arranjo de 47,61% na criação de bovinos, suínos e aves, pois são animais utilizados seja na alimentação da família assim como podem ser facilmente absorvidos em diferentes nichos de mercado tanto local (feiras, restaurantes, atravessadores) quanto global (Frigoríficos e exportação da carne ou boi vivo) como o caso dos bovinos.

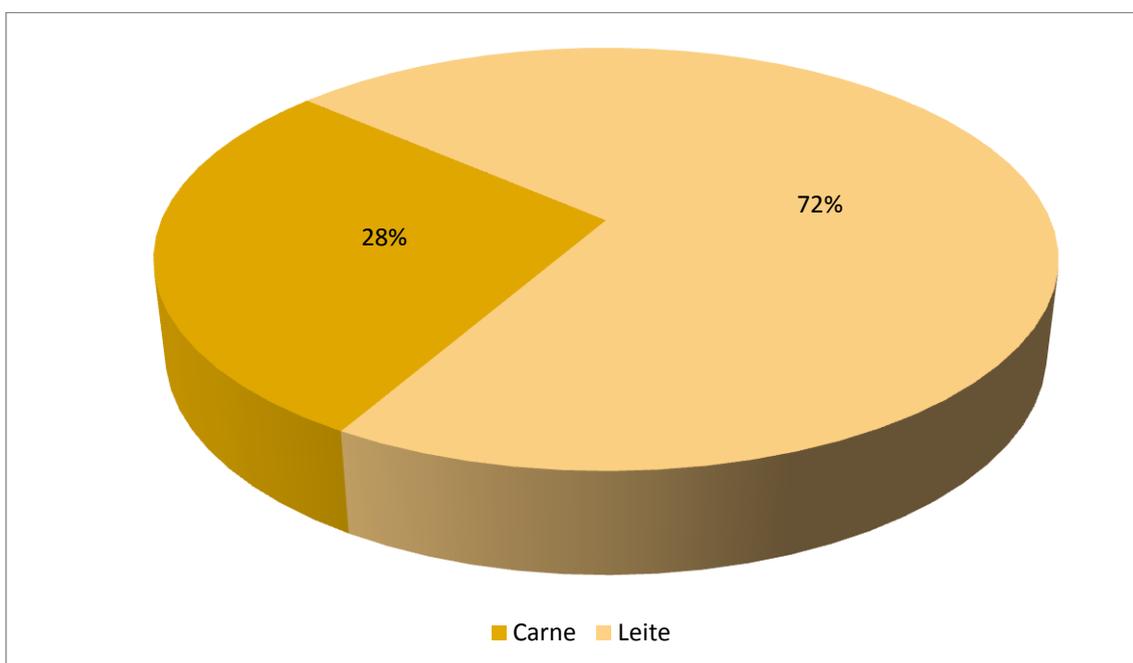
Essa globalização no acesso ao mercado tem transformado a produção agrícola em commodities, situação em que o mercado mundial é quem estabelece o valor de mercado dos produtos, demonstrados nas bolsas de valores mundiais, essa questão demonstra o tanto quanto a agricultura familiar é dinâmica e a necessidade de aperfeiçoamento por meio treinamentos para que compreendamos esses processos e desdobramentos na produção local pois conforme analisa o técnico 01 da Emater Jacundá:

É muito complicado, o agricultor perde muito autonomia, boa parte do preço dos produtos agrícolas acabam sendo controlado por fatores externos, por exemplo guerra, estabelece o preço da pimenta do reino aqui no Pará, quando tem alguma tensão entre países ou guerra o preço da pimenta do reino vai lá pra cima, por que a pimenta é usada na pólvora, por que ela é um ativador pro ser humano, pra não dá sonolência, quando os soldados vão comer é muito sal e pimenta na comida pra não dormir em serviço. Olha aqui ponto chegamos o preço do café, da soja, do boi só não vi ainda o leite mas quase tudo está ligado aos acontecimentos mundiais geralmente guerra.

Embora a lógica de produção da agricultura familiar não esteja estritamente ligada a exportação de produtos, a oferta e os valores praticados fora do Brasil interferem em muitas situações inclusive nos preços pagos em produtos aqui no município Jacundá, fato este que influencia diretamente na configuração dos sistemas de criação dos agricultores imersos nessa dinâmica. Como é o caso do valor da Carne e do leite principais derivados da bovinocultura, atividade que ocupa maior extensão de área no assentamento,

Outro aspecto importante é a característica do rebanho dos agricultores familiares pesquisados, do total de 1953 animais declarados em pesquisa, 72% são animais com aptidão leiteira e 28% com aptidão à produção de carne, esses números nos dá uma dimensão da importância da atividade leiteira no assentamento, a figura 16 mostra a aptidão produtiva do rebanho no PA Jacundá.

Figura 19: Aptidão produtiva do rebanho dos agricultores do PA Jacundá



Essa característica do rebanho nos permite perceber a relevância na prática da atividade pela periodicidade na geração de renda para o agricultor, enquanto o rebanho bovino voltado à produção de carne geralmente raças azebuadas (nelore, tabapuã) por exemplo permitem a geração de renda a partir

da venda de animais em ciclos anuais, animais com aptidão voltados à produção de leite possibilitam a geração de renda em ciclos mensais pela venda do leite e ainda permitem a venda do bezerro que pode funcionar como renda complementar para o agricultor ou como poupança/capital já que o mesmo é um produto de fácil inserção no mercado, em muitos casos a criação de bovinos leiteiros acontece de forma consorciadas com animais voltados à produção de carne, esses arranjos inclusive com diferentes percentuais é influenciado pela disponibilidade de mão de obra, extensão de terras e recursos financeiros.

A prática da atividade leiteira requer um alto nível de emprego em mão de obra, pois necessita de um acompanhamento rotineiro embora praticado da forma mais rústica possível é preciso um período para ordenha geralmente pela manhã e outro para separar bezerros das vacas seguida de suplementação mineral para uma melhor expressão na produção animal para a ordenha do dia seguinte. Diante dos dados da pesquisa foi possível perceber que quanto maior a extensão de terras tem o agricultor, mais o rebanho tende para criação do gado de corte, na perspectiva de diminuir a quantidade na mão de obra, controlando gasto e produção, esse comportamento se explica pela possibilidade de gerar acúmulos de capital com o emprego do mínimo possível de mão de obra já que esta é onerosa o que pode tornar seu sistema ineficiente. Por exemplo, um agricultor dentre os entrevistados apresenta-se na seguinte situação: tamanho do lote 10 alqueires todo coberto por pastagem, morando próximo a um refrigerador de leite da comunidade portanto com possibilidades de investir na produção de leite, no entanto ele está com 72 anos de idade, aposentado, três filhas, todas casadas morando em outros lotes, qual sua opção nesse caso? Usa toda sua pastagem para criar bovinos voltados à produção de leite uma vez que tem facilidade em escoar sua produção embora tenha que custear o valor da mão de obra.

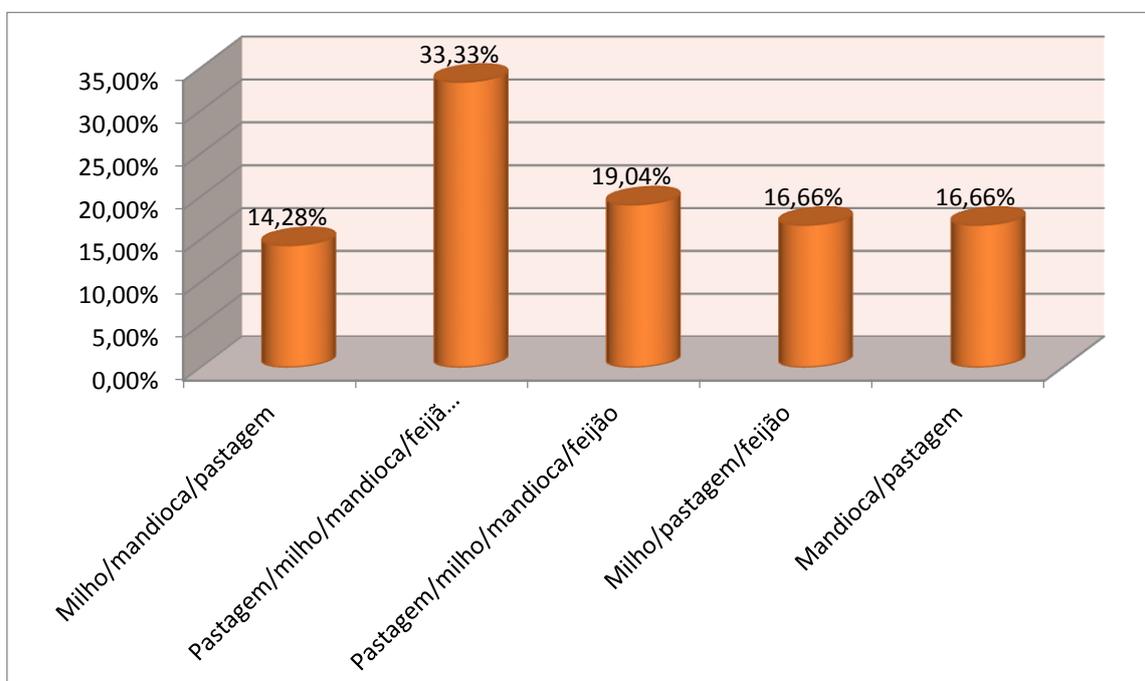
Esse é um dos vários exemplos reais que encontramos no assentamento, para além a disponibilidade de recursos financeiros influencia fortemente a característica do rebanho do agricultor, ou ainda sua condição financeira, quanto mais estável economicamente se encontra o agricultor mais o rebanho do mesmo tende a ser de gado de corte, pois a relação com a terra

muda, a terra deixa de ser um meio de produção de recursos para sua sobrevivência e passa a ser um meio de acumulação de capital (poupança), esse é um dos vários significados da terra, para Altafin, et al. (2009, p.146):

Os estabelecimentos leiteiros caracterizam-se por processos de construção e estruturação diversos e, por isso, apresentam diferentes níveis de evolução do sistema produtivo e dos fatores de produção. Isso salienta a importância de se compreender essa evolução para apoiar e tornar mais eficientes ações de pesquisa e desenvolvimento de técnicas adaptadas a essas situações.

Nesse sentido convém ressaltar que a estrutura do sistema de criação e suas aptidões estão intrinsecamente ligada a situação econômica do agricultor, são moldados segundo sua necessidade, da disponibilidade de capital inclusive humano, por isso mesmo se comparamos sistemas de produção mesmo na área de um mesmo assentamento notaremos que a diversidade de arranjos é uma característica marcante, no caso PA Jacundá predomina a pastagem em todos os arranjos, seguidos de mandioca e milho estes ocupando com diferentes níveis de produção, a figura 20 ilustra bem este quadro.

Figura 20: Estrutura do sistema de cultivo dos agricultores do PA Jacundá



O sistema de cultivo do assentamento representado na figura 17 está organizado da seguinte forma, o primeiro sistema: milho/mandioca e pastagem

é praticado por 14,28%, o segundo grupo tem em seu sistema de cultivo: pastagem/milho/mandioca/feijão e banana corresponde a 33,33%, o terceiro grupo: Pastagem, milho, mandioca e feijão 19,04% e o quarto grupo: milho, pastagem e feijão equivalendo a 16,66% e o quinto grupo tem em seu sistema de cultivo: Mandioca e milho equivalendo a 16,66% dos entrevistados.

Como pode ser observado entre os cinco diferentes sistemas de cultivo identificados na pesquisa todos apresentam um aspecto importante que é a pluriatividade no cultivo de cultivos de interesse comercial, característica marcante da agricultura familiar, embora também identifica-se, a pastagem em todos eles e a prevalência desta em dois destes sistemas respectivamente o terceiro com 33,33% e o quarto com 19,04% somando um percentual de 52,37% dos pesquisados. Estes dados corroboram com os dados da figura quinze, pois entre os seis diferentes sistemas, a criação de bovinos prevalece sobre as demais, portanto a pastagem aqui identificada como cultura principal atende a demanda do sistema de criação dos agricultores, onde 95,24% tem bovinos como parte de seu sistema de criação.

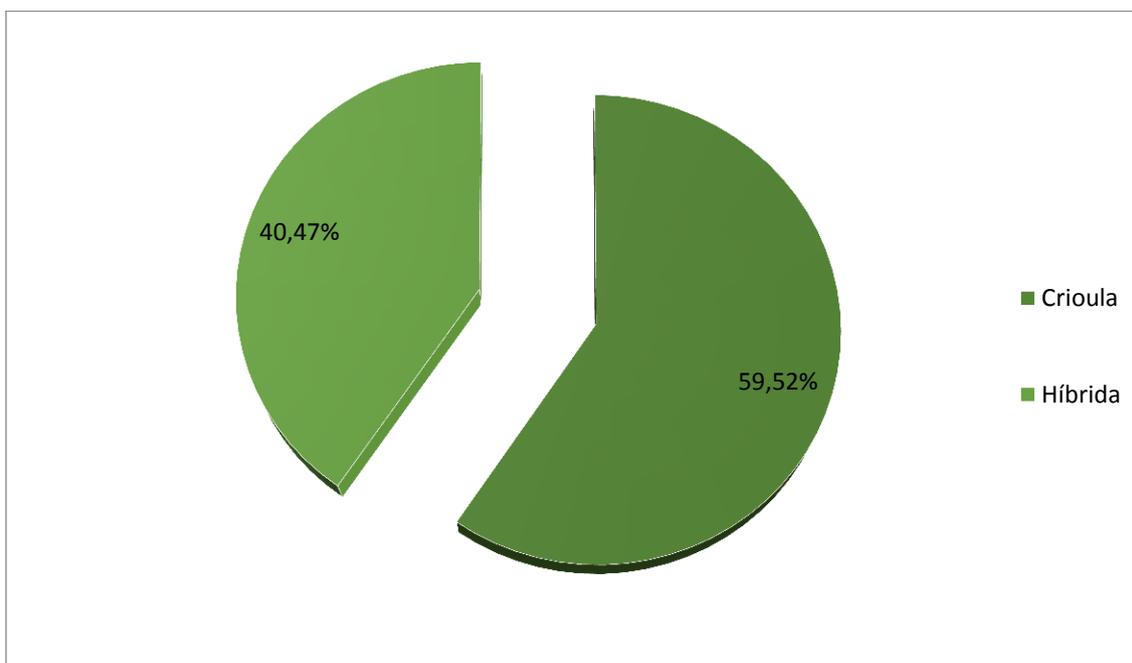
Por mais que a agricultura passe por fortes difusões tecnológicas, fomento a produção e incentivo a prática do monocultivo, os sistemas diversificados prevalecem, a policultura na agricultura familiar é mais que uma necessidade é uma estratégia na superação da pobreza e garantia da soberania alimentar desses agricultores. Entender esse contexto é uma necessidade urgente na superação de visões equivocadas da agricultura familiar e na proposição de políticas públicas direcionadas a esse público. Por tal motivo, Alves (2016, p.124) afirma que:

Quando um agricultor apenas produz para sua subsistência, não está decretado que ele não é desenvolvido; deve haver motivos para ele não ir além desse tipo de produção, sejam eles geográficos (solo, clima, relevo...), assistência técnica, políticas públicas (crédito), tamanho da propriedade, distanciamento dos consumidores/centros urbanos. Assim, aquele camponês autônomo e não vinculado a empresas agroindustriais está presente no Brasil, porém, vale discutir se esse ator social está satisfeito com sua condição na sociedade atual de produtor para subsistência.

Seguindo nesta linha o debate acerca do uso de sementes híbridas, o seu uso não garante a sustentabilidade de quem usa, tampouco não pode ser afirmado que o uso de sementes crioulas por um agricultor necessariamente o

coloca em situação de “atraso” de um agricultor. Conforme a figura 18 o uso das sementes tanto crioulas quanto híbridas pelos agricultores e a esses devem ser consideradas suas especificidades na opção por determinada semente.

Figura 21: Origem da semente cultivada na produção de grãos



A origem da semente utilizada no cultivo dentro dos lotes, 40,48% dos agricultores pesquisados afirmam fazer uso de sementes híbridas (transgênicas), enquanto 59,52% das sementes utilizadas baseiam-se em sementes crioulas (tradicionais). Embora haja um monopólio na comercialização das sementes transgênicas e insumos de forma geral por parte da indústria agrícola por exemplo, existe nesse caso, uma resistência de parte dos agricultores em assumir esse “pacote tecnológico” baseado em Organismos Geneticamente Modificados ou simplesmente transgênicos ou pela dificuldade em acessá-lo, reflexo da onerosidade desse “modelo”. Esse aspecto de manutenção das sementes tradicionais dentro dos sistemas de cultivo vai na contraposição daquilo que descreve Picoli, (2006, p.124): “A transgenia na agricultura aprofunda o modelo de concentração de renda,

concentra o controle tecnológico, concentra o poder, maximiza os riscos ao meio ambiente e a saúde dos agricultores e consumidores”.

Esse conjunto de problemas resultado do uso contínuo desse “pacote tecnológico” é justificado pelo alcance e manutenção da produtividade das culturas de interesse, isso porque em muitos casos esses cultivos estão atrelado a créditos bancários geralmente público e subsidiado, onde o agricultor busca alcançar os resultados produtivos estimados nos projetos, a fim de cumprir com os compromissos assumidos junto aos bancos. Essa busca no controle do ciclo produtivo de uma atividade considerada de risco como é o caso da agricultura e que pode ser influenciada por fenômenos naturais como: seca prolongada, períodos chuvosos intensos e prolongados, tem sido um discurso muito recorrente na fala dos próprios agricultores quando tratamos a respeito da questão, embora saibamos que nem sempre esse “modelo” tenha sido a base da agricultura brasileira como demonstra Balestro e Sauer, (2009, p.08):

As inovações tecnológicas na agricultura, que depois se convencionou chamar de Revolução Verde, se iniciaram nos anos de 1940, como resultados de pesquisas e experimentos realizados por cientistas, contratados pela Fundação Rockfeller, no México. No Brasil, no entanto, essas mudanças se disseminaram apenas a partir de 1970, devido a incentivos governamentais, especialmente crédito farto e barato. O desenvolvimento agropecuário brasileiro sofreu uma mudança em sua base tecnológica com a implantação da Revolução Verde, um pacote de técnicas e lógicas produtivas baseadas na química, mecânica e genética.

É importante ressaltar que essa prática tem origem na agricultura patronal/empresarial, a partir da década de 1970 (revolução verde) e que nas últimas décadas tem-se percebido uma forte replicação do mesmo “modelo” na agricultura familiar, embora esta última seja historicamente baseada em uma outra lógica de produção e reprodução das culturas agrícolas. Essa mudança tem tornando-a em muitos casos ineficientes: ambiental, econômico e produtivo, nesse sentido o uso das sementes crioulas, possibilita a superação da artificialização da agricultura, considerando os contextos de cada bioma, a diversidade de espécies, onde os solos destes deixam de ser visto apenas como substrato e passa a ser analisado a partir de uma outra perspectiva onde

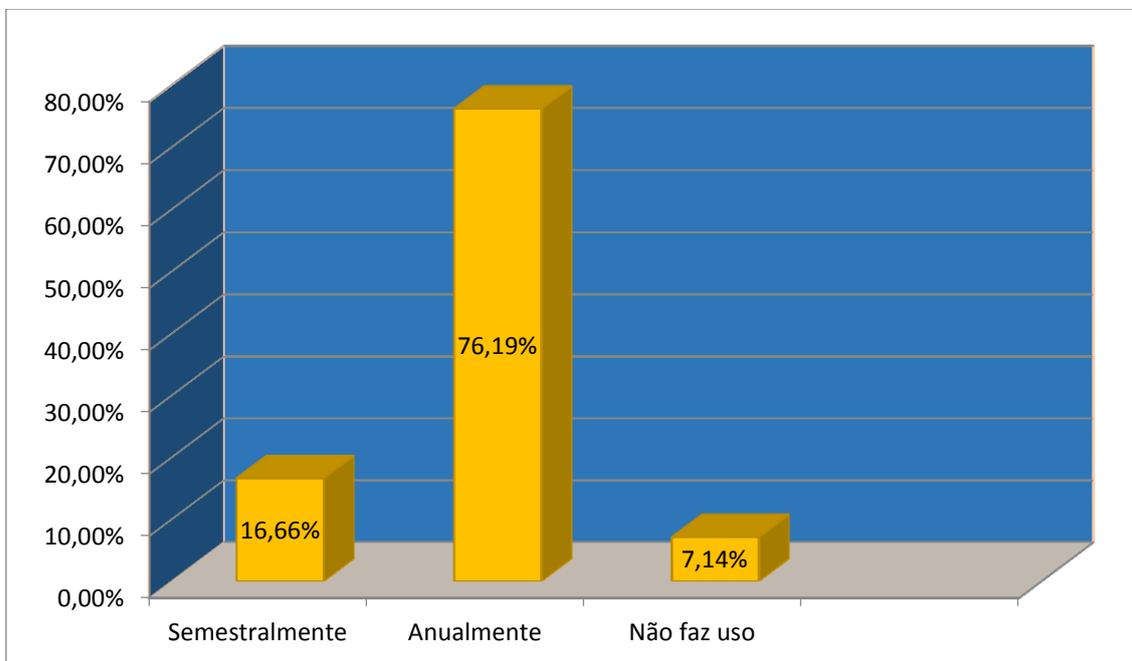
no solo existem diferentes interações biológicas/químicas e que estas resultam na expressividade produtiva das culturas agrícolas implantadas nesses espaços. Embora propagandeado os aspectos positivos do uso de sementes híbridas (transgênicas), alta produtividade resistência ao ataque de algumas pragas, resistência a aplicação de herbicidas específicos usados em seu cultivo por outro lado está atrelado a seu uso uma série de fatores que tornam seu uso um aspecto negativo na agricultura pois:

Enquanto, historicamente, a semente foi para o agricultor, apenas parte guardada da última colheita, atualmente ela tornou-se mais um insumo que precisa ser comprado. Sob uma nova ótica, as possibilidades oferecidas pelos transgênicos aprofundam a mercantilização das sementes, alterando, assim, o seu valor de uso, de tal maneira que acabam por gerar relações cada vez mais dependentes. Juntamente com a semente transgênica, os agricultores acabam comprando necessariamente, o controle e a determinação externos à sua propriedade. De fora, é determinado o que deve ser cultivado, que implementos serão utilizados no processo de produção, e quanto, enfim, o que pode ser lucrado. (ANDRIOLI, 2008, p.99).

Por isso mesmo o uso das sementes transgênicas tem ocasionado principalmente a perda da autonomia do agricultor sobre as espécies cultivadas em seus lotes, além do mais trazem consigo novas necessidades como uso de: adubos químicos específicos, fungicidas e herbicidas que complementam esse pacote, por esse motivo tratar-se-á o uso de agrotóxicos com mais detalhes na sequência.

O uso constante de agrotóxicos na agricultura brasileira tem se tornado um fator de destaque, visto que a mesma tem absorvido um consumo crescente desses “defensivos”, seja pela expansão da área cultivada, seja pela intensidade e frequência no cultivo de plantas de interesse comercial, que tem levado a perda na quantidade de matéria orgânica do solo e conseqüentemente a germinação do banco de sementes do solo de plantas não agricultáveis consideradas “invasoras”. Além desse aspecto o uso desses agrotóxicos que após a revolução verde, restringia-se as grandes propriedades, no contexto atual tem alcançado as pequenas propriedades e com um percentual considerável fazendo uso frequente desses produtos como ilustra a figura 19:

Figura 22: Frequência no uso de agrotóxicos pelos assentados do PA Jacundá



Essa frequência no uso de agrotóxicos associadas à práticas agrícolas inadequadas aos diferentes tipos de solos do assentamento tem desencadeado em perda da fertilidade do solo em alguns casos chegando próximo a exaustão da capacidade de produção do mesmo, um dos aspectos que tem sido discutido a esse respeito é a poluição causada por esses agentes químicos, entende por poluição:

O termo poluição, aplicado ao ambiente agrícola, introduz a noção de que durante o processo em análise, está havendo algum tipo de acúmulo ou resíduo não aproveitado inteiramente pela biota local, suplantando a capacidade que o meio ambiente teria de eliminar ou processar, resultando num consequente desequilíbrio nas cadeias biológicas e produzindo estresse ambiental (GEBLER et al, 2007, p.272).

Esse manejo tem interferido de forma significativa na qualidade e quantidade da produção agrícola, entre os pesquisados apenas 7,14%, optam em não fazer uso de agrotóxicos, enquanto 76,19% fazem no mínimo uma aplicação anual e 16,66% já trabalham com duas aplicações anuais. Na prática

o uso de agrotóxicos no assentamento acontece de forma indiscriminada, sem um planejamento e conhecimento dos produtos em uso, seja pela falta de qualificação seja pela falta de assistência técnica no acompanhamento das práticas agropecuárias no assentamento, o conhecimento e o planejamento da área e fundamental na consolidação da cultura a ser implantada minimizando os riscos ambientais e econômicos envolvidos em questão, assim:

Quando o agroquímico é recomendado é recomendado corretamente para a cultura, sendo obedecida a dose de aplicação recomendada, as exigências das condições ambientais e o manejo ocorrerem de forma planejada, grande parte do risco de contaminação que possa existir é eliminado pela atenuação natural, pois para autorizar o uso de um agroquímico, dependendo do produto analisado, há um envolvimento dos ministérios da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente, que obrigam a execução de uma série de testes, visando à segurança da produção agrícola, da saúde do trabalhador e consumidor e do meio ambiente. (GEBLER et al, 2007, p.274).

Nota-se que o conhecimento e planejamento são ferramentas essenciais à práticas agropecuárias, principalmente em lotes relativamente pequenos como é o caso do assentamento, onde geralmente a renda da família depende diretamente do sucesso ou não da sua prática agrícola. Para tanto é necessário o conhecimento do relevo, hidrografia, vegetação e nascentes, esses conhecimentos servirão como suporte para suas decisões futuras quanto ao tipo de sistema produtivo que melhor lhe atende e que produtos agroquímicos ou não fará uso, visto o dinamismo da agricultura familiar além do mais existe uma evidente dualidade:

Quanto a essas inclinações tecnológicas e ambientais. De um lado, tem-se um conjunto de práticas tecnológicas que associa-se a uma agricultura dita moderna e empresarial, como o manejo integrado de pragas, a agricultura de precisão (com seus componentes de manejo sítio-específico e rastreabilidade), os organismos transgênicos, a produção de alimentos seguros e os processos de certificação auditada e de denominação de origem controlada. De outro lado, listam-se as filiações ambientais ou ecológicas, como a produção orgânica, natural e biodinâmica, a agroecologia (com seus componentes de diversificação e sistemas agroflorestais), a conservação da biodiversidade e dos recursos genéticos, a segurança alimentar e os processos de certificação participativa e denominação de origem sustentável. (GEBLER et al, 2007, p.288).

Nota-se dessa forma que o uso de agrotóxicos ganha espaço quando a produção passa a ser voltada ao mercado, baseada em um modelo convencional de agricultura, com base no uso intensivo resultando no

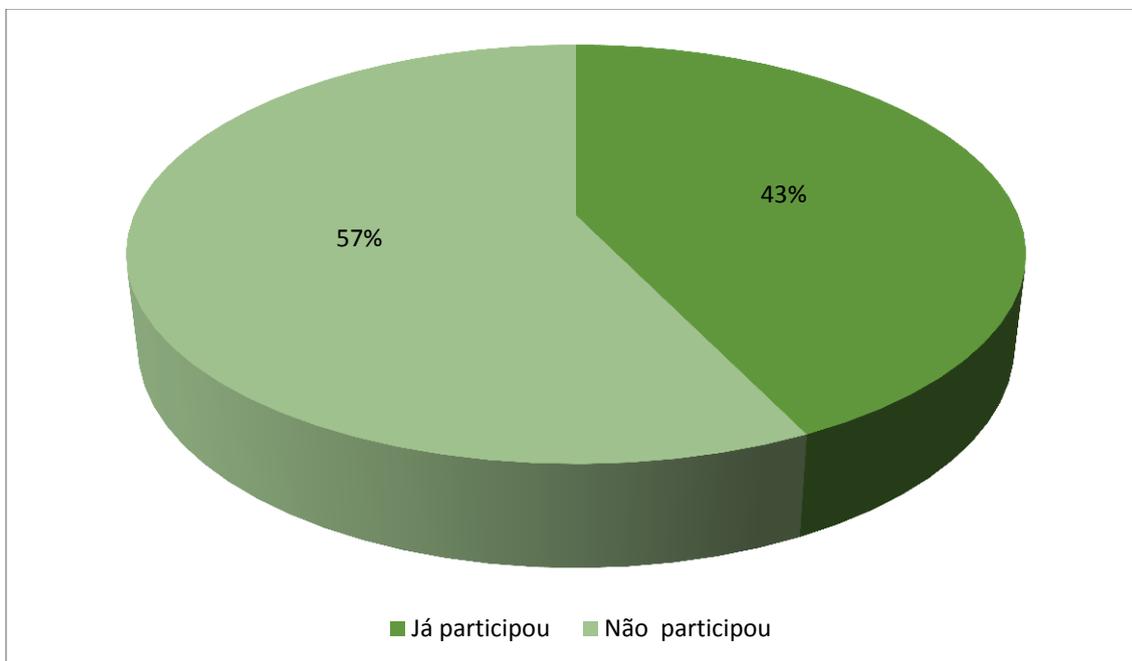
abandono de outros sistemas de plantio como por exemplo, o pousio da terra. Nesse sentido como supõe Carneiro, (2009, p.160):

O “agrotóxico” é considerado um “mal necessário”. Seus efeitos negativos, porém, não são os mesmos para todos os trabalhadores, dependendo da “natureza” de cada um. Os de “natureza fraca” são mais suscetíveis e ficam doentes. Como a “força” é uma qualidade apreciada e necessária ao homem do campo, todos os que “lidam com a terra” são, por princípio, “fortes”.

Nessa perspectiva o uso de agrotóxicos tem se “naturalizado”, em meio a agricultura familiar, embora saibamos em muitos casos não ser uma ferramenta adequada a esse público, visto que em muitos casos são usados na produção de frutas e hortaliças consumidas de forma in natura, e que o uso constante destes resultam em níveis inadequados de resíduos na composição dos produtos a serem consumidos, podendo provocar efeitos colaterais ou doenças em caso do consumo por tempo prolongado destes.

Embora estejamos inseridos nessa dinâmica produtiva, o uso que em muitos casos são inadequado desses agroquímicos está relacionado em parte pela falta de treinamentos, portanto, a formação é elemento essencial a prática agrícola, no caso do uso de agrotóxicos pode ser substituído por defensivos naturais, interferindo diretamente na qualidade dos produtos, dessa forma consideramos a formação importante que será abordado sequência ilustrada pela figura 20.

Figura 23: Formação de agricultores do PA Jacundá quanto a atividade praticada



Não se pode pensar em ter êxito na prática de atividades agrícolas sem o conhecimento básico de técnicas que venham de alguma forma contribuir com a melhoria na eficiência econômica e ambiental dessas atividades, dessa forma o aperfeiçoamento dos agricultores do ponto de vista formativo é essencial no avanço da eficiência dos diversos sistemas de cultivo e criação estabelecidos dentro dos lotes.

Na figura 20 percebe-se a deficiência da assistência técnica existente em relação a esse aspecto pois, segundo dados coletados em pesquisa 43% dos agricultores afirmam ter participado de algum curso com o intuito de melhorar sua prática enquanto 57% declararam nunca ter participado de cursos voltados a esse sentido, o que demonstra o quanto pode ser avançado em relação a esse fator, a formação dos agricultores é um instrumento eficaz, necessário e estratégico na promoção do desenvolvimento rural e agrícola.

A gestão dos recursos que compõe o sistema produtivo dos referidos agricultores tem sido um dos grandes desafios do setor agropecuário brasileiro, principalmente na agricultura familiar por ser uma categoria em sua essência

bem mais diversa e dinâmica que a lógica do agronegócio, por isso mesmo tão importante na adequação de seus recursos para que a torne mais eficiente em termos econômicos, energéticos e ecológicos, é nesse sentido que Lima et al (2001, p.196) afirmam que:

A administração rural permite ao agricultor visualizar a unidade de produção em sua globalidade, fazendo com que ele perceba a existência de situações problemáticas que são significativas para ele (que respondam a seu interesse) e que se relacionam com suas experiências prévias.

Nota se que é necessário muito mais que a simples prática agrícola, no atual contexto é primordial a capacidade de análise do agricultor em sua totalidade uma formação integral e interdisciplinar baseado na sua prática cotidiana num movimento de práxis. É necessário nesse caso o domínio ou pelo menos uma noção de alguns aspectos que vai para além da técnica, assim:

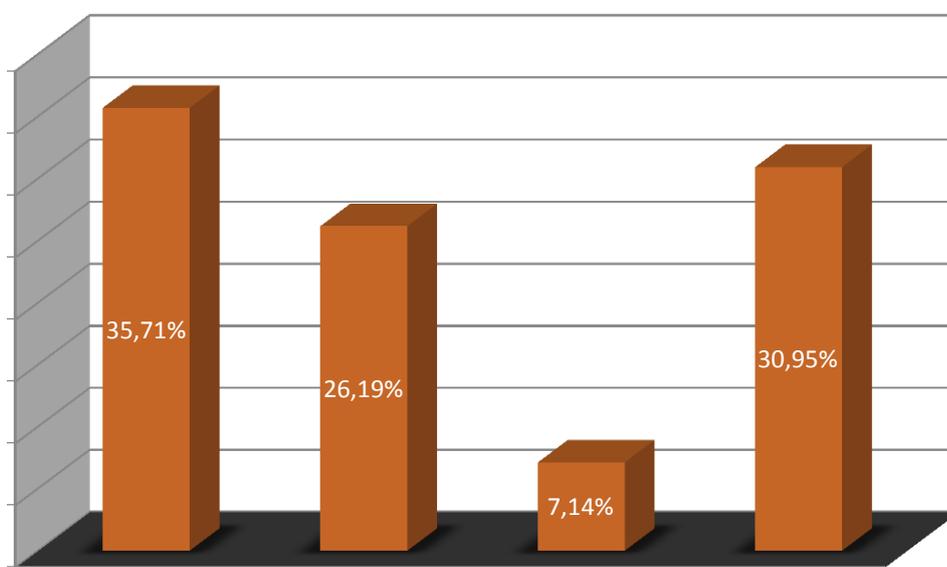
A formação assim concebida torna possível a integração do processo educativo ao processo produtivo desenvolvido pelo agricultor (ao processo produtivo em sua totalidade e não só a determinadas atividades. A atividade agrícola – o trabalho – se constitui, assim, no princípio educativo, através do qual o agricultor adquire os conhecimentos e a formação necessária para sua profissão. (LIMA, 2001, p.197)

Permite a busca por um desenvolvimento mais independente e autônomo, onde agricultores atinjam elevada capacidade de reflexão e consciência dessa maneira consegue agir de forma mais efetiva em seus processos organizativos/administrativos na busca pela eficiência de seu sistema social e produtivo.

Ao que tange a assistência técnica no PA Jacundá, a mesma encontra-se de forma deficitária, ao passo que não tem conseguido alcançar níveis satisfatórios na prestação de serviços ao público interessado, principalmente agricultores familiares. Atrelado a esse déficit existe uma porção de fatores que vem influenciando para tal quadro se estabelecer, entre tantos podemos citar o sucateamento da principal empresa pública de assistência técnica do estado EMATER, o escritório de Jacundá conta hoje com um seguinte quadro de profissional: dois técnicos e um assistente administrativo e apenas um carro em

funcionamento modelo Fiat uno, ano 2011 cedido por outro escritório e não conta atualmente com nenhuma parceria de apoio com a gestão municipal sequer com o fornecimento de combustível para uso no atendimento dos agricultores em visita de campo, essa configuração atual resulta na precariedade estrutural enfraquecendo o atendimento a agricultura familiar município de Jacundá, resultando na situação demonstrada na figura 21:

Figura 24: Atendimento da assistência técnica no PA Jacundá



Observa-se que, 35,71% dos entrevistados foram atendidos apenas uma vez desde que foram assentados, 26,19% já foram atendidos duas vezes, anualmente 7,14% foram atendidos e 30,95% do público pesquisado declararam nunca ter sido atendido por empresas de assistência técnica o que corrobora com o reflexo da deficiência no quadro da empresa pública de atendimento em relação ao atendimento. Essa configuração embora ampliada pelo atendimento de empresas privadas com todas suas limitações encontra-se longe do que considera ideal o entrevistado (técnico um), para ele o ideal em relação a EMATER seria:

A assistência técnica ampliou muito devido as empresas privadas mas na prática, essas empresas só elaboram os projetos, mas não prestam serviço necessário, a EMATER tem um quadro de funcionários insignificante, pro contingente de público que deve atender, deveria ter um médico veterinário, um agrônomo, quatro

técnicos, um assistente administrativo, uma caminhonete, duas motos, 300 litros de gasolina, e apoio é claro das entidades públicas.

O resultado desse quadro tem contribuído com o avanço da monocultura da pastagem, mesmo em áreas da reforma agrária como é o caso, isso porque a pastagem é a base, principalmente para pecuária por ser uma atividade que requer menor nível de investimento tecnológico e em uma frequência relativamente baixa, pois uma vez que a pastagem é formada seu período de uso é considerado longo. Diante dessas circunstâncias, no ano de 2018 entre os 11 projetos elaborados pela Emater (escritório de Jacundá) e com recursos liberados todos sem exceção baseiam-se na pecuária.

Na verdade e quase 100% pecuário, esse índice deve-se elevar por que na questão custeios é 1% que trabalha com agricultura, aqui no município de Jacundá é Nós não temos assim uma população que trabalhe a parte de agricultura, o agricultor não se identifica tanto com a agricultura, por que são situação que levam uma dependência muito grande de mão de obra, e aqui quase não se usa Mão de obra, é muito mais fácil trabalhar com a pecuária por que a pecuária você tem dois momentos um de, que na apartação pegar bezerro e prender e de manhã tirar o leite. E na agricultura em média por hectare leva-se a média de três Mão de obra (três pessoas) pra você cuidar de um hectare aí fica muito dependente de trabalhador que aqui não tem.

Pesquisa de campo, técnico 01 EMATER, 2019.

A defasagem no quadro de funcionários da EMATER, acrescido da precariedade dos veículos que serviriam para possibilitar a locomoção dos técnicos no atendimento dos agricultores em campo tem sido um dos problemas pontuais/locais que tem dificultado a proximidade técnico/agricultor na implementação de acompanhamentos de cultivos e criações contribuindo com a melhoria no aumento da produção refletindo dessa forma na vida destes agricultores, dessa forma a opção pela pecuária tem se tornado um aspecto recorrente dentro da lógica produtiva do assentamento, por se tratar de uma cultura com necessidade de baixo nível de acompanhamento técnico, onde as técnicas para suas práticas empregadas por estes são rudimentares portanto com certo domínio em seu uso, a imagem a seguir demonstra a situação em que se encontra a frota de veículos que serviria nessa empreitada.

Figura 25: Veículo da EMATER em estado de abandono em Jacundá



Embora as questões estruturais como as citadas, sejam entraves os problemas de atendimento da assistência técnica pública tem implicações em várias instâncias desde questões mais gerais como o quadro de funcionários e problemas da frota que só se resolverá por ações do governo do estado, linhas de crédito pensadas para esse público em âmbito regional e nacional que valorize a agricultura familiar como importante modalidade estrutural da sociedade brasileira, como também o estabelecimento de parcerias, acordos de colaboração entre empresa de assistência técnica e prefeituras municipais, para que não chegue-se ao ponto da falta de combustível se tornar um empecilho na prestação de serviço, além do mais é necessário a busca por soluções que perpassam a assistência técnica como a falta de infraestrutura das estradas, questão de armazenamento, treinamento para que estes acessem o comércio, mas que refletem diretamente na agricultura familiar no município de Jacundá.

A assistência técnica tem um papel estratégico na agricultura familiar, pode/deve contribuir na compreensão da sua diversidade como demonstra as figuras 12, 13, e 15 que tratam da variedade dos sistemas de cultivo, fonte de renda e sistemas de criação dos agricultores e suas especificidades. Para Lima et al (2001, p.44):

Apesar de possuírem o mesmo projeto e objetivos estratégicos semelhantes, os produtores familiares podem tomar e implementar decisões diferenciadas. Isso se deve à variabilidade de situação, presente, e passada, existente entre os produtores e/ou as diferenças de percepção ou análise que eles têm ou fazem de seus objetivos de produção. Por isso, nem todos os agricultores desenvolvem as mesmas atividades e/ou exatamente da mesma forma. Com efeito, os sistemas de produção praticados pelos produtores familiares são muitos diversos, mesmo em regiões com características agroecológicas e socioeconômicas semelhantes.

Pensar a agricultura familiar a partir de sua diversidade é o grande desafio da assistência técnica e em número reduzido como está o quadro de funcionários da Emater (Jacundá), tem inviabilizado ainda mais esse processo. Se fôssemos fazer uma correlação entre agricultores e corpo técnico da Emater chegaríamos no seguinte valor se temos 02 técnicos disponíveis e 415, lotes no PA Jacundá assim a demanda de atendimento só para esses técnicos é de 207.5 agricultores por técnico, sem levar em consideração as demais comunidades rurais do município esses dados nos permite perceber o tanto quanto a assistência técnica no município de Jacundá tem que melhorar para alcançar níveis satisfatórios no atendimento gerando por consequência eficiência produtiva para aqueles que a buscam levando em consideração fatores sociais, econômicos e ambientais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados é possível perceber que a escola no assentamento tem contribuído com alguns aspectos que vão para além do nível de escolaridade, como por exemplo taxas elevadas do público jovem no campo, incluindo maior percentual de mulheres ultrapassando os 50% do público pesquisado superando os rotineiros fluxos migratórios de jovens rumo as cidades. A taxa de analfabetismo é de 6,93% pouco acima da meta estadual para 2015 de 6,5%, mas, abaixo taxa de outros municípios, no entanto observou-se que apenas 2,97% tem nível superior demonstrando a importância que a universidade pública representa para esse público.

Em geral os agricultores/assentados tem limitado acesso a saneamento básico apenas 7,14% usam água de poços artesianos em suas casas, 78% desse público usam filtro de barro na purificação da água para o consumo, além do mais o assentamento situa-se as margens do lago de Tucuruí, “o Pará atravessa um processo de exploração e alteração das características vitais das suas bacias hidrográficas”, por situar-se nesse contexto o saneamento básico torna-se elemento essencial a esse público.

Quanto a cobertura vegetal do assentamento há uma predominância de pastagem em torno de 83,33% da área dos agricultores pesquisados, prevalece a queima como técnica de preparo do solo mais frequente 54% , 78,57% afirmam não conhecer a legislação ambiental brasileira e apenas 4% fazem licenças ambientais para a prática de atividades em seus lotes. A base do sistema produtivo dos agricultores/assentados e de 83,33% pecuária respectivamente ao percentual de pastagem declaradas na cobertura vegetal, 11,90% agricultura e 8,40% extrativismo.

Dada a variedade dos sistemas de criação marcada por seis distintos sistemas prevalecendo dentro desses a criação de bovinos e dos sistemas de cultivos com cinco sistemas prevalecendo o cultivo de pastagem, característicos da pluriatividade, há nesse contexto uma inevitável variedade de

fontes de renda fundamental para a agricultura familiar dada a sua dinâmica intensa. É perceptível também uma predominância na criação de bovinos leiteiros pela importância da geração de renda em ciclos mensais e a produção de leite tem possibilitado, embora com algumas dificuldades enfrentadas pelos agricultores. -se também a manutenção do uso de sementes crioulas para o cultivo de plantas na produção de alimentos, embora as sementes híbridas (transgênicas) tenha ganhado espaço na agricultura familiar, ainda assim existe essa manutenção na variedade de cultivares importante na manutenção do equilíbrio ecológico e para a própria soberania alimentar desses sujeitos.

Quanto ao uso de agrotóxicos apenas 7,14% dos pesquisados declararam não fazer uso, os outros dois grupos o fazem com os respectivos percentuais 16,66% aplicam semestralmente e 76,19% fazem aplicação anualmente. incorporado ao sistema produtivo baseado na lógica da revolução verde este é visto como uma ferramenta, pois mesmo que não saibamos os efeitos desses princípios ativos sobre as espécies animais, incluindo a espécie humana.

A assistência técnica prestada aos agricultores/assentados segundo dados da pesquisa constitui um dos problemas que merecem atenção do setor público, pois, 30,95% dizem nunca ter sido atendido por serviço de assistência técnica em seus lotes, esse dado nos revela o déficit na prestação de assistência técnica, que tem um papel estratégico na agricultura familiar, pode/deve contribuir na compreensão da sua diversidade. Esse déficit tem ocasionado direcionamentos na agricultura familiar no sentido de monocultivos seja de pastagens, seja de outras culturas. Esse conjunto de dificuldades estruturais configura o símbolo do descaso da agricultura familiar no município de Jacundá, ao mesmo tempo demonstra as contradições no projeto de desenvolvimento agrário da Amazônia o qual o PA Jacundá está inserido onde a grande propriedade baseadas em monocultivo tem sido a ênfase dada pelo Estado brasileiro em seus projetos desenvolvimentistas.

As estratégias governamentais direcionadas para a Amazônia brasileira têm revelado em geral a exploração dos recursos naturais pautado nos grandes projetos como o Projeto Grande Carajás (PGC), que tem sido o mais

expressivo nesse contexto pela sua dimensão: territorial, econômica, social e ambiental, pois, transformam a partir de seu funcionamento as relações sociais, econômicas e transforma os ambientes naturais em estruturas artificiais (lago de Tucuruí), enfim modifica totalmente a dinâmica antes vivenciada por grupos que antes estabeleceram moradia nesse território, em função do início de suas obras assim como o intenso fluxo migratório de pessoas oriundas de outras regiões do país em especial do nordeste brasileiro. Além dos empreendimentos direcionados a mineração, antes mesmo da própria mineração as grandes fazendas já eram um “modelo” de propriedade que vinha sendo implantado na Amazônia brasileira.

É nesse sentido que a forma como parte da sociedade tem concebido o Estado moderno tem levado a conclusões precipitada quanto a sua estrutura e função diante da sociedade, embora concebido como estrutura que vá buscar atender as demandas dessa sociedade, o que se tem notado são adoções de políticas neoliberais direcionadas a transformação dos recursos naturais amazônicos em commodities.

O Estado brasileiro tem adotado políticas destinadas ao agrário que desde o período colonial privilegiou estruturas baseadas em grandes fazendas, ao mesmo tempo em que excluem a possibilidade de escravos e seus descendentes se transformarem em camponeses, a lei 601 de 1850 talvez tenha sido a medida mais perversa no processo expropriação e expulsão do camponês rumo às cidades formando as favelas brasileiras.

É nesse contexto que agricultura familiar se insere na história agrária amazônica, forçando os desvalidos de terra a lutar por acesso a mesma enfrentando o latifúndio com todo o aparato do Estado, entre elas a própria força militar. São nessas medidas que características do materialismo dialético, do Estado moderno ficam evidenciadas por meio dessas políticas de Estado. A medida que as tensões sociais se acirram há em um lugar ou outro medidas mitigadoras tomadas pelo Estado para amortecer/diminuir essas tensões em torno da posse da terra, os projetos de colonização como PIC Marabá é um exemplo apresenta-se com essa característica mas, em geral são projetos frustrados não alcançando níveis convincentes de efetivação da demanda

planejada, nesse sentido o Estado tem papel determinante na configuração do agrário amazônico.

Inserido em torno do rio Tocantins e transformado no que hoje denomina-se lago de Tucuruí, Jacundá passa por transformações intensas desde sua constituição as margens da cachoeira do Itaboca/Capitariquara em (1915), à mudança compulsória para o quilômetro 88 da PA 150 em (1983), ocorre diversos conflitos na disputa pela posse da terra iniciando entre posseiros e indígenas e a partir de 1983 a disputa se intensifica entre posseiros e grileiros/latifundiários. A agricultura familiar é colocada à margem do projeto de desenvolvimento de Jacundá, historicamente subordinados a outros grupos sociais e projetos vem ao longo do tempo se reinventando na forma de organização, exploração e produção e riqueza, nesse sentido a economia de Jacundá inicia com o extrativismo do caucho, castanha do Pará, ouro e diamante na foz do rio Tocantins, passando pela agricultura de auto sustento, conjugando com a pecuária a partir de 1989, nesse contexto a resistência é uma marca na história da agricultura familiar em Jacundá, o enfrentamento quanto a: grilagem, a falta de moradia, falta de estradas, transporte, educação escolar, acesso a serviços de saúde, dificuldades de comercialização, acesso a crédito entre outros explica por si só esse processo.

O desenvolvimento da Amazônia brasileira tem sido pensada apenas do ponto de vista econômico, essa característica fica evidente quando analisamos as diferentes autarquias criadas para “promover o desenvolvimento” (SPEVEA, SUDAM, ADA) e suas medidas tomadas para tal fim como (POLAMAZÔNIA) e (PGC) que tem a grande propriedade incentivada por elevados índices de subsídios a partir de fundos mantidos com dinheiro público e exploração mineral.

Essas políticas tem refletido diretamente na sociedade Jacundaense, o papel da ciência técnica na e para a sociedade, essa perspectiva científica tem se colocado em um pedestal, lança a si própria em patamar mais elevado de tal forma que os conhecimentos para serem validados necessariamente tem que passar por seu crivo, desconsiderando assim as demais formas de produzir

conhecimento. A Ciência nesse contexto torna-se desserviço para a sociedade especialmente às classes consideradas subalternas.

É a partir dessa lógica que a Amazônia vem sendo discutido na perspectiva da “modernidade”, discutida por Latour na superação do “atraso” conceito fortemente ligado ao passado logo a integração pensada da Amazônia com as demais regiões do país se torna uma “necessidade” para a superação do “atraso”. Embora o Estado, assuma por meio do discurso um forte apelo a “resoluções” dos problemas sociais gerados ou agravados pelo próprio Estado enquanto governo por meio de seus projetos desenvolvimentistas, tendo como forte apelo, o alcance da modernidade ou modernização e na tentativa de justificar suas decisões e medidas por esse lema, efetivamente, o Estado, vem fortalecendo a lógica de reprodução do capital por meio da oferta de crédito subsidiado e isenção de impostos a grupos empresariais privados em várias frentes de expansão capitalistas, mas no que tange as questões agrárias esse processo torna-se bem mais notório.

É possível perceber que o assentamento é resultado de lutas históricas dos expropriados do lago de Tucuruí em associação com sem terras resultados da dinâmica social que a região passava nesse período (1989), em virtude desse processo tem-se diferentes grupos migrantes com origem no: Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais, Piauí e Espírito Santo resultado da política de Estado dos chamados Excedentes populacionais conforme Pereira (2015).

Portanto a proposição de uma nova lógica de desenvolvimento que leve em consideração a diversidade social, econômica e ambiental existente na agricultura familiar se faz necessária, na perspectiva de atender os anseios de tal grupo social. Esse processo pode ser concretizado a partir de programas de assistência técnica, investimento em educação e saúde, melhoria na infraestrutura, treinamentos periódicos, ações integradas de investimento e pesquisa os quais são essenciais para os agricultores do assentamento em análise, tornando-se cada vez mais necessária no fortalecimento da agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos**. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, pp. 1-39.

ALMEIDA, Rogério Henrique. **Territorialização do campesinato no Sudeste do Pará**/Rogério Henrique Almeida-Belém:NAEA, 2012.

ALTAFIN, Iara Guimarães et al. **O mercado do leite em assentamento de reforma agrária: acompanhamento e avaliação de ações técnicas e sociais**, In: projeto Unai: pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária /Marcelo Nascimento de Oliveira; José Humberto Valadares Xavier; suêniaCibeli Ramos de Almeida; Eric Scopel (editores técnicos). Brasília, DF: Embrapa Informação tecnológica, 2009.

ALVES, Flamarion Dutra; LINDNER, Michele; RODRIGUES, Suelen de Leal. **Formas de (re)produção familiar no espaço rural: campesinato, agricultura familiar e pluriatividade** In: A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato. / João Pedro Stedile (org.)- 1. Ed. São Paulo : Outras expressões, 2016. 362 p.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **O fim da picada: Plantas transgênicas em expansão na América latina**. In: Transgênicos a semente do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos / Organização: Antônio Inácio Andrioli, Richard Fuchs; Tradutor Ulrich Dressel – 1. Ed. – São Paulo: expressão Popular, 280 p.

BALESTRO, Moisés Villamil& SAUER, Sérgio. **A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate**in: Agroecologia e os desafios da transição agroecológica / Sérgio Sauer e Moisés VillamilBalestro (orgs) – 1. Ed.- São Paulo : Expressão Popular, 2009. 328 p.

BARP, Ana Rosa Baganha. **A água doce na Amazônia Ontem e Hoje: O caso do Pará** In: A questão da água na grande Belém. Steven Uhly; Eliene Lopes de Souza (orgs)- 1 ed. Belém, Casa de Estudos Germânicos: 2004. 240 p.

BORDENAVE, Juan Enrique Díaz. **O que é participação?** 8ª edição - São Paulo: Editora Brasiliense, 1994 (95 p).

BORGES, Fragmon Carlos. **Origens históricas da propriedade da terra - 1958** in: A questão agrária no Brasil: o debate tradicional- 1500 -1960, João Pedro Stedile (org) Douglas Estevam (assistente de pesquisa) --1. Ed. –São Paulo: Expressão Popular, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. |**Lua Nova-Revista de Cultura e Política**, n. 36, 1995, p.85-104.

CARNEIRO, Maria José. **De “produtor” a “consumidor”:** Mudanças sociais e hábitos alimentares. In: Processos constituição e reprodução do campesinato no Brasil,v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato/

Delma Pessanha Neves (Org.). **Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural**, – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: 2009.

CARNEIRO, Maria José. **Herança e gênero entre agricultores familiares. Estudos feministas**, v. 1/2001, p. 22 – 55, 2001.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. São Paulo, Papius, 1998.

CARVALHO, José Murilo. Capítulo I: primeiros passos (1822-1932) e capítulo II: Marcha acelerada (1930-1964). In: **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 4ª edição, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p. 16-153.

CASTRO, Edna. **Cidades Amazônicas na Confluência das Águas** In: A questão da água na grande Belém. Steven Uhly; Eliene Lopes de Souza (orgs)- 1 ed. Belém, Casa de Estudos Germânicos: 2004. 240 p.

CASTRO, Edna. **Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia**. in: Amazônia: região universal e teatro do mundo / organização Willi Bole, Edna Castro, Marcel Vejmelka. – São Paulo: Globo, 2010.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH**. Salvador, vol. 25, n. 64. Pp. 45-61. 2012.

CONGILIO, Celia R. **Duas faces da mineração no sudeste paraense: o extrativismo minerário como base material do neodesenvolvimentismo**. (2015) mimeo. Apresentado na VII Jornada Internacional de políticas Públicas, 25 a 28 de agosto de 2015 na Universidade Federal do Maranhão, aguardando publicação na Revista Políticas Públicas, UFMA, 2016.

COSTA, Fabrício Araújo.TCC, intitulado:**Limites e possibilidades da cadeia produtiva do leite na comunidade vila limão para a dinâmica de reprodução do campesinato local**, Marabá-PA,2013. Disponível na biblioteca da UNIFESSPA, campus um.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia, os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: UFPA. NAEA, 2000. 355 p.

Costa, Francisco de Assis. **Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia**. Estudos avançados 19 (53), 2005.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais** -2ª ed. rev. e amp. – Belém:UFPA/NAEA, 1999. 174p.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais**. 2. Ed. Ver. eamp. \_Belém: UFPA/NAEA, 1999. 174 p.

ENGELS, Friedrich, **A origem da família, da sociedade privada e do Estado/ Friedrich Engels; tradução de Leandro Konder**. 2. Ed.-São Paulo; Expressão popular, 2010.

GEBLER, Luciano; Palhares, Julio César Pascale, *Gestão ambiental na agropecuária*. – Brasília DF: Embrapa informação Tecnológica, 2007. 310 p.

HALL, Anthony L. **Amazônia: Desenvolvimento Para Quem?**; Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor Ltda. 1991, 300 p.

HÉBETTE, Jean. **A ocupação humana recente da microrregião de Marabá**, In: *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004 (Vol. IV), p. 63-72.

HÉBETTE, Jean. **A resistência dos posseiros**. In: *Cruzando fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*/Jean Hébette. – Belém: EDUFPA, 2004. Vol. II p.191-196.

HÉBETTE, Jean. **Intervenção das multinacionais nos ecossistemas amazônicos**. Apud: HÉBETTE, Jean. *Cruzando fronteira*, vol. III: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia/ Jean Hébette.-Belém: EDUFPA, 2004, PP.149 - 156.

HÉBETTE, Jean. **O grande Carajás:Um novo Momento da história moderna da Amazônia paraense**. Apud:HÉBETTE, Jean. *Cruzando fronteira*, vol. III: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia/ Jean Hébette.-Belém: EDUFPA, 2004, pp.31- 55.

HISSA, Cássio EduardoViana, 1954- **Entrenotas: Compreensões de pesquisa**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.197.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), superintendência regional do sul do pará – SR 27. **Plano de Recuperação do Assentamento PA Jacundá (PRA)**, Org. J.I. Serviços de agronomia e consultoria as atividades agropecuárias e sociais LTDA – Agroatins Carajás. Marabá, 2013, 303p.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**; tradução de Carlos Irineu da Costa. – Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, 152 p. (Coleção trans).

LENIN,Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2ª Ed. São Paulo: nova cultural, 1985 (1989).

MATTEI, L. **Novas dimensões sócio-econômicas do espaço rural brasileiro**. Florianópolis(SC): UFSC/cse/Economia, 2000.

MARTINS, José de Sousa, 1938- **Exclusão social e a nova desigualdade /** São Paulo: Paulus, 1997. – (coleção: Temasde atualidade).

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. **Escola do campo**, In: *Dicionário da Educação do Campo*. / (org), Roseli Salete Caldart, Izabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigoto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio,Expressão popular, 2012.

OLIVEIRA, Julieta T. Aier; ANDRADE, Marcia Regina O; BERGAMASCO, Sonia Maria P. P. **Perspectivas e desafios para a juventude rural**, In: Questão agrária, cooperação e agroecologia. (Org), Henrique navaes; Ângelo Diogo Mazin; Laís Santos. 2. Ed. São Paulo: Outras expressões, 2016. 408p.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**/ Recife: UFPE, 2015 386 p.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**/ Fiorelo Picoli—1. Ed.—São Paulo: Expressão popular, 2006.

Pronaf. **Lei nº 1946 de 28 de junho de 1996** (cria o Programa Nacional da Agricultura Familiar – Pronaf e dá outras providências). Brasília: 1996.

SAES, Décio Azevedo marques. **A formação do Estado burguês no Brasil 1888-1891**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985, p. 345-364.

SAES, Décio. **O conceito de democracia** in: Democracia. P. (7 a 32) São Paulo, Ática, 1987 (disponível em [HTTP://pt.scribd.com/doc/150744822/Décio-Saes-democracia#scribd](http://pt.scribd.com/doc/150744822/Décio-Saes-democracia#scribd)).

SANTOS, Boaventura de Sousa & AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002, p. 39-82.

SILVA, Sandra Souza da. **O processo de nucleação das escolas do campo no município de Jacundá e seus reflexos na Escola Boa Ventura no Assentamento Jacundá** / Alda Souza Matos ; orientadora, Alice Margarida Negreiros Alves. — 2016.

SILVEIRA, Claudionor Gomes da. **Uma cidade submersa: memória e história de Jacundá (1915-1983)** – Belém, PA: Paka – Tatu, 2001. 128 p.

TOLENTINO, Michel. **“O empréstimo da vaca”:** um estudo da dialética entre o Pronaf e o *hatibus* camponês em comunidades camponesas na Zona da Mata Paraibana In: Geografia agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (Org.). Gustavo H. Cepolini Ferreira. Jundiá, Paco editorial: 2016. 392p.

VASCONCELOS, Bruna Mendes de. **Mulheres rurais, trabalho associado e agroecologia** In: questão agrária, cooperação e agroecologia. (ogrs) Henrique Novaes; Ângelo Diogo Mazin; Laís Santos. 2. Ed.- São Paulo: Outras expressões, 2016. 408 p.

VINHAS, Moisés. **Problemas Agrário Camponês do Brasil - 1968**. In: A questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960 / João Pedro Stédile (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) –1. Ed. –São Paulo: Expressão Popular, 2005.

**ANEXOS**

ANEXO 01 – Questionário feito junto a 42 famílias

1ª Nome:-----Idade:----- Origem: -----

--

2ª Qual o percentual da cobertura vegetal do seu lote?

- Mata
- Capoeira floresta secundária
- Pastagem
- Culturas perenes
- Roças

3ª Qual a técnica utilizada no preparo do solo

- Queima
- Aragem
- Outra

4ª Quanto aos tipos de sistemas produtivo na sua predomina de cultivo seu lote é composto por:

- Agricultura
- Pecuária
- Extrativismo
- outro

5ª Com relação a legislação ambiental brasileira você (Sim), (não).

- Conhece a legislação ambiental
- Conversou com sua família sobre a LA
- Demarcou área de reserva legal na propriedade

Faz algum tipo de reflorestamento

6ª Na família são quantas pessoas? -----desse total quantos são

mulheres

homens

7ª Com relação a situação fundiária você esta em

RB

Tem título definitivo

Está irregular

8ª Com relação a faixa etária da família quantas pessoas estão entre

0 a 10 anos

11 a 20 anos

21 a 30 anos

31 a 40 anos

41 a 50 anos

51 a 60 anos

61 a 70 anos

mais de 70 anos

9ª Nível de escolaridade da Família

Analfabeto

Alfabetizado

Ensino fundamental

Ensino médio

Ensino superior

10ª Fonte de renda do núcleo familiar

- Assalariado
- Bolsa família
- Pensão
- Auxílio doença
- Aposentadoria

11ª Com relação aos sistemas de criação você cria

- Gado (bovino)
- Aves
- Caprinos
- Peixes
- ovinos
- Suínos
- Outro

OBS: Desse total de bovinos quanto está voltado a produção de leite e quanto a produção de carne?

Leite:----- Carne:-----  
-----

12ª A estrutura do seu sistema de cultivo é formado por:

- Milho
- Mandioca
- Feijão
- Pastagem
- Outro

13ª A semente utilizada nos sistemas é de origem:

Crioula

Híbrida

14ª Com relação ao acesso aos créditos rurais Já acessou:

FNO

Custeio

PRONAF A

PRONAF B

PROCERA

Mais alimento

PRONAF C ou D

Não acessaram

15ª Participação em cursos de formação e aperfeiçoamento:

participou de algum curso

Não participou de nenhum curso

16ª Origem da água consumida:

Nascente protegida

Nascente sem proteção

Poço boca larga

Poço artesiano

Outro

17ª Com relação ao tratamento dessa água para o consumo humano ela

é:

- Hipoclorada
- Fervida
- Filtrada
- nenhum tratamento

18ª Condições de habitação material que compõe a construção da casa:

- Alvenaria (Tijolo)
- Barro
- Madeira ( tabua)
- lona/ palha

19ª Frequência de uso de agrotóxicos na propriedade:

- Mensal
- Semestral
- Anual
- Não faz uso

20ª Quanto às atividades de lazer você participa de:

- Jogo de futebol
- Festa dançante
- Banho de rio/igarapé
- Festas religiosas
- Caça e pesca
- Outro

21ª Quando alguém da família adoece qual o destino:

- Jacundá

( ) Nova Ipixuna

( ) Tucuruí

( ) Marabá

( ) Outro

22ª Quanto assistência técnica qual periodicidade em que foi atendido:

( ) Uma vez

( ) Duas vezes

( ) Anualmente

( ) Semestralmente

( ) Nunca

#### ANEXO 02 – Entrevista com técnico 01 Emater

1ª Dos projetos de financiamentos elaborados pela EMATER, quantos são destinados a pecuária e quantos são destinados a agricultura extrativismo ou outra atividade?

Na verdade e quase 100% pecuário, esse.. (índice) deve-se elevar por que na questão custeios é 1% que trabalha com agricultura, aqui no município de Jacundá é.. nós não temos assim uma população que trabalhe a parte de agricultura, o agricultor não se identifica tanto com a agricultura, por que são situação que levam uma dependência muito grande de mão de obra, e aqui quase não se usa Mao de obra, é muito mais fácil trabalhar com a pecuária por que a pecuária você tem dois momentos um de, que na apartação pegar bezerro e prender e de manhã tirar o leite. E na agricultura em média por hectare leva-se a média de três Mao de obra (três pessoas) pra você cuidar de um hectare aí fica muito dependente de trabalhador que aqui não tem.

2ª Que outros fatores influenciam na decisão do agricultor em optar pela pecuária?

Sim, a condições de estradas são ruins isso é fator que também limita por que o gado é muito fácil mesmo inverno com péssimas estradas você tira o produto, eles conseguem tirar sair a pés tocado e vender pro atravessador pro comprador a outra situação da questão da agricultura que deve ser levada em consideração é que na verdade o produtor rural, pequeno produtor, ele é um reprodutor do grande se o grande começar a trabalhar isso ele vai atrás, mas se não tiver uma iniciativa do grande ele permanece naquilo ele não quer crescer ele só acredita depois que o grande ganha dinheiro.

Olha tem outros fatores que influenciam primeiro pela questão de produção porque o comprador ele só vai entrar numa determinada região se tiver produção por que não adianta ele chegar lá na tua propriedade ir buscar..disponibilizar um carro para buscar três quatro saco de milho por exemplo, mas se tiver uma carrada ele já tem condição de ir buscar porque justifica ele ir buscar isso ta entendendo?

3ª Existe um certo nível de facilidade ou dificuldade em acessar o crédito no caso de opção por determinada atividade? Exemplo um agricultor opta pela pecuária e outro opta pela agricultura quem tem mais facilidade em acessar o crédito. Por que?

Com certeza, porque olha principalmente quando você trabalha com a questão das culturas que sejam permanentes, porque tem a dificuldade no nosso caso aqui de Jacundá por que nós não temos viveiristas no município, outra coisa os bancos só financiam as mudas se forem certificadas aí não adianta o produtor produzir aqui e plantar, por mais que ele compre as sementes de qualidade e tudo mais, tem essa exigência e outra coisa a questão de fazer análise de solo corrigir são produtos que no final das contas fica muito caro pro produtor e aí ele percebe que não vale apenas investir.

4 com relação a estrutura como toda, que o município tem disponibilizado (frigoríficos , laticínios, ) isso não acaba facilitando a prática da pecuária e limitando a prática agrícola? Não falta incentivo a diversificação produtiva?

Olha acho que são diversos fatores que contribui pra isso, primeiro por que nós não temos área de pesquisa aqui na região, a gente colhe dados de outras regiões a EMBRAPA não esta presente no nosso município essa é uma das primeiras situações que esbarra o produtor que os coeficientes que a gente usa aqui pra certas culturas são coeficientes de outros locais de outras regiões do estado (Pará), e aí a questão também da assistência técnica ela é precária, não é boa por certas situações falta de investimento do governo, a questão de profissionais tem muita dificuldade as pessoas não querem vir pro interior e isso é limitante.

5ª Que outros fatores são importantes na configuração da agricultura familiar para além das já comentadas até o momento?

Na verdade tem a falta da infra estrutura das estradas, questão de armazenamento que não temos, questão de comprador que não ta tão próximo da gente.

6ª Em relação a legalização sanitária não é um fator limitante pra agricultura, visto que é exigido no mínimo uma inspeção sanitária para que o produto chegue as prateleiras dos supermercados comercio em geral?

Eu acredito que hoje não tenha tanto esse problema não, o maior problema hoje é a produtividade, por que o que a gente ver nos outros municípios onde a cultura seja implantada vai bem ela consegue colocar por exemplo, por que a produção daqui é mais milho, arroz na região feijão esse produto não precisa tanto de inspeção, não precisam tanto. Mas em relação a outros produtos a caba sendo que merece ser trabalhado no município senão a gente vai continuar comprando produtos de Tomé Açú por exemplo e perdendo produção em nosso município embora que essa produção seja em pequena escala.

7ª Existe outras informações que considera importante em relação a prática da agricultura que gostaria de comentar ?

Eu vejo assim a agricultura aqui no município de Jacundá tem algumas situações que a gente deve relevar que é a questão da geografia do município, que tem muitos lugares não dão condições de você trabalhar com máquinas, aí

hoje pra você trabalhar só no braço não vai a lugar nenhum, você tem que ter equipamentos e é também essa falta de equipamentos pra atender esse público que a secretaria de agricultura disponibiliza duas /três maquinas pra atender todo o município e aqui nós temos período muito definido que de verão que é seco e período chuvoso que é o inverno o chamado inverno amazônico e isso causa um problema muito grande, porque essas máquinas não conseguem atender todo o município as vezes tem algumas iniciativas de alguns produtores pelo menos pra produzir pra seu sustento mas nem isso as vezes consegue por que fica na dependência de máquinas que não existem aqui no município em quantidade.

8ª Nessa lógica a tecnificação da agricultura é uma possibilidade de alavancar a atividade no município de Jacundá?

Com certeza quanto mais tecnificado é o sistema produtivo mais eficiente se torna, não tem outra saída.

9ª na sua opinião como você analisa a diversidade produtiva na agricultura familiar, frente a uma agricultura baseada no monocultivo como é caso do agronegócio?

Na verdade a agricultura familiar a gente sempre está pregando algumas coisas que.. a diversificação, mas aí nós temos que ter uma identidade de um produto infelizmente tem que ter, não é só diversificação, porque se tu produzir um pouquim e o outro não, ninguém vai lá comprar você ver a merenda escolar, que nem compra do agricultor familiar e tem outra coisa por ser produto que tem uma época de produção e aí você atender a merenda escolar em determinado período do ano vai ter que buscar de outro lugar porque não tem produção o ano inteiro e esses é um dos problemas que nós estamos precisando é ter uma maneira de você ta tentando produzir o ano todo, não é fácil mas aí já vai entrar a parte de irrigação, adubação e pesquisa é primordial tudo isso, não é fácil.

10 Como vocês analisa o atrelamento da definição de preço dos produtos agrícolas às bolsas de valores?

É muito complicado, o agricultor perde muito autonomia, boa parte do preço dos produtos agrícolas acabam sendo controlado por fatores externos, por exemplo guerra, estabelece o preço da pimenta do reino aqui no Pará, quando tem alguma tensão entre países ou guerra o preço da pimenta do reino vai lá pra cima, por que a pimenta de usada na pólvora é um ativador pro ser humano, pra não dá sonolência, quando os soldados vão comer é muito sal e pimenta na comida pra não dormir em serviço. olha aqui ponto chegamos o preço do café, da soja, do boi só não vi ainda o leite mas quase tudo esta ligado aos acontecimentos mundiais geralmente guerra.

### ANEXO 03: entrevista com produtor de carvão X

#### 1 Como você iniciou a exploração do carvão?

A influencia começou com essas duas siderúrgicas, mas primeiro a Camargo Corrêa aqui no Breu Branco, aí depois veio a COSIPAR, a Camargo Corrêa era a pro silício parece né o produto dela, era que o carvão era usado pra aquecer e derreter esse material, sei que ela produzia pra produção de chip, alguma coisa assim, não sei bem a destinação, mas a economia era gerada a partir da geração do emprego a partir do carvão. O surgimento do carvão no caso aí em 1988 a CCM começou a comprar, a Camargo Corrêa comprava por peso e hoje e comprado por metro, na época era na tonelada, e eles tinham um produto valioso pra vender mas, não tinha reflorestamento, então começou a usar a madeira de resíduo de serraria que o sarrafo a parte externa da tora de madeira ali começou daí e depois em 1989 a COSIPAR em Marabá funcionou também começou comprar, a economia naquele momento ela era ainda o plantio de arroz, mandioca e milho era basicamente o carro chefe naquela épocas e não me engano assim, lembro bem disso a gente plantava bastante arroz, era terra nova ou seja que não tinha levado fogo ainda desmatava muito nutriente né? Diferente das terras agora que é muito fogo, muito desmatamento aí perdeu os nutrientes mas, naquele tempo plantava arroz, milho, mandioca sem adubação e produzia horrores, ia embora. A mudança começou daí então o colono queria limpar a terra pra colocar pasto pra criar uma vaquinha, e daí surgiu o carvão também na zona rural com a

madeira, com a galhada, com a madeira em tora que se derrubava na roça pra plantar arroz e milho começaram a comprar o carvão também do mato, porque antes era só de serraria, e isso em 1990 inaugurou também uma outra siderúrgica a SIMARA, aí então ficou com três siderúrgica o movimento cresceu muito de 1989 pra 1990 três siderúrgica e a geração de emprego e renda cresceu muito que eu acredito que o carvão chegou a gerar mais emprego que a serraria que era o outro baluarte também que a carvoaria era tudo manual então gerava muito emprego, um emprego meio degradante mas era muito emprego, então isso foi a partir de 1988 e a mudança foi essa a economia que era arroz, milho e mandioca de repente começou a ser acrescida a produção de carvão naquela época.

2ª Qual a quantidade explorada inicialmente e no pico da exploração?

Quando a gente iniciou foi serraria Jajam madeira, que ainda existe o galpão ali e na Serraria floresta de propriedade do senhor Adriano de 1987 pra 1988, então a gente colocou uns doze fornos na serraria Jajam e uns quinze na serraria do seu Adriano então era próximo de trinta forno que gente tinha nessas duas localidades aí em 1988 foram os primeiros fornos construídos aqui na região foi nós que construímos, meu pai era pedreiro, sei que a gente passou uma semana para construir o primeiro forno, com medo de cair na cabeça, porque a gente não usava cimento, nunca usou né e não tinha ninguém pra explicar pra gente aí nós fomos fazendo aquilo da cabeça do meu pai e eu era ajudante, ele ficou uma semana pra fazer um forno, coisa que no pico do carvão um cara faz até dois fornos ele e um ajudante bom tem gente que conseguia fazer até dois fornos por dia, e no primeiro nos ficamos uma semana, aí depois agente foi melhorando e lapidando mas a gente começou assim. E aí a gente nesses doze fornos de uma e quinze de outra em média de uma carrada de caminhão truque por semana, isso é uma média de quinze toneladas cada caminhão então a gente produzia uma media de trinta tonelada de carvão por semana, isso não de inicio por que no inicio a gente apanhou muito não sabia barelar, não sabia vedar o forno após a queima da madeira, por que quando você tira o oxigênio do forno ele apaga lá dentro sem jogar um pingo de água e enquanto tem rachaduras ele ta queimando o carvão lá dentro e aí a gente não sabia e fazia só um reboco grosso então aquilo rachava e

ficava o forno aí quando a gente tirava dava pouquim carvão, estragava demais a gente não sabia vedar e perdia muita madeira. Então a gente começou com essa média de trinta toneladas, depois no pico em 2005 a 2007 foi o pico do carvão no Estado do Pará então nessa época a gente iniciou ali com uns dez funcionários e quando chegou ao pico aí já em 2005/2006 eu tinha 160 funcionários legal carteira assinada e mais uns 150 ilegal que era uma atividade que precisava melhora muito mesmo, pra ser legal , então eu tinha em média umas trezentas pessoas trabalhando pra mim na produção do carvão então a gente produzia, a nessa época já era vendido por metro né, então uma gaiola de carvão ela dava em média 60 metros cúbicos, um caminhão truque, então nessa época minha produção ela ficava 16 mil m<sup>3</sup>, por mês produzia mas aí eu passeia a comprar mais do que eu produzia então durante o ano de 2007 eu me tornei o maior fornecedor de carvão vegetal do Estado do Pará, eu fornecia em média 50.000.000m<sup>3</sup> de carvão por mês que aí quase ninguém tinha empresa era muito ilegal, como eu era um dos carvoeiros mais antigos eu já tinha empresa tinha LO, tinha um técnico de segurança do trabalho e tal isso por que a CCM e a Camargo Corrêa era muito exigente, já as de Marabá era bem relaxada na exigência tanto ambiental como trabalhista, mas pra fornecer pra Camargo Corrêa e CCM tinha que ter uma legalidade, então eu tinha essa legalidade, eu tinham documentos, então eu vendia essa média de 50.000.000m por mês um fornecimento muito grande e foi nessa época 2007 para 2008 que o IBAMA tipo assim, esgotou todos os prazos que haviam dado para as siderúrgicas ter uma média consumo em floresta plantada, quando você vai legalizar uma siderúrgica você tem que fazer o planejamento dela e dizer o que vai consumir? Onde vai ser tirado a matéria prima? Então geralmente eles não tinham matéria prima de floresta plantada então o IBAMA deu um prazo tanto tempo, um ano você planta o que for referente a x por cento do teu consumo e tal até você atingir 80% a idéia era de atingir esse percentual de floresta plantada e 20% pegado de resíduo de serraria que a tora subtende-se que chega a serraria com documento também então o resíduo dela é legal, assim 80% era objeto do acordo de floresta plantada, só que os guzeiros em especial os de Marabá eles deram nem ousadia pra isso, eles faziam era financiar os caras pra derrubar com motosserras, então eles deram atenção e chegou a um ponto que quando

mudou o sistema ambiental que era manual no tempo da Autorização de Transporte de produto Florestal (ATPF), não lembro bem a sigla mas era ATPF, o documento de guia da carga era preenchido manual, aí então mudou é nessa época em 2008 eles implantaram a Guia Florestal (GF), mas toda computadorizada no sistema tudo então as informações de Marabá, Tucuruí de toda região era cruzada em Belém num sistema montado pra fiscalizar então quem estava em Belém ou Brasília tava sabendo o quanto de documento tava sendo emitido, quanto de carvão cada siderúrgica tava recebendo e tal, quantas toneladas era ilegal, fizeram esse levantamento todo e as siderúrgicas não chegaram a plantar nem 10% do que era previsto no acordo, daí começou multa pesadíssima, ministério do trabalho tudo junto com o IBAMA começou fechar as siderúrgicas fechava dias depois abria mas é quebrou o setor siderúrgico as multas foram muito pesada o ministério do trabalho pegou pesado, ferro gusa baixou o preço porque foi intitulado ferro gusa do trabalho escravo, porque nas carvoarias realmente não tinha banheiro os caras não usavam Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), realmente as siderúrgicas vacilaram e não exigiram e 2008 as siderúrgicas começou a querer exigir fizeram um acordo com o sindicato que era presidente do sindicato dos carvoeiros, com o ministério do trabalho e os indicado dos guzeiros para construir banheiros, só que foi feito esse acordo com Ministério do trabalho e esse começou a ser executado bem a questão dos banheiros e uso de EPI's, mas a questão ambiental eles continuaram relaxando e aí começou a fechar definitivo siderúrgica e perda de postos de trabalho, e hoje a região sofre com essa perda de postos de trabalho por que não houve um planejamento, o planejamento era eles plantarem que iria continuar gerando emprego e renda só que de forma sustentável legal, não plantou desempregou, imagina eu era o único carvoeiro que tinha 300 funcionários, quantos iguais a mim tinha essa mesma quantia? Era muita gente tudo bem que a maioria das carvoeiras era essa média mesmo de 10 pessoas. Então eles não levaram a sério e o IBAMA veio em um segundo momento a partir de 2009 sem acordo mais aplicando a lei porque foi feito um taque com ministério público, siderúrgica e carvoeiros e eles não cumpriram, então não tinha mais acordo o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), já havia sido quebrado então acabou a conversa.

### 3ª Quais espécies vegetais era explorada?

A madeira era ipê, Angelim, Maçaranduba, Cumaruera só madeira de excelência, era um desperdício.

### 4ª Como era a comercialização? (com quem? De que forma?)

Olha no início as guzeiras entenderam que era preciso fomentar a produção de carvão na região eles tinham acordos e contratos anuais para a venda dos produtos deles que era o ferro gusa então muito ferro gusa eles tinham contrato e não tinham a produção do carvão que é matéria que tanto serve para aquecer o minério sujo que aí derrete vira liga como serve na mistura também pra produzir o ferro gusa então o carvão vegetal tem duas funções aquecer o ferro bruto pra separar o barro do ferro quando ele vira liga e na mistura também que o ferro gusa vai brita, carvão e o minério então é uma junção. No início eles tinham uns escritórios em algumas cidades assim mais próximas e fomentavam eles financiavam tijolo, motosserra eles financiavam depois tu ia pagando aquilo lá com carvão, só que depois eles fomentaram mesmo e o ministério do trabalho chegou pra perto e viu que quem derrubava era o colono mas financiado pela siderúrgica, eles estavam meio escondido mas o fomento era deles eles quem financiavam eles que pagavam adiantado inclusive, e aí o que eles fizeram tiraram os escritórios regionais pra não dizer que era eles que tava incentivando o desmatamento ilegal eles sempre tiveram o cuidado de dar o jeitinho mas de se legalizar nunca que aí eles tiraram os escritórios regionais pra dizer que não era eles, e sim o próprio agricultor que fazia por conta e tal mas financiava por traz. Nunca se preocuparam em plantar por exemplo, lembro que a COSIPAR tinha um viveiro com milhares e milhares de mudas mas aquilo ficou pra foto, não executava, plantava quando plantava era pouco só pra simbologia mesmo, então foi um fomento assim e aí eles pagavam na época à vista não era cheque nem nada era dinheiro na hora, chegava na siderúrgica e já pegava o dinheiro, mas assim o fomento pra produzir eles davam, eles bancavam eles financiavam.

5ª Existia alguma linha de financiamento público ou privado em relação a exploração e transporte?

Era privado né? Assim a gente recebia o recurso direto da empresa, agora essas empresas fizeram muito financiamento no Banco da Amazônia (BASA), então aí tem uma interpretação do entendimento, nós produtores de carvão pegava o dinheiro direto com eles não tinha banco, aparentemente parecia ser um dinheiro privado mas, todas elas sem exceção tinham uma placa do BASA o (FNO) financiamento pra elas lá, então dá pra entender que o dinheiro que chegava para o produtor para fomentar essa produção do carvão era sim um dinheiro público porque todas elas tinham financiamento, tudo bem nosso nome não ia, nós não tinha relação com o banco mais todas elas tinha inclusive hoje ainda tem muitas que devem bancos, fechou mas continua devendo um monte de ferro velho, dá se ter uma interpretação de que esse dinheiro era público sim se todas tinham financiamento dá pra dizer que não era financiamento com dinheiro público porque era um dinheiro que a gente pegava direto com eles, agora todas, todas tinham financiamentos de milhões com banco BASA, todas elas sem exceção, então eu entendo que era sim um dinheiro público, com certeza eu interpreto como dinheiro público.

6ª Como era utilizada a área após a exploração da vegetação?

Talvez aí tenha sido o maior erro do pequeno do colono, agricultor o pequeno ele tem um sonho de ser fazendeiro e não tem área ele não é um latifundiário não tem área de terra para criar o gado de corte pra ser um fazendeiro então mesmo assim cometeu-se o equívoco de cortar destocar e jogar capim uns jogavam capim outros simplesmente tirava a madeira e deixava injuquirar mas assim sobre raras exceções alguém teve o cuidado de aproveitar aquele desmatamento que tava feito ali e plantar culturas permanentes que sejam açaí, cupu, cacau, pupunha com as terras novas como era naquele tempo ia produzir demais da conta mas simplesmente a grande maioria fazia isso embora toda regra há exceção fazia isso no primeiro ano tinha uns que plantava arroz, milho ou feijão mas era só no primeiro ano já plantava junto com capim então você já ia colher o milho já sufocado pelo capim ou seja a preocupação não era mesmo o milho era o capim então ficou muito focado nisso aí e quem tem terra pequena pra criar gado de corte a sobrevivência é muito difícil, então cometeu-se esse erro não houve uma orientação por parte do poder público onde tivesse essa preocupação de falar

olha essa madeira que ta sendo colhida ninguém ta plantando alguma hora ela vai parar e dessa forma a gente vai ficar sem emprego e renda e foi bem o que aconteceu aqui lembro que quando o IBAMA chegou nesse entendimento que tinha que fechar pegou os helicóptero posando nas zonas rurais derrubando fornos de carvão, os colonos ficaram no desespero porque a única renda que tinha era o carvão e os fornos tavam derrubados, então ele não tinha mais uma vaquinha de leite, ele não tinha plantado nem uma cultura permanente eles só tinham o capim, e nem gado não tinha e o forno tava derrubado, então assim eu pude presenciar essa situação que na época eu não lembro o ano exato mas, era 2009/2010 quando veio a ressaca final que o IBAMA ia lá e derrubava mandava os próprios caras derrubar ainda acho até que se excederam um pouco, botavam o próprio colono pra derrubar o forno na última safra o último suspiro foi ali, que o neguin procurou uma vaquinha de leite e não tinha mais tinha vendido pra investir em carvão/forno tinha pasto mas não tinha gado, o forno tava derrubado foi um desespero pra encontrar uma nova alternativa de renda nas vilas porque tavam totalmente despreparada pra esse novo momento, e as siderúrgicas virou as costas pra todo mundo, derrubou os fornhos e as siderúrgicas mais uma vez se escondeu.

7ª Em relação a exploração vegetal, onde se concentrava a maior concentração de carvoarias?

De inicio no centros urbanos devido aproveitamento dos resíduos da serrarias mas, no pico do carvão a zona rural superou houve uma explosão da atividade no meio rural, foi assim algo até certo ponto assustador.

8ª Por que havia exploração do carvão vegetal e não da madeira propriamente dita?

Simplesmente porque havia abundância de madeira, muita floresta ainda sem ser explorada, então se tem muito produto o valor cai, com a madeira não foi diferente tinha muita então nem toda espécie tinha valor comercial, além disso a carvoaria permitia o aproveitamento de todo tipo grossa, fina resíduo sem nenhuma seleção prévia além dos resíduos de áreas já desmatadas anteriormente, então assim era uma atividade extremamente predatória.

9ª Qual sua análise sobre a relação entre a produção de carvão vegetal e produção de renda?

Daí houve muita reclamação por causa do IBAMA mas foi feito um acordo que não se cumpriu e aí quebrou a economia da região Marabá, aqueles lotes, casas alugueis que eram caros quebrou a imobiliária quebrou tudo depois que isso aconteceu ainda veio no governo da Ana Júlia ela dizendo que ia montar uma grande assearia, por que o nosso produto aqui a gente pega na Vale do Rio Doce faz Ferro bruto não agrega valor a ele não se faz um vergalhão um prego o ferro acabado não faz então esse produto nosso gera emprego e renda de quantidade é na China e Estados Unidos por que lá é que eles vão pegar cada peça e fazer o acabamento dela, lá que gerado o emprego e a renda que é uma loucura do Brasil fazer isso, agente tem a fonte de emprego e renda pra milhares e milhares de pessoas só que a gente vende a matéria prima então os guzeiros e mineiros que viram pra Marabá de Minas Gerais bem relaxado causaram esse prejuízo e um monte de nordestinos que estavam trabalhando por aqui retornaram uma loucura. E também a proposta do governo Ana Júlia que era de ter uma grande assearia pra gerar emprego e renda fazer um produto acabado só ficou na promessa e aí até hoje ainda não foi encontrado uma alternativa de emprego e renda compatível com o que foi o carvão, da mesma forma a madeira, amadeira acabou por descuido do setor madeireiro é não aplicava, não executava o projeto de manejo conforme é previsto, não sei se você sabe o projeto de manejo é uma colheita é como se tu fosse uns pés de laranja tu colhe a laranja madura a verde deixa pra depois que vai chegar o tempo dela, assim não colher tudo de uma vez se não acaba a safra de imediato, amadeira e assim também, a madeira chega o tempo que se tu não colher ela pra ser processada ela vai cair demora mas ela vai chegar ao de vida final dela, então essa madeira ela esta pronta pra colher e essa idéia do manejo florestal é excelente, ela permite que você colha a madeira grossa a madeira que ta no ponto, as finas você tem que deixar, só que os madeireiros começaram a colher a grossa afina e tudo então o projeto de manejo que permitia colher a madeira que tava no ponto já a mata nova ficava e em dez anos se recompunha e você podia colher de novo só que os madeireiros colhia tudo, aí também chegou ao ciclo final o setor madeireiro

hoje não tem madeira mais, a madeira que existe é em outros municípios, Jacundá e Nova Ipixuna não tem mais Goianésia não tem então acabou madeira só tem madeira branca não tem valor econômico essa madeira ta longe isso fruto da ilegalidade que se tivesse feito a colheita conforme a lei prevê dentro de um projeto de manejo nós tínhamos mata até hoje, então foram as duas maiores fontes de emprego renda do município foram essas duas aí, por descumprimento a lei ambiental estamos sem essas fontes de renda.

10ª Você continua atuando na atividade? Se saiu porque?

Na atividade do carvão eu já parei já faz muito tempo, eu parei 2009 já havia parado trabalhei até o final de 2008 e encerrei comecei no final de 1988 e parei em 2008 foi uma temporada muito grande, foi no fechar do cerco da fiscalização e as siderúrgicas virou as costas pra todo mundo, por que as siderúrgica ela incentivava fomentava a produção do carvão quando a fiscalização do Ministério do Trabalho, IBAMA junto com Ministério Público partiu mesmo pra apertar de vez, por que viram que os guzeiros não cumpriam nada, aí eles viraram a costas pros carvoeiros, carvoeiros ficou szinho respondendo processo em justiça eles negavam que compravam o carvão daquele carvoeiro, o carvoeiro teve que se virar nuns trinta tem muita gente até hoje complicada na justiça e a siderúrgica virou as costas não ajudou ninguém, todo mundo ficou jogado.

11ª Gostaria de acrescentar alguma informação que considera importante nesse processo?

pode parar pra analisar no Nordeste tem umas cidades que vivem do dinheiro dos aposentados, dinheiro da prefeitura e alguma coisinha do comércio não tem outra renda, Jacundá só não ta igual por que aqui a gente tem a renda da pecuária e renda do seguro desemprego do pescador mas hoje Nós vivemos do movimento da prefeitura e da aposentadoria dos velhinhos a gente tem a mais aqui o seguro desemprego do pescador que é muita gente. Então assim é de lamentar por que era uma região rica de movimento extraordinário e hoje a gente ta com esse desemprego fruto dessa desobediência a própria legislação. O guzeiro ele não deu a atenção devida pra

isso, aqui era uma região a turma do nordeste vinha tudo pra cá arrumar emprego aqui era uma região muito boa e também uma outra coisa que agente lamenta e por não ter tido por parte do poder público essa orientação, esse apoio, fomento pra ter uma agricultura consolidada por que nós já tava preparando a terra, desmatava era só plantar era um incentivo pequeno, a terra nova rica em nutrientes tudo que plantasse dava rapaz, aquele tempo quem é que falava em adubo pra plantar arroz, milho uma semente selecionada, não precisava por que a terra era tão forte que ela respondia tudo isso, tudo então faltou ali o poder público entrar e falar ó vocês tão ganhando dinheiro aqui, mas realmente as siderúrgicas não ta cuidando da parte ambiental e trabalhista, então vamos fazer esse outro lado aqui que é o nosso porto seguro, não fez ninguém ligou e aí chegou a essa situação então tem essas duas situações assim que lamentável e de bom que chegou com um pouco atraso foi o SEBRAE e começaram a ascender uma luz, Olha para de queimar a terra pode começara a reagir, a queima vai só roubando os nutrientes do solo e vamos gradear vamos plantar, vamos cuidar das nascentes então começou a trazer uma luz tarde mais começou a dar uma idéia, a produção do leite com melhora na genética do gado que era um gado pé duro. Só que isso era para o poder público ter iniciado junto com o pico do carvão, na verdade o SEBRAE ainda mostrou o que ainda poderia ter sido feito, mas ainda chegou mostrar só que o SEBRAE é uma instituição que não tem recurso próprio pra executar sozinha e as prefeituras é infelizmente agente num momento nacional onde a preocupação do político é uma só reeleger então o cara se perpetuar numa função, mas ele quer se perpetuar só na estratégia e na compra mesmo do voto ele não quer se perpetuar trabalhando pela comunidade gerando emprego e renda, então em função disso o político da época não se preocupou em fomentar uma alternativa de renda porque quer se perpetuar na política mais comprando e não trabalhando, então resultou nisso o político não tinha uma preocupação de gerar emprego e renda de criar uma alternativa um plano B. hoje nem o político se mantém porque ficou caro demais comprar e povo ta revoltado porque o político não se preocupou em trazer indústria de polpa por exemplo, incentivar o plantio no campo e trazer uma indústria de polpa pra casar a venda e depois ter um treinamento pra fazer a venda desse produto, não houve essa preocupação e a casa caiu pra todo mundo pro

agricultor/colono, carvoeiro, madeireiro e pro político que hoje ser político é uma vergonha eu vejo assim o cara senta na mesa de restaurante daqui a pouco alguém senta perto e começa a jogar piada é uma vergonha ser político hoje e não é só aqui e geral. Quebrou financeiramente a economia da região. Hoje o campo é quem sustenta o Brasil, o agronegócio hoje se tirar do Produto Interno Bruto (PIB), é uma vergonha vira o país mais pobre da África é o campo quem sustenta esse país a gente tem aqui em nosso Estado (Pará), acrescentado a questão mineral mas fora isso é o campo mesmo não tendo sido planejado porque agente tem aí no campo no Pará surgindo o plantio de soja e feijão plantio em escala de grãos na região aqui de Tailândia a Belém Brasília já ta toda com plantio assim, mas o que gera emprego e renda ainda não ta sendo explorado que a fomentação da agricultura do pequeno aí que vai gerar emprego e renda e essa ainda não se tá sendo explorada que é a principal, onde vai gerar mais emprego e renda no campo se não com o pequeno e ainda não ta sendo explorada ela ta sendo vista pelo grande que já ta surtindo efeito positivo pode analisar Tailândia ali tem muita gente do agronegócio plantando milho e soja já aqui perto, Goianésia ta timidamente iniciando, Rondon do Pará, já ta potência, Dom Elizeu, Paragominas a Belém-Brasília inteira.

Mas o principal ainda ta esquecido que é o pequeno agricultor é ele que vai gerar melhor emprego e renda e criar uma aproximação melhor da distribuição de renda que adianta o cara ser milionário e ter um muro de 4/5 metros de altura e ainda assim não ta protegido ele não pode sair na rua, a segurança ela vem com a distribuição de renda não igual, não tenho nem esse sonho de ser igual mas, mais aproximada uma da outra, se aproximar uma renda do pequeno em relação ao médio e grande isso é segurança, não mandar dois pistoleiro andar pra cima e pra baixo com ele que morre todos três juntos. Tá todo mundo morrendo não adianta.